

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GEOGRAFIA E GESTÃO DOTEERRITÓRIO**

**ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E INSTITUCIONAIS DO
COMÉRCIO AMBULANTE DE ALIMENTOS
EM UBERLÂNDIA (MG)**

THIAGO ALVES ROSA

**Uberlândia-MG
2016**

THIAGO ALVES ROSA

**ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E INSTITUCIONAIS DO
COMÉRCIO AMBULANTE DE ALIMENTOS
EM UBERLÂNDIA (MG)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito final à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.

Orientador: Profa. Dra. Geisa Daise Gumiero Cleps

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

R788a Rosa, Thiago Alves, 1991
2016 Aspectos socioeconômicos e institucionais do comércio ambulante
de alimentos em Uberlândia (MG) / Thiago Alves Rosa. - 2016.
 144 f. : il.

Orientadora: Geisa Daise Gumiero Cleps.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Alimentos - Comércio - Teses. 3. Espaço
urbano - Teses. 4. Uberlândia - Condições econômicas - Teses. I. Cleps,
Geisa Daise Gumiero. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa
de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

THIAGO ALVES ROSA

**ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E INSTITUCIONAIS DO
COMÉRCIO AMBULANTE DE ALIMENTOS
EM UBERLÂNDIA (MG)**

Uberlândia, 29 de Fevereiro de 2016.

Banca examinadora

Profa. Dra. Geisa Daise Gumiero Cleps - UFU

Profa. Dra. Larissa Guimarães Martins Abrão - UEMG

Prof. Dr. Winston Kleiber de Almeida Bacelar

“O sol nasce e ilumina as pedras evoluídas
Que cresceram com a força de pedreiros suicidas
Cavaleiros circulam vigiando as pessoas
Não importa se são ruins, nem importa se são boas
E a cidade se apresenta centro das ambições
Para mendigos ou ricos e outras armações
Coletivos, automóveis, motos e metrôs
Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs

A cidade não para, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce ...”

A cidade
Chico Science e Nação Zumbi

AGRADECIMENTOS

Inicialmente aos meus pais Eli e Silma. Toda e qualquer palavra que eu expusesse aqui seria ínfima para descrever o amor, respeito e reverência que tenho por eles. Aos dois devo o que sou e o que serei;

A Kéllen e ao Matheus por serem meus bons e admiráveis irmãos. Devo meu caráter crescimento e conquistas também a vocês;

Ao Pedro Henrique Guimarães Rosa, novo e radiante membro da família;

A meus avós, presentes e ausentes, que com suas ações para com seus filhos e netos possibilitaram o florescimento de novos caminhos;

A Geisa, minha orientadora no mestrado, na monografia e também na iniciação científica. Pelos cinco anos de aprendizado, crescimento pessoal e acadêmico que tive em todo esse período. Pelo esforço constante em me auxiliar quando era preciso, sendo bondosa, mas também firme quando necessário. Por nosso trabalho em conjunto que aqui se apresenta;

A Carolina, por estar ao meu lado, me apoiando, com conselhos, carinho e dedicação nesses momentos. Aprendi muitos nos últimos meses, um aprendizado que com toda certeza sempre estará presente em minha vida. E também pela insistência com a vitamina C;

A Fabiana, amiga em toda a extensão da palavra. Leal, sincera e sempre disposta a ajudar nos momentos mais difíceis. Pelos nossos últimos seis anos de amizade e aventuras. Que ambas as coisas continuem presentes para nós;

A Natália, cuja sabedoria, dedicação e vontade devo destacar aqui, pois todos esses atributos eu tenho presenciado durante os últimos anos, e com os quais contei em diversos momentos. Pelos mapas, pela ajuda com a dissertação e pela amizade;

Ao Thiago pela ajuda nas pesquisas de campo e por toda a parceria dos últimos sete anos. Ao Maicom por nossos atuais e futuros projetos. Ao Thales e a Gabriela por ingressarem na família. Ao Gilson pelas discussões sempre férteis. Ao Gledmar por me apontar diversas

vezes outros pontos de vista. Ao Ricardo pelos conselhos sempre sensatos. Ao Dercio pela amizade que segue desde os primeiros dias na Universidade. A Daise pelos debates no LAGEA. A Jéssica pelas dicas e pela descontração. Ao Arthur pelo companheirismo. A Patrícia pelas conversas sobre os mais variados assuntos;

Aos comerciantes ambulantes de alimentos que, de maneira geral, foram muito amistosos e receptivos, entendendo o objetivo da minha pesquisa e colaborando com ela através dos questionários, das entrevistas e das conversas;

Ao Laboratório de Geografia Agrária – LAGEA, do qual sou membro já há alguns anos e aos quais muitas boas lembranças me remetem. Pelo espaço físico, pelo ambiente tranquilo e acolhedor, e também aos membros. Aos professores João Cleps e Marcelo Chelotti. A Lidiane, a Kathleen, ao Alisson, ao Genaro e todos que lá passaram e deixaram sua contribuição;

A Universidade Federal de Uberlândia – UFU, que depois de tanto tempo de convivência já posso tratar como uma amiga, por todos os últimos anos. Aos tantos funcionários que trabalham direta ou indiretamente para que o ensino, a pesquisa e a extensão possam acontecer e progredir a cada dia;

Aos professores Mirlei, Winston e Vitor que participaram das minhas bancas de defesa de projeto e de qualificação e que enriqueceram a pesquisa com seus apontamentos e questionamentos;

Ao programa de Pós-Graduação do Instituto de Geografia e ao seu corpo docente, técnico e de apoio;

A CAPES pelo apoio financeiro que possibilitou a boa condução desta pesquisa;

Devo a todos vocês a pesquisa que aqui segue.

RESUMO

O espaço urbano, e consequentemente a paisagem urbana, é reflexo da ação dos elementos que atuam sobre ela e, também, dos que atuaram no passado. O comércio ambulante de alimentos, como uma forma comercial existente desde o início do próprio comércio, desenvolveu-se historicamente em paralelo com as cidades. As formas comerciais identificadas nas cidades são resultados de diversas forças existentes na sociedade. Partindo desses pressupostos essa pesquisa tem como objetivo a análise do comércio ambulante de alimentos na área central da cidade de Uberlândia (MG). Para o alcance deste objetivo foi necessário dialogar com várias temáticas da ciência geográfica e, também, como o contexto urbano e os processos de formação das cidades e do comércio, o advento da urbanização e do atual período de globalização dos espaços. A revisão bibliográfica de dados secundários, através de publicações científicas e acadêmicas, e também de jornais e revistas em âmbito local e nacional, forneceram importantes informações acerca do desenvolvimento do comércio ambulante no Brasil e mais especificamente de Uberlândia. A coleta de dados em órgãos oficiais e institutos de pesquisa juntamente com os dados primários obtidos a partir de pesquisas em campo constituem parte fundamental dessa pesquisa. Os dados de campo foram obtidos com a aplicação de questionários aos ambulantes de alimentos e da quantificação dos mesmos dentro da área de estudo. Essas informações resultaram em gráficos, quadros, tabelas e mapas que compõe e auxiliam a ilustrar e entender a problemática do comércio ambulante de alimentos. Em Uberlândia o comércio ambulante desenvolveu-se paralelamente com a cidade, auxiliando no abastecimento da mesma com vários tipos de produtos e atuando em locais e situações onde o comércio formal não consegue se inserir. Com o processo acelerado de urbanização, as mudanças no processo produtivo e nas economias locais e nacionais, a cidade passa por várias transformações, tendo o comércio ambulante servido como um fator de arrefecimento do desemprego em épocas de crises econômicas e importante fonte de renda para uma parcela significativa da população. Esse tipo de comércio na cidade também se caracteriza pelo oportunismo, ou seja, pela busca das oportunidades de comércio intrínsecas no espaço central de Uberlândia. Outra problemática decorrente desse processo é o frequente embate com o poder público e com comerciantes do entorno onde esses ambulantes se instalam, uma vez que a maioria desses trabalhadores trabalha na informalidade, livrando-se dessa forma de uma série de taxas e impostos. Além disso, muitos dos ambulantes de alimentos trabalham em locais com limitações estruturais, sanitárias e higiênicas o que pode acarretar em riscos à saúde pública. O comércio ambulante de alimentos em Uberlândia aparece em termos gerais como uma complexa e importante discussão acerca do espaço, das modalidades comerciais, da informalidade e do uso do espaço público. Trata-se então de uma discussão atual e pertinente que se desdobra em diversas áreas e que se modifica e transforma rapidamente, se adaptando a realidade das atuais cidades.

Palavras-chave: Comércio Ambulante. Espaço Urbano. Alimentos. Circuito Inferior da Economia. Uberlândia (MG).

ABSTRACT

This research is analyzed in the street vending of food in the center of Uberlandia (Minas Gerais). To achieve this goal it was necessary dialogue with various themes of geographical science and also as the urban context and the processes of formation of cities and trade, the advent of urbanization and current spaces globalization period. Commercial forms identified in the cities are the result of several existing forces in society. Urban space, and consequently the urban landscape, reflects the action of the elements that act on it and also those who worked in the past. The street food trade, as an existing commercial form since the beginning of trade itself, historically developed in parallel with the cities. The street act as an important supply links urban centers with basic or specific foodstuffs. However, there is lack of a precise definition of this type of trade, as street vendors and informal street are commonly considered as synonyms, all of which fall within the lower circuit of the urban economy. Because of this difficulty in conceptualizing problems occur for the systematization and especially to regularize these workers. Uberlandia in the itinerant trade has developed in parallel with the city, helping to supply the same with various kinds of products and acting in places and situations where formal trade can not enter. Food always has been an important part of this type of activity in the city. With the accelerated process of urbanization, changes in the production process and local economies and a national, the city goes through several transformations, and the itinerant trade served as a cooling factor in unemployment in times of economic crises and an important source of income for significant portion of the population. These issues generate a series of problems and possible approaches regarding the work of street food in Uberlandia, and the use and occupation of public spaces for these workers is one of the main discussion issues about this business arrangement today.

Keywords: Ambulante Trade. Urban space. Foods. Lower circuit. Uberlandia - MG.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Vendedores Ambulantes de Aves no Rio de Janeiro, 1820	14
Figura 2:	Esquema da Organização Espacial da Cidade Latino Americana	48
Figura 3:	Comércio de Rua em Pequim - 1909 – 1917	61
Figura 4:	Reportagem do jornal O Globo sobre a ocupação de ambulantes e camelôs do espaço público – 1958	61
Figura 5:	Garrafeiros - Rio de Janeiro, 1899	63
Figura 6:	Amolador – Rio de Janeiro, 1899	63
Figura 7:	Transeuntes comprando produtos em rua do Rio de Janeiro (s.d.)	64
Figura 8:	Reportagem sobre a ocupação dos espaços públicos no Rio de Janeiro - 1983	65
Figura 9:	Reportagem do jornal O Globo sobre apreensões de produtos do comércio ambulante no Rio de Janeiro – 1925	74
Figura 10:	Reportagem do jornal O Globo sobre a inauguração de camelódromo no Rio de Janeiro – 1984	75
Figura 11:	Vendedoras de Frutas no Mercado do Rio de Janeiro – 1875	79
Figura 12:	Vendedores de Doces, Salvador – 1947	79
Figura 13:	Bairros integrados do setor central da cidade de Uberlândia – MG	92
Figura 14:	Área Central de Uberlândia - Localização dos Empreendimentos Comerciais Informais, 2005	94
Figura 15:	Uberlândia - Pirâmide Etária Comparativa 2000/2010	109
Figura 16:	Brasil – Evolução das Taxas de Desemprego,2002- 2015	112

LISTA DE FOTOS

Foto 1:	Comércio de Rua em Uberlândia – 2015	61
Foto 2:	Vendedora de Doces, Uberlândia– 2015	79
Foto 3 e 4:	Comércio Ambulante Praticado na Praça Tubal Vilela, 2015	97
Foto 5:	Concentração de Barracas, Ambulantes e Pedestres na Praça Sérgio Pacheco aos Domingos, 2015	99
Foto 6 e 7:	Comércio Ambulante Praticado na Praça Sérgio Pacheco, 2015	100
Foto 8 e 9:	Alimentos Artesanais (geladinhos, tábua de cocadas e doces), 2015	103
Foto 10 e 11:	Ambulantes de Alimentícios Industrializados e Semi-industrializados, 2015	105
Foto 12 e 13:	Comércio Ambulante de Frutas no Centro de Uberlândia, 2015	107

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Uberlândia - Crescimento da População, 1950-2015	86
Gráfico 2:	Uberlândia - Evolução da População Urbana e da População Rural, 1950-2010	87
Gráfico 3:	Uberlândia – Variação da idade dos ambulantes de alimentos, 2015	108
Gráfico 4:	Uberlândia - Porcentagem de Aposentados na Amostragem de Ambulantes de Alimentos, 2015	110
Gráfico 5:	Uberlândia - Média de Escolaridade entre os Ambulantes de Alimentos do Centro, 2015	110
Gráfico 6:	Uberlândia - Tempo de Atuação como Ambulante, 2015	111
Gráfico 7:	Uberlândia – Evolução do número de empregos formais criados, 2002-2014	112
Gráfico 8:	Uberlândia - Média de Rendimento Entre os Ambulantes de Alimentos no Centro, 2015	113
Gráfico 9:	Uberlândia – Dias da Semana em que Atuam os Ambulantes de Alimentos, 2015	114
Gráfico 10:	Uberlândia - Participação de Outras Pessoas no Trabalho como Ambulante, 2015	115
Gráfico 11:	Uberlândia - Frequência de Consumo de Produtos Alimentícios Comercializados por Ambulantes, 2015	116
Gráfico 12:	Uberlândia - Principais Grupos de Alimentos Comercializados por Ambulantes e Consumidos pelos Entrevistados, 2015	117
Gráfico 13:	Uberlândia - Motivos Listados para o Consumo de Alimentos de Ambulantes, 2015	118
Gráfico 14:	Uberlândia - Principais Locais de Compra ou de Consumo de Alimentos Comercializados pelos Ambulantes, 2015	119
Gráfico 15:	Uberlândia – Qualificação dos Alimentos Comercializados pelos Ambulantes, de acordo com os Consumidores, 2015	119
Gráfico 16:	Uberlândia – Número de Casos de Intoxicação Alimentar pelo Consumo de Produtos Comercializados por Ambulantes, 2015	120
Gráfico 17:	Uberlândia - Como os Consumidores Enxergam os Ambulantes, 2015	123

LISTA DE MAPAS

Mapa 1:	Uberlândia - Delimitação Área Urbana e Bairros Integrados, 2014	84
Mapa 2:	Uberlândia - Concentração de Ambulantes de Alimentos no Centro em Dias Úteis, 2015	96
Mapa 3:	Uberlândia - Concentração de Ambulantes de Alimentos no Centro aos Domingos, 2015	98
Mapa 4:	Uberlândia - Concentração de Ambulantes de Alimentos Artesanais e Semi-artesanais, 2015	102
Mapa 5:	Uberlândia - Concentração de Ambulantes de Alimentos Industrializados, 2015	104
Mapa 6:	Uberlândia - Concentração de vendedores Ambulantes de Frutas, 2015	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Citações sobre Ambulantes em Jornais Brasileiros	73
Tabela 2:	Uberlândia - População Residente no município, 1950 – 2010	87
Tabela 3:	Uberlândia - Número de empregados por setores da economia, 2015	88
Tabela 4:	Uberlândia - Número de estabelecimentos e empregados por setor, 2011	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Características dos Circuitos da Economia Urbana	56
Quadro 2:	Caracterização de Comércio Informal, de rua e ambulante	60
Quadro 3:	Uberlândia - Números de Empresas Formais por Subsetores do Terciário, 2011	89
Quadro 4:	Uberlândia - Categorização de Produtos Alimentícios Comercializados por ambulantes, 2015	101

LISTA DE ANEXOS

Uberlândia (MG) - LEI Nº 6044, DE 30 DE JUNHO DE 1994.

LISTA DE APÊNCES

Modelo de Questionário para Consumidores

Modelo de Questionário para Ambulante

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. CONSIDERAÇÕES E CONCEITOS: a cidade e o comércio	24
1.1. Espaço e Paisagem	28
1.2. Comércio e o Desenvolvimento das Cidades	34
1.3. O Consumo no/do Espaço	39
1.4. O aspecto locacional	42
2. O COMÉRCIO AMBULANTE DE ALIMENTOS	53
2.1. Aspectos Econômicos do Desenvolvimento dos Setores da Economia Urbana	54
2.2. Comércio Ambulante, de rua ou informal	58
2.3. O Comércio ambulante de Alimentos	77
3. CARACTERÍSTICAS DO COMÉRCIO AMBULANTE DE ALIMENTOS EM UBERLÂNDIA - MG	82
3.1. A cidade de Uberlândia	83
3.2. Caracterização socioeconômica de Uberlândia	86
3.3. Espacialização dos Ambulantes de Alimentos no Centro de Uberlândia – MG	93
3.4. Perfil Socioeconômico dos trabalhadores ambulantes de alimentos	107
3.5. O consumo de alimentos comercializados por ambulantes	115
Considerações finais	125
REFERÊNCIAS	132

INTRODUÇÃO

As modalidades comerciais são importantes elementos urbanos. Elas se reproduzem no espaço das cidades reconfigurando as estruturas destas e se adaptando às mudanças econômicas, sociais e políticas da sociedade. Podemos estabelecer a origem do comércio juntamente com o início das cidades, onde a produção excedente de alimentos e de ferramentas foi transformada em mercadoria e trocada por outras. Juntamente com o desenvolvimento histórico das cidades, passando dos pequenos núcleos urbanos até as metrópoles globais da atualidade, as formas comerciais se modificam continuamente gerando novas características e extinguindo outras.

O Comércio ambulante é uma das mais antigas formas comerciais da humanidade, tendo sua origem juntamente com a própria história das trocas. Essa prática comercial, portanto, relaciona-se, de maneira intrínseca, com o próprio desenvolvimento das cidades onde o comércio tem seu local de desenvolvimento mais intenso.

Os trabalhadores dessa atividade são caracterizados principalmente por sua mobilidade frente aos estabelecimentos fixos, que permite que eles possam ocupar um determinado espaço para exercer suas atividades e deixá-lo no fim do dia ou quando necessário. A presença desses trabalhadores pode ser facilmente identificada no centro das cidades, assim como em praças, ruas e avenidas cujo movimento de pedestres e automóveis indiquem um possível consumidor para as mercadorias comercializadas por esses ambulantes.

Historicamente, esses comerciantes têm grande importância no abastecimento dos aglomerados urbanos com os mais diversos gêneros de produtos, desde artigos de primeira necessidade até utilidades específicas. A atuação desses informais dava-se em locais onde os estabelecimentos comerciais não existiam em número suficiente ou não atendiam toda a necessidade de consumo, como é o caso de pequenas vilas e comunidades distantes dos grandes centros de produção. As mercadorias comercializadas por eles são, em sua maioria, de pequeno porte, podendo ser transportadas sem grandes dificuldades, e geralmente de baixo valor, devido à pouca capitalização desses trabalhadores e ao risco constante de apreensão dos produtos.

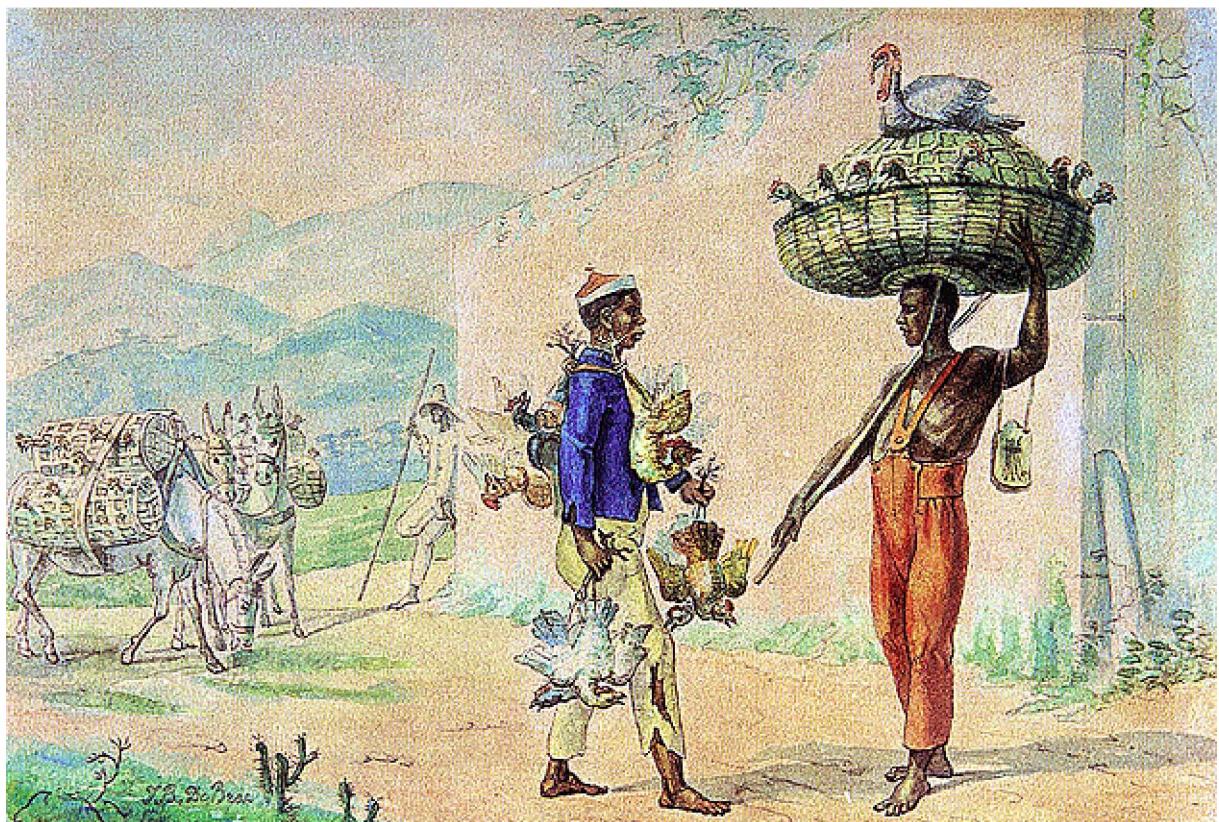
Atualmente, nas grandes e médias cidades os vendedores informais trabalham com um mix de produtos extremamente variado, desde frutas da estação, itens de vestuário e até mesmo equipamentos de informática. Esse comércio também passa a se

estender não apenas às áreas centrais das cidades, como ocorre preferencialmente nas vilas e pequenas cidades, mas também em regiões periféricas que vêm ganhando dinâmica diferente com as vias de circulação rápida e a popularização dos meios de transporte individuais.

Podemos afirmar que os ambulantes são, antes de tudo, comerciantes de oportunidades. Dedicam-se às atividades que não são exercidas em determinados pontos da cidade ou que tem grande demanda na mesma. Por isso que sua localização, os tipos de produtos vendidos ou as formas que se utilizam para completar as vendas vêm se alterando continuamente. Assim, a presença deles no espaço torna-se bastante efetiva.

A reprodução das atividades ambulantes ocorreu durante a história do comércio em diferentes intensidades, sendo que muitas formas comerciais que esses ambulantes utilizam mantém-se praticamente idênticas às mesmas dos primeiros.

Figura 1: Vendedores Ambulantes de Aves no Rio de Janeiro, 1820



Fonte: <https://www.pinterest.com/pin/371335931755135306/> Acesso em: 16 nov. 2015

O poder público enxerga, muitas vezes, essas atividades simplesmente como uma forma de evasão de impostos e, consequentemente, uma perda de receita. Ao mesmo tempo em que os agentes públicos são pressionados por moradores e

comerciantes a reprimir esse tipo de comércio nas cidades, desconsidera outros fatores e perpetuam erros na relação com esses trabalhadores. Além disso, a ocupação dos espaços é um fator constante no embate entre ambulantes e poder público.

Esses espaços ocupados geralmente são públicos e os ambulantes, em sua maioria, não têm as licenças ou permissões das prefeituras para neles atuar. A ocupação se dá então por uma necessidade de uso ou de uma apropriação informal. Os trabalhadores ocupam os locais onde acreditam que suas atividades são necessárias ou que lhe proporcionam uma boa renda. Em muitos locais, a ocupação do espaço pelos ambulantes acaba por atrapalhar o fluxo de pessoas ou mercadorias gerando, dessa maneira, conflitos entre comerciantes formalizados que se sentem duplamente prejudicados pela concorrência dita desleal e uma suposta deterioração desses espaços, em muito pela poluição visual e sonora dessa ocupação.

Mas, o que muitas vezes acontece é que a localização desse espaço destinado aos ambulantes e camelôs está fora do circuito dos fluxos e, por isso estes preferem as ruas, visto que uma grande maioria trabalha de forma clandestina, sem que haja um controle por parte da Prefeitura Municipal. (MONTESSORO, 2006, p. 156)

A comercialização desses produtos é uma importante fonte de divisas para inúmeras pessoas que atuam unicamente com esses produtos ou que têm neles a sua maior fonte de renda. Além disso, esse comércio se encaixa em determinados setores que dificilmente seriam preenchidos pelo comércio formalizado.

O fato de não estarem regulamentados ou sob a égide de leis específicas permite que eles não se atenham à rigidez de localização, aos tipos de produtos e às normas de higiene impostas normalmente pelo Estado como forma de controlar o comércio, arrecadar impostos e proteger os consumidores de supostos malefícios à saúde causados pelo consumo inapropriado de alimentos. Dessa forma, esses comerciantes podem se locomover com relativa facilidade e oferecer alimentos caseiros, naturais ou industrializados sem grandes limitações legais.

Contudo, o contexto em que esses trabalhadores se inserem dentro do setor terciário nos países subdesenvolvidos é, em grande parte dos casos, de precarização do trabalho. O aumento da oferta e da demanda de serviços e produtos nas cidades, aliado a um processo cada vez mais intenso nas relações de trabalho, leva à multiplicação de trabalhadores que se envolvem de alguma maneira na informalidade urbana. Os ambulantes tornam-se cada vez mais parte do cenário urbano, integrando-se com outras

atividades não contabilizadas dentro da economia formal.

Integrando o chamado circuito inferior da economia urbana, caracterizado, entre outros, pela baixa capitalização dos empreendimentos, pela falta de uma hierarquia rígida de trabalho e pelos lucros relativamente baixos, essas atividades têm importante função na geração de emprego e renda e no consumo de determinadas camadas sociais. Além disso, servem como “válvula de escape” para uma série de problemas sociais como o desemprego e salários precários. Apesar de admitir, em determinados casos, a importância desse setor na economia, o poder público atua, na maioria das vezes, de forma a barrar o crescimento da informalidade, limitando seus espaços.

Não podemos, no entanto, rotular o comércio ambulante na atualidade simplesmente como uma consequência da precarização do trabalho, do avanço periódico da informalidade, de fenômenos de migração ou da mudança na estrutura do trabalho como fatores isolados. Essa modalidade comercial, por conta de sua estrutura e funcionamento característicos, como a mobilidade e a facilidade de se iniciar a atividade propriamente dita, esteve sempre presente no cotidiano dos centros urbanos, sejam das grandes metrópoles com as figuras dos camelôs nas regiões centrais ou avenidas movimentadas, como também nas pequenas cidades, onde a figura do mascate ou do caixeiro-viajante ajudou a disseminar produtos que não chegavam até as lojas locais ou que eram muito específicos para o comércio geral.

O comércio ambulante é uma realidade na maioria das cidades brasileiras, sendo que muitos desses trabalhadores atuam de maneira ilegal nos espaços públicos urbanos. A presença deles se mescla com a de transeuntes, carros e lojas nas regiões centrais e também em diversos outros pontos onde exista movimento suficiente para justificar a sua presença. Trata-se de um aspecto marcante e, porque não, caracterizante dos centros urbanos.

Esses trabalhadores fornecem uma vasta gama de produtos para consumidores de variadas necessidades e poder de compra. Posicionam-se estratégicamente para atender específicos mercados consumidores ou espaços das cidades, sendo que em muitos casos são os únicos a oferecer determinados produtos e serviços em locais onde os comerciantes fixos não podem atender. Além disso, são atividades que movimentam intensamente certos setores da economia, mesmo que acabem não sendo contabilizadas pelo poder público. Ao mesmo tempo, são atividades que amenizam situações de desemprego em épocas de crise e dinamizam espaços através do consumo.

Apesar dessas considerações, o comércio ambulante, e principalmente a comercialização de alimentos por eles, trazem diversas problemáticas para as atuais cidades. Questões como a reorganização espacial do comércio e a degradação das áreas centrais têm no comércio ambulante um ente de constante discussão e problematização. Outros problemas como a origem dos alimentos, o armazenamento e a saúde dos consumidores são recorrentes nesse debate, além dos constantes embates entre ambulantes e comerciantes formais e fixos. Torna-se então muito importante pesquisar e reunir as informações sobre esses trabalhadores no espaço urbano, além de discutir suas formas de organização, perfis e estratégias de produção e de venda de alimentos.

A partir dessas discussões iniciais, foi possível destacar algumas questões que se sobressaem e que podem auxiliar a análise do tema como a relevância econômica e social do comércio ambulante de alimentos na cidade, a origem dos trabalhadores que atuam nesse mercado e em quais condições eles atuam, as políticas públicas voltadas para a informalidade, mais especialmente para esse comércio de alimentos na cidade de Uberlândia, e de que forma essas políticas vêm sendo conduzidas nos últimos anos. Tais problemáticas são complexas e demandam estudos específicos que devem ser executados com afinco, a fim de permitir sua elucidação e cumprimento dos objetivos gerais e específicos deste trabalho.

Partindo desses pressupostos, esta pesquisa teve como objetivo o estudo e a compreensão do comércio ambulante de alimentos no espaço urbano da cidade de Uberlândia (MG). Para alcançar esse objetivo, foi preciso pensar em diversas outras questões que tangem, mesmo que indiretamente, a questão do comércio ambulante na atualidade. Tornou-se necessário analisar também a relação do homem com o espaço, uma vez que todas as ações sociais geram materializações em seu ambiente. As formas, estruturas e conteúdos do espaço se inserem na sociedade que as geram, respondendo aos processos sociais e econômicos dos territórios.

Caminho Metodológico

Para atingir os objetivos propostos neste estudo, foi necessário recorrer a diferentes metodologias de trabalho, guiando-se principalmente pelo método dialético e da geografia crítica. A pesquisa bibliográfica e os dados primários obtidos através das pesquisas de campo formam a base fundamental e a estrutura desta pesquisa, sendo

trabalhados posteriormente com análises quantitativas e qualitativas, na forma de tabelas, gráficos, organogramas e mapas.

O comércio se insere dentro de um contexto social e é, portanto, influenciado pela sociedade. Por isso, para entendermos o desenvolvimento do comércio ambulante temos de considerá-lo no contexto das modalidades comerciais e também em relação às cidades e ao urbano.

Assim, como Pintaudi (1999, p. 44) consideramos que “(...) a atividade comercial pertence à essência do urbano e seu aprofundamento nos permite um melhor conhecimento desse espaço e da vida na cidade”. O desenvolvimento dos núcleos urbanos esteve, em grande medida, relacionado com a sistematização das práticas comerciais em espaços que antes se caracterizavam por serem essencialmente locais de reunião e centralidade de uma vida social voltada às práticas agrícolas.

O comércio surge como um dos principais novos entes organizadores desses espaços. As feiras, as lojas e os ambulantes representavam um importante passo no desenvolvimento urbano desses incipientes núcleos. “[...] a análise do comércio permite uma melhor compreensão do espaço urbano, na medida em que o comércio e a cidade são elementos indissociáveis, como podemos comprovar historicamente” (PINTAUDI, 1999, p. 144).

[...] as formas comerciais são, antes de mais nada, formas sociais; são as relações sociais que produzem as formas que, ao mesmo tempo, ensejam relações sociais. Analisar as formas comerciais, que são formas espaciais históricas, permite-nos a verificação das diferenças presentes no conjunto urbano, o entendimento das distinções que se delineiam entre espaços sociais. (PINTAUDI, 1999, p. 145)

Além disso, consideramos que outros conceitos como o de centralidade e cotidianidade, tão caros à atual geografia do consumo, devem ser utilizados para auxiliar na compreensão da temática do comércio, uma vez que “(...) pensamos que os conceitos de centralidade e de cotidianidade são importantes instrumentos para o desenvolvimento de um pensamento geográfico crítico sobre o comércio urbano” (PINTAUDI, 1999, p. 157).

Na atualidade, a geografia do comércio sofre significativas mudanças na escala intraurbana, evidenciando claramente, e de modo progressivo, uma substituição do modelo de organização hierárquico por outro mais complexo, composto de complementaridades e concorrências entre diferentes tipos de centros, formatos de estabelecimentos e formas de comércio. (ORTIGOZA, 2010, p. 78)

Esses conceitos, juntamente com o de espaço geográfico e paisagem, são primordiais para entendemos o comércio ambulante no contexto das cidades atuais. Eles fundamentam a análise do tema e permitem que a discussão possa se aprofundar para além das formas e estruturas comerciais, como entes separados do contexto social onde elas se inserem.

A compreensão da relação entre o homem com o espaço é aspecto fundamental para entendermos como as estruturas sociais, como a própria cidade, por exemplo, vão se desenvolver no decorrer da história. Este é o foco do primeiro capítulo do trabalho. Nele nos propusemos a fazer um breve levantamento conceitual de categorias geográficas importantes para o desenvolvimento do estudo sobre o comércio ambulante. Os conceitos de espaço geográfico, paisagem e de elementos espaciais foram muito importantes para embasar a discussão sobre o tema. A origem e o desenvolvimento das cidades em relação com o comércio ambulante, também aparecem como questões centrais do trabalho. O aspecto locacional, ou seja, o modo como os objetos se espacializam no território, foram ressaltados uma vez que representam um importante fator no desenvolvimento e na (re)produção das formas comerciais nas cidades.

O segundo capítulo parte da análise específica do comércio ambulante e sua relação com o espaço, as cidades e a economia. Para isso, consideramos contextualizar os ambulantes numa dinâmica cada vez mais complexa que é a da economia internacionalizada. Se esses ambulantes sempre representaram uma importante parte do comércio urbano, vendendo os mais variados artigos e dinamizando a economia de rua, na atualidade esses tipos de comércio, mesmo que mantendo antigas características, têm se inserido em outras questões como a da informalidade. Isso resulta, em grande parte, pela cristalização do antagonismo cada vez mais intenso dos circuitos da economia urbana, principalmente nos países subdesenvolvidos.

O terceiro capítulo trata especificamente do comércio ambulante de alimentos na cidade de Uberlândia a partir, principalmente, de dados primários e secundários. Nele temos por objetivo construir uma contribuição na análise do comércio ambulante de alimentos na cidade, do perfil dos trabalhadores e também dos consumidores desses produtos. Embasado nas discussões realizadas nos dois primeiros capítulos, foi possível estabelecer uma relação entre as dinâmicas sócioespaciais globais e as materializações que essas geram nas formas comerciais locais. Trata-se então de uma síntese entre as forças externas e internas que vão moldando o comércio em acordo com o atual

processo capitalista de produção, de circulação e de consumo.

A escolha da região central como recorte territorial do trabalho se deu pela extensão da cidade como um objeto de análise, sendo que as dinâmicas espaciais, comerciais e o cotidiano de cada uma das partes da cidade são significativamente diferentes. O centro, no entanto, representa muito bem os tipos de comércio existentes em toda a cidade, sendo que os fluxos são bastante intensos nessa região, gerando assim uma dinâmica representativa do todo urbano e ao mesmo tempo singular, pois,

É na área central, cuja dinâmica econômica estabelece uma relação entre a mercadoria e o consumidor, contribuindo para a lógica da (re)produção do capital, que as atividades se desenvolvem e os espaços se (re)produzem. (MONTESSORO, 2006, p. 51).

O centro é, dessa forma, um espaço privilegiado para a análise de determinadas dinâmicas urbanas, principalmente no que se refere ao comércio, uma vez que o mesmo tem forte influência na forma com o que o centro se desenvolve no decorrer da história, na mesma medida em que representou o lócus desse comércio no início da formação das cidades.

De fato, não é possível falar na área central sem considerar a imagem existente quanto às funções que agrupa caracterizando que o centro pode ser apontado como um local cujas atividades comerciais e de serviços podem prosperar, mesmo havendo novos eixos no interior da cidade que vêm crescendo e criando centralidades em virtude da circulação que as áreas novas desencadeiam. Mas não podemos deixar de avaliar que se o centro não é mais interessante a um determinado segmento da população tanto para comercializar como para consumir devido a opção por novos espaços, pode ser de fundamental importância para outras classes sociais, como no caso os camelôs e ambulantes que precisam estar localizados onde os fluxos são mais intensos, uma vez que as novas formas comerciais também fazem parte das práticas cotidianas que envolvem a (re)produção do espaço urbano. (MONTESSORO, 2006, p. 84)

As pesquisas de campo executadas no centro de Uberlândia foram fundamentais para a elucidação e a formulação de novas questões para a pesquisa. Nelas foram feitas entrevistas, e aplicados para os ambulantes de alimentos questionários semiestruturados que versavam sobre questões sociais e econômicas dos mesmos. Também foram fizeram parte da pesquisa com questionários os consumidores desses alimentos, sendo aplicado um questionário sobre questões referentes ao consumo e sobre o perfil dessas pessoas.

Nelas foram feitas entrevistas e aplicação de questionários, assim como conversas informais, com ambulantes de alimentos e com os consumidores desses

produtos tendo em vista conhecer um pouco sobre o cotidiano dessas atividades, bem como quem são as pessoas que nela trabalham. Assim, além dos resultados quantitativos em forma de dados obtidos, que aqui ganham a forma de tabelas, gráficos e mapas, temos também uma importante contribuição dos sujeitos que formam a base do objeto desse trabalho. Suas contribuições não se resumem a citações ou números empiricamente reunidos, mas sim relatos de vivência, seus temores, seus desejos e suas perspectivas para o futuro.

Foram realizadas então diversas incursões até o centro da cidade para a realização dos trabalhos de campo. Delas resultam os mapas de concentração, as tabelas e gráficos referentes às questões socioeconômicas dos ambulantes e dos consumidores, e também diversas fotos que buscam retratar a presença desses trabalhadores na paisagem, a organização deles nesses espaços, seus equipamentos de trabalho e seus produtos. Esses dados primários são um dos pilares do trabalho, sendo que as interpretações dos mesmos nos auxiliaram ao contrapor a teoria com a prática, ou mesmo o que é definido pelo poder municipal com o que existe de fato nos espaços ocupados por esses ambulantes.

Por se enquadrarem em um tipo de comércio comumente menosprezado e visto com desconfiança por muitos, por pagarem menos impostos, ou simplesmente não pagarem, por utilizar os espaços públicos de forma considerada ilegal pelo poder público, pelos comerciantes e por muitos consumidores, e, supostamente, prejudicar a estética urbana com seus carrinhos, bacias ou caixotes, os ambulantes são, dessa forma, considerados como um elemento urbano presente, mas que deveria ser resolvido pelos órgãos públicos responsáveis, seja pela fiscalização mais rígida, pelo remanejamento ou mesmo pela repressão. Esses comerciantes se apresentam na atualidade como uma problemática a ser resolvida, uma questão latente que permeia as relações de consumo urbano e que, mesmo com todas as medidas e tentativas de controlá-los, mostram-se como um setor altamente dinâmico de uma sociedade em permanente transformação.

Trajetória acadêmica

Este estudo é resultado de uma série de pesquisas realizadas através de projetos de Iniciação Científica desenvolvidas durante a graduação. Estas tiveram como foco o comércio ambulante de alimentos na cidade de Uberlândia (MG), em diferentes níveis e focos de análise.

No primeiro momento, foi desenvolvido um projeto de pesquisa intitulado “O Comércio Ambulante de Produtos Alimentícios nas Áreas Centrais de Uberlândia (MG)”, que teve enfoque mais amplo, buscando identificar a dinâmica produtiva e de consumo dos alimentos comercializados nas áreas centrais da referida cidade. Em seguida, deu-se prosseguimento à pesquisa com o projeto “O Comércio Ambulante de Alimentos Praticado nas Principais Praças Públicas da Cidade de Uberlândia (MG)”, que teve como objetivo aprofundar o debate sobre o comércio e o consumo de produtos alimentícios vendidos pelos ambulantes, tendo como recorte algumas das principais praças da cidade onde o fluxo intenso de pessoas e veículos levava à concentração de muitos ambulantes.

Essas pesquisas trouxeram alguns questionamentos e indagações sobre o perfil dos trabalhadores ambulantes na cidade, e também sobre a procedência de certos alimentos comercializados por eles, principalmente os de origem vegetal. Tais questões suscitararam um debate mais aprofundado, através de um projeto de Iniciação Científica intitulado de “O Comércio Ambulante de Alimentos e a Relação Campo/Cidade”, as relações entre o rural e o urbano em Uberlândia permitiram a formulação de algumas hipóteses, que apontavam para uma ligação entre os circuitos de produção de alimentos no campo que eram comercializados diretamente pelos ambulantes, sendo estes os próprios produtores desses produtos ou não. Também foi identificado que vários desses trabalhadores advinham de cidades próximas e também do campo. Como se verificou, este processo de migração ocorreu, dentre vários motivos, pela incorporação das áreas de cerrado da região do Triângulo Mineiro ao modelo de produção de *commodities*, com enfoque para a agropecuária de exportação. Esse movimento influenciou profundamente a estrutura de trabalho na região, principalmente por conta dos fluxos migratórios das pequenas cidades e do campo para cidades maiores.

Todos esses debates resultaram em uma monografia, defendida em 2014, intitulada “O Comércio Ambulante de Alimentos em Uberlândia – MG” que apresentou os conceitos e dados obtidos nas pesquisas anteriores de modo sistemático, complementando estes com informações primárias obtidas em campo através de entrevistas e questionários aplicados com os ambulantes em diversos locais da cidade de Uberlândia. Esse trabalho serviu de base para o levantamento de questões pertinentes sobre a temática, e que ainda não haviam sido respondidas de maneira satisfatória nas etapas anteriores, ou que necessitavam de um aprofundamento. A partir de uma base de dados inicial sobre o tema, sintetizada em todos esses trabalhos anteriores, foi possível

estruturar um projeto de mestrado que visava dar continuidade à pesquisa, relacionando os resultados obtidos até então com novos apontamentos e debates, permitindo, dessa maneira, um avanço gradual na discussão sobre o tema, conforme segue.

1. CONSIDERAÇÕES E CONCEITOS: a cidade e o comércio

O comércio é um dos fatores de maior influência na organização interna das cidades. As primeiras cidades surgiram a partir de aglomerações de atividades em determinados locais, o que foi possibilitado por um modo de vida cada vez mais sedentário em oposição aos grupos nômades. Essas atividades que se materializavam e se agrupavam nos territórios tinham grande importância social para a comunidade, como os templos, as instituições públicas, as casas dos chefes ou autoridades, além de centralizar as trocas de produtos entre os indivíduos. É nas áreas centrais dessas incipientes cidades que surgiram as formas que dariam origem ao que chamamos hoje de mercados, feiras e lojas e demais modalidades comerciais.

O aspecto organizativo, e principalmente concentrador, das cidades representou um importante incentivo às trocas comerciais das primeiras sociedades. Atualmente como um dos setores mais dinâmicos e representativos da economia, o setor terciário, que conta com atividades de comércio e de serviços, é preponderante para o desenvolvimento das cidades. Essa vocação para o comércio e os serviços pode ser remontada desde as origens dos primeiros centros urbanos.

O comércio ambulante é uma forma comercial comum da paisagem urbana das cidades. Seja em grandes metrópoles, capitais de estados e países ou em pequenas cidades do interior os ambulantes sempre se mostram atuantes. A origem desse tipo de comércio e sua continuidade em detrimento do desaparecimento ou transformação de outras formas comerciais podem ser explicadas pelo próprio funcionamento das cidades e as necessidades advindas dos processos sociais e econômicos em que estas se inserem. Compreender o comércio ambulante é, dessa maneira, buscar a compreensão de diversos aspectos da vida social e econômica.

Ao analisarmos as formas comerciais nas cidades atuais podemos relacioná-las diretamente com outras estruturas existentes em períodos anteriores da história. Feiras livres, mercados, shoppings, trabalhadores autônomos, camelôs e ambulantes se reproduzem na cidade com diferentes formatos, desenhos e cores. Essas formas comerciais, apesar de aparecerem sob novas égides e com rótulos de novidade são, em sua maioria, reinterpretações de outros modelos de comércio ou mesmo uma reinvenção de si próprio a fim de se reproduzir de modo eficaz em uma sociedade que cada vez mais exige a velocidade e a renovação da imagem, da representação, da novidade.

Algumas dessas formas comerciais têm sua origem juntamente com as primeiras cidades e continuam se reproduzindo no espaço mantendo algumas de suas características e reformulando outras em acordo com as mudanças sociais e produtivas do período em que elas se inserem. Segundo Ortigoza (2010, p. 35) “As lojas e suas formas retratam o desenvolvimento da atividade comercial no tempo e no espaço, respeitando as novas formas de produção”. Pode-se afirmar, também, que as lojas e suas formas representam o movimento da sociedade que, por sua vez, conduz o desenvolvimento da atividade comercial.

A partir do processo de urbanização, e mais recentemente o da crescente globalização da economia, as cidades passaram a ter um papel ainda mais relevante na vida social das pessoas, centralizando e gerenciando os fluxos de capital.

Esse desenvolvimento pode ser relacionado a um modo de vida urbano com o crescimento efetivo de práticas de escambo e de comércio uma vez que estas têm nas cidades seu ambiente de crescimento mais propício e, como veremos a seguir, essas atividades foram responsáveis por concentrar ainda mais os meios de produção, de consumo e de infraestrutura básica nas cidades.

Pode-se então afirmar que a discussão sobre o comércio passa essencialmente por uma análise sobre as cidades, sua gênese e sua evolução. Como tal “Entendemos que a análise do comércio permite uma melhor compreensão do espaço urbano, na medida em que o comércio e a cidade são elementos indissociáveis, como podemos comprovar historicamente” (PINTAUDI, 1999, p. 144).

Entender o desenvolvimento das cidades é importante para o estudo de grande parte das temáticas sociais, uma vez que o mundo é cada vez mais urbano e as forças, produtivas e econômicas, concentradas nas cidades, aparecem como fortes elementos de reordenamento dos espaços. Assim como Pintaudi (1999, p. 144), consideramos que “(...) a atividade comercial pertence à essência do urbano e seu aprofundamento nos permite um melhor conhecimento desse espaço e da vida na cidade”.

As formas comerciais existentes nesses locais foram e continuam sendo um dos fatores de crescimento e transformação desses espaços, desde pequenos agrupamentos sociais até as atuais metrópoles urbanas. O comércio e as cidades estão intrinsecamente ligados.

Dessa forma, consideramos que, em âmbito geral, a compreensão das cidades passa essencialmente pelo estudo das formas espaciais, ou seja, dos objetos, das estruturas e das formas que compõem a paisagem urbana. A cidade se desenvolve no

espaço social que é moldado de acordo com os interesses e as diferentes necessidades em relação com o momento histórico em que elas se inserem. A dimensão espacial é fato preponderante para o entendimento da evolução das cidades e das formas comerciais existentes na mesma. Podemos afirmar que:

[...] as formas comerciais são, antes de mais nada, formas sociais; são as relações sociais que produzem as formas que, ao mesmo tempo, ensejam relações sociais. Analisar as formas comerciais, que são formas espaciais históricas, permite-nos a verificação das diferenças presentes no conjunto urbano, o entendimento das distinções que se delineiam entre espaços sociais. (PINTAUDI, 1999, p. 145)

Essas formas comerciais são resultado de políticas públicas, de anseios e de pressões sociais e econômicas. Elas não existem deslocadas do espaço ao redor e nem mesmo surgem espontaneamente dentro do espaço urbano. É o resultado de processos sociais e se estruturam nas cidades em conformidade com esses processos.

As ligações do comércio com o espaço urbano fazem parte de um longo processo, porque o comércio varejista faz parte da própria razão de ser das cidades, justifica uma boa parte da sua organização interna, explica inúmeros movimentos que se desenvolvem no seu interior. (ORTIGOZA, 2010, p. 8)

Um camelô de rua, por exemplo, difere-se substancialmente de um trabalhador que comercializa o mesmo produto, mas que foi realocado para uma galeria comercial específica, conhecidos como camelódromos. Para o poder público as diferenças são estéticas e de organização, sendo que o fato primordial é de que aquele trabalhador não vai mais atrapalhar o trâfego ou poluir visualmente uma praça ou avenida.

No entanto, com a modificação do local de trabalho desse camelô haverá uma modificação complexa na forma de reprodução de seu trabalho. O impacto espacial de diversos vendedores ambulantes espalhados por uma região central é totalmente diferente de um espaço específico, uma galeria ou prédio, onde serão abrigados diversos deles.

O objetivo deste primeiro capítulo é apresentar e discutir os conceitos que contextualizam nossa discussão sobre o comércio ambulante de alimentos e que nortearam os rumos e os resultados dessa pesquisa. Devemos, portanto, estabelecer um arcabouço teórico sobre temas que tangem à problemática do comércio ambulante, mesmo que não dialoguem inteiramente sobre esse assunto, mas que possam nos auxiliar na discussão de outros aspectos importantes para o trabalho.

Este primeiro capítulo tem, portanto, caráter teórico, ou mais especificamente de uma revisão conceitual e metodológica, de certa maneira. Cabe, porém, salientar que esta primeira etapa não visa estabelecer conceitos novos ou levantar exaustivamente uma discussão sobre como esses conceitos estão sendo utilizados. O foco nesta etapa inicial é apontar e analisar brevemente os conceitos e a forma com que eles se aplicam à realidade do nosso estudo, fornecendo assim uma base para as discussões que se seguirão nos capítulos posteriores deste trabalho.

Assim, estabelecemos aqui três discussões básicas para a compreensão do comércio ambulante no atual período histórico. Inicialmente, foi preciso constituir um diálogo entre as formas comerciais e o espaço, analisando de que maneira elas se materializam e se desenvolvem na medida em que a sociedade se transforma ou se torna mais complexa, busca-se, assim, entender o conteúdo das formas e as estruturas comerciais.

A ciência geográfica procura compreender as relações entre o homem e a natureza. A dinâmica entre esses dois entes cria e modifica espaços, moldando formas e estruturas que se materializam no lugar de diferentes maneiras. A geografia visa, portanto, descrever, explicar e analisar os fenômenos existentes no espaço, entendido como o lócus da ação humana. Nesse contexto incluem-se os mais diversos tipos de estudos, desde os físicos e os naturais até os mais abstratos e que só podem ser explicados através de uma análise subjetiva.

Dentre as ramificações existentes dentro da ciência geográfica podemos incluir os estudos sobre as populações, sobre o urbano e também sobre as atividades comerciais. Todos esses são aspectos da vida humana que têm grandes impactos sobre a organização das formas e conteúdos. Em suma, todos esses aspectos influem diretamente na construção do espaço. E a geografia oferece diversas ferramentas para que possamos desvendar a formação e as modificações que ocorrem continuamente ao nosso redor.

Dentre essas ferramentas, as categorias geográficas são aspectos fundamentais para o entendimento das relações entre o homem e a natureza. Espaço, paisagem, território, região, lugar, entre outros, são conceitos amplamente trabalhados dentro da geografia e que se estabelecem como lentes para a compreensão do mundo através dessa ciência. Cada uma dessas categorias é empregada para designar uma porção, mesmo que abstrata, do nosso mundo sensível, sendo que seus significados também se alteram conforme as necessidades de cada época. Assim, temos nas categorias geográficas, e

nos conceitos derivados delas, uma importante ferramenta de compreensão do mundo que nos cerca.

Em um segundo momento, buscamos analisar a origem das cidades assim como das trocas. Exemplificando a importância do comércio para as cidades, assim como a influência do desenvolvimento das cidades nas formas e nas estruturas comerciais. As cidades, o urbano e o comércio são conceitos que têm sido muito trabalhados na ciência geográfica, sendo que a geografia urbana e a geografia do comércio são duas vertentes com grande força dentro das pesquisas da área. Esses temas ganharam destaque principalmente depois do processo de urbanização massivo que vem ocorrendo desde a segunda metade do século XIX.

Essa dimensão histórica é fundamental para a compreensão da natureza da cidade. Ela é essencialmente algo não definitivo; não pode ser analisada como um fenômeno pronto e acabado, pois as formas que a cidade assume ganham dinamismo ao longo do processo histórico. A cidade tem uma história. (CARLOS, 1994, p. 57)

Cabe também realçar, nesse momento, a importância dos aspectos locacionais para as atividades comerciais, ou seja, a organização espacial dessas atividades como ente de desenvolvimento. Se a cidade é um espaço em metamorfose, tendo suas formas, estruturas e conteúdos se modificando continuamente temos também uma diferenciação da ocupação e dos usos dos locais. Criando assim dinâmicas singulares, valorização de espaços e deterioração de outros, por exemplo, que terão impacto significativo nas práticas comerciais. Os ambulantes inserem-se nessa lógica uma vez que necessitam de determinadas características dos espaços para alavancar suas vendas.

O comércio e as cidades se influenciam mutuamente e alteram-se em benefício ou detimento de certas características um do outro. Ambos terão em suas formas as marcas do desenvolvimento desse processo. Os conceitos básicos apresentados aqui são de fundamental importância para os estudos das cidades na atualidade. A questão do espaço geográfico, da paisagem urbana, da centralidade e das formas comerciais serão discutidas como contextualização da problemática específica aqui abordada que é a do comércio ambulante de alimentos na cidade de Uberlândia (MG).

1.1. Espaço e paisagem

O espaço geográfico é, por excelência, uma das principais categorias de pesquisa da geografia. Isto se justifica, em parte, pelo fato de que todas as relações e atividades

humanas acontecerem no espaço, seja agindo sobre ele e influenciando sua construção ou sendo influenciada pelas características dele. Não existem práticas ou atividades isentas de materialidade no espaço, pois é a partir delas que este vai sendo socialmente construído. Entendemos, inicialmente, o espaço como tendo uma relação dialética com as práticas sociais, organizando-se e reorganizando-se frequentemente frente às transformações naturais e antrópicas.

O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dela. Consequentemente, para estudar o espaço, cumpre aprender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos sobre os processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção do espaço. (SANTOS, 2008, p. 67)

Podemos afirmar que as práticas sociais se apropriam de determinadas formas espaciais, ou as criam, a partir do meio natural, para reproduzir seus modos de vida. Assim, a religião, o trabalho, o lazer e o descanso, aspectos básicos da vida humana, se traduzem no mundo a partir de sua materialização no espaço visto que:

A sociedade se organiza a partir da apropriação de um determinado território que assegura a materialização das formas de (re)produção vigentes. Portanto, o espaço expressa a forma de organização da sociedade, evidenciando relações ideológicas e de poder. Sob essa perspectiva, o espaço é poder, é ideologia, é representação, sendo de fundamental importância para qualquer interpretação da realidade social. (CLEPS, 2005, p. 37)

Entendemos, então, o espaço geográfico como o resultado da atuação social sobre uma base material. Conforme salienta Carlos (1994)

A sociedade produz seu próprio mundo de relações a partir de uma base material, um modo que vai se desenvolvendo e criando à medida que se aprofundam as relações da sociedade com a natureza. (CARLOS, 2005, p. 38)

Para compreendermos o desenvolvimento de certas atividades sociais, econômicas ou políticas cabe partirmos dessa premissa: a de que o homem executa todas suas ações dentro do espaço natural ou daquele já construído socialmente. A natureza natural, ou seja, aquela ainda não antropizada, foi a base da evolução social humana, e as consequentes alterações feitas sobre ela servem como suporte para novas alterações humanas no espaço. Esse desenvolvimento ocorre a partir da transformação

da materialidade existente, criando novas formas e conteúdos sociais. Segundo Santos (2006)

Assim, o espaço, é, antes do mais, especificação do todo social, um aspecto particular da sociedade global. A produção em geral, a sociedade em geral, não são mais que um real abstrato, o real concreto sendo uma ação, relação ou produção específicas, cuja historicidade, isto é, cuja realização concreta somente pode dar-se no espaço. (SANTOS, 2006, p. 77)

O homem cria formas espaciais para atender aos seus desígnios. Estradas, cidades e prédios surgem no espaço como uma maneira de reproduzir determinada condição social. A alteração e a transformação de suas características se dão de acordo com os elementos que constituem essa sociedade moldando formas e estruturas diferentes para cada tipo de realidade específica.

Nesse contexto, o estudo dos espaços utilizados pelo homem, assim como do espaço em si, deve partir da análise dos diferentes elementos que o compõem, entendendo-o como um processo em constante transformação.

Compreender o espaço como o meio no qual a sociedade se expressa materialmente, e que também resulta de uma série de tempos diversos, é fundamental para analisarmos os objetos e as estruturas sociais. Para efeitos desta pesquisa concordamos com Carlos quanto à afirmação de que o espaço articula-se em duas dimensões:

É conveniente insistir que o espaço geográfico articula duas dimensões, aquela da localização (um ponto no mapa) e aquela que dá conteúdo a essa localização, que a qualifica e singulariza. Esse conteúdo é determinado pelas relações sociais que aí se estabelecem – o que confere ao espaço a característica de produto social e histórico. (CARLOS, 1999, p. 178)

Essas dimensões são importantes para analisarmos o conteúdo espacial das cidades e do comércio ambulante como propomos aqui, uma vez que ambas auxiliam a explicar o desenvolvimento diferenciado dos lugares. Essa diferenciação decorre de inúmeros fatores que atuam sobre a base material e natural criando, dessa forma, espaços com características distintas.

A apropriação dos espaços por diferentes elementos e a consequente transformação destes aparece externamente como uma totalidade, como uma paisagem

fixa de certa forma. Porém, os elementos, assim como suas ações, são diversos tanto em formas como conteúdos.

Mas por possuir uma materialidade indiscutível, o processo espacial tem uma dimensão aparente, visível na paisagem geográfica marcada pela heterogeneidade própria dos lugares, mas que também mostra o reproduzível, e nesse caso também contém um mundo de imagens, formas, aparências que apontam para a tendência à homogeneização de nossa sociedade e que podem ser mais bem apreciadas na paisagem em que se leem os modos de ocupação. (CARLOS, 1999, p. 178)

A dimensão aparente, ou seja, a materialidade das formas manifesta várias características visíveis ou subjetivas dos objetos. O conjunto deles no espaço revela uma paisagem específica e diferenciada. No agrupamento de imagens podemos caracterizar os objetos e as formas sociais materializadas no espaço. Pode-se inclusive, identificar os diferentes tempos cristalizados nessa paisagem, revelando assim uma história de desenvolvimento. Por conta dessa complexidade a paisagem ganha força nas pesquisas geográficas, servindo como importante categoria de análise.

Notadamente, o estudo da paisagem foi ganhando importância para as pesquisas geográficas, tendo atualmente o significado de um conjunto de objetos reais concretos. Hoje observamos a paisagem com o reconhecimento de que ela não é um simples amontoado de elementos geográficos desordenados, mas, sim, o resultado de uma combinação dinâmica, em movimento, ou seja, em constante transformação – de elementos físicos, biológicos e humanos (sociais). (ORTIGOZA, 2010, p. 83)

Podemos então estabelecer a paisagem geográfica, juntamente com a categoria espaço, como importantes elementos para a análise espacial que desenvolveremos neste trabalho. A paisagem, como um retrato da realidade, nos proporciona uma visão do espaço como um conjunto de imagens e representações.

A paisagem geográfica é a forma exterior, a aparência ‘caótica’, sob a qual se descortina a essência articulada e objetiva do espaço geográfico. Mas por que caótica? Porque o nível da aparência, do que se vê, é nível do não explicado, não entendido. Esta paisagem, este ‘instantâneo’ que surge, à primeira vista, aos olhos do pesquisador, não é estático, mas prenhe de movimento, de vida, de uma vida rica de relações que o homem (o indivíduo) mantém dia após dia para se reproduzir enquanto ser humano, membro de uma sociedade e enquanto espécie. (CARLOS, 1994, p. 38)

Nos atuais estudos sobre os aspectos socioeconômicos de uma determinada sociedade, em um período caracterizado por aceleradas transformações possibilitadas

por um dinâmico meio técnico científico e informacional¹, a análise da paisagem ganha uma significação ainda mais forte por conta dos diversos signos e significados das formas e estruturas existentes nesses locais. É o caso das cidades, por exemplo. A cidade capitalista é um centro agregador da vida humana, sendo que os aspectos culturais, econômicos e políticos estão intensamente agrupados nesses espaços.

Mesmo com os processos homogeneizantes necessários à reprodução ampliada da riqueza, no capitalismo cada cidade terá uma representação e uma paisagem diferenciada. “Cada uma das cidades observadas por nós tem suas particularidades, seus próprios níveis de expansão do comércio e do consumo, e apresenta diferentes estágios de fragmentação e homogeneização” (ORTIGOZA, 2010, p. 87).

Representando um todo espacial a paisagem nos auxilia a entender a dinâmica do espaço. No entanto, para fins metodológicos e de análise, é possível estabelecer algumas características únicas entre os elementos contidos nesse espaço e divisões artificiais. Entendemos o espaço como parte integrante da sociedade, assim como ela também se integra a ele. Trata-se de uma relação dialética e de construção mútua:

Consideramos o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. (...) O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social. (SANTOS, 2008, p. 12)

Os objetos e as estruturas sociais refletem, de certo modo, o processo em que elas estão inseridas. Os objetos possuem uma determinada forma, função e uma estrutura de funcionamento, sendo que esse conjunto faz parte de um processo social. A *forma* é a característica externa de um determinado objeto, isto é, são atributos físicos e os padrões que elas assumem para dar a feição descritiva e externa desse elemento. A *função* refere-se à atividade ou a tarefa executada ou esperada por uma determinada forma. Não é o ato em si, mas a potência que motiva a ação. A *estrutura* sugere a organização de um determinado fenômeno ou de um todo em que as partes integrantes têm certa posição na construção do conglomerado a que pertencem. O *processo* é a ação contínua que tem como objetivo um determinado resultado (SANTOS, 2008, p. 69).

Ao pensarmos nas cidades como objetos sociais podemos destacar suas características como o formato dos prédios e das ruas, o funcionamento dos mesmos e

¹ O Meio técnico-científico-informacional é um termo cunhado por Milton Santos e que reflete sobre as mudanças no modo de produção e reprodução no meio geográfico. Esse termo é caracterizado mais profundamente em SANTOS, M. 1996.

sua estruturação dentro da lógica urbana; sendo que a função e a estrutura estão inseridas na conexão com as práticas locais e globais.

Dessa maneira, os elementos das cidades variam de acordo com o período, o modo de vida e de produção de uma sociedade. As cidades não são homogêneas e apresentam suas disparidades e heterogeneidades a partir de elementos externos ou internos.

Para compreender o comércio ambulante de alimentos, que se desenvolve principalmente nas cidades, é necessário buscar entender os processos espaciais de formação destas. Para tanto nos cabe, como ferramenta metodológica, analisar os elementos que compõem o espaço geográfico e, posteriormente, utilizar essas definições para explicar os espaços urbanos e aqueles utilizados, ou destinados, ao uso do comércio, especificamente do comércio ambulante de alimentos.

Em uma sociedade capitalista o processo pelo qual o espaço e o meio geográfico serão construídos e modificados é a busca da reprodução ampliada da riqueza. Isso se reflete em todos os aspectos sociais, seja modificando as formas, a função ou a estrutura dos elementos que formam um determinado espaço. É nas cidades que as formas e estruturas capitalistas poderão se desenvolver com maior aptidão.

A grande cidade capitalista é o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, entre os quais a acumulação de capital e a reprodução social têm importância básica. Estes processos criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana. (CORRÊA, 1989, p. 36)

As estruturas comerciais existentes na cidade capitalista atual podem ter no período presente da globalização e de mundialização do espaço uma forte representação nas sociedades com a figura dos shoppings e mercados como lugares centrais da vida social. Porém, elas tiveram funções e identificações diferentes no decorrer do desenvolvimento das cidades. Os aspectos produtivos e de consumo influenciaram demasiadamente as formas, as funções e os conteúdos das cidades.

A partir dos conceitos de espaço, como instância da sociedade e resultado da ação humana em tempos diversos, da paisagem como um “instantâneo” dessa heterogeneidade espacial e dos elementos espaciais, é possível estabelecermos uma discussão e análise da cidade como objeto social, reflexo do processo em que ela vai se inserir. Para tanto, é importante avaliar, mesmo que de forma breve, o surgimento e o desenvolvimento das cidades e a relação desses locais com o comércio, conforme segue.

1.2. O comércio e o Desenvolvimento das Cidades

Partindo do pressuposto de que a cidade, como objeto social, é um espaço em constante transformação, e que as formas, conteúdos e estruturas nela existentes resultam de uma dinâmica entre os elementos que a compõem, podemos analisar a evolução do urbano sob um ponto de vista crítico e heterogêneo. As cidades representam mais do que um conjunto de atividades econômicas e sociais, elas são a síntese de uma sociedade em permanente movimento e que se desdobra em novas formas, muitas vezes para atender interesses externos à sua realidade.

É importante enxergar a cidade sempre como uma totalidade, independentemente de seu tamanho ou localização. É preciso entendê-la como o lugar da produção e reprodução da vida social e como o lugar da própria vida, compreendendo o homem em todas as dimensões da sua existência, para além do trabalho e do consumo. (ARROYO, 2008)

As formas, conteúdos e estruturas das cidades são criados e recriados de acordo com a lógica social em que elas se inserem. Esse processo re-significa locais, como regiões abandonadas ou marginalizadas, alterando a estrutura vigente e modificando seu funcionamento de maneira a cumprir determinada função dentro do sistema. Essa ressignificação dos objetos e estruturas, a partir da mudança do processo, revela a relação mútua entre a sociedade e o espaço.

A análise espacial da cidade, no que se refere ao processo de produção, revela a indissociabilidade entre espaço e sociedade, na medida em que as relações sociais se materializam em um território real e concreto, o que significa dizer que, ao produzir sua vida, a sociedade produz/reproduz um espaço através da prática sócioespacial. (CARLOS, 2007, p. 20-21)

A complexidade dos espaços das cidades se intensifica com o crescimento das mesmas, principalmente com o processo de urbanização desses locais. O capitalismo e a globalização dos lugares têm alterado profundamente as relações de produção e de consumo. A cidade, principalmente naquelas onde o processo de urbanização já se concretizou ou que se expande velozmente, representa o lócus da reprodução da riqueza. Porém, trata-se de um processo em contínua transformação e que se iniciou com os primeiros núcleos sociais.

Pode se dizer, a princípio, que a cidade nasce da necessidade de organizar um dado espaço no sentido de integrá-lo e aumentar sua independência visando um determinado fim. Isto é, a sobrevivência do grupo no lugar, e o rompimento do isolamento de áreas agora sob sua influencia. (CARLOS, 1994, p. 57)

A história da ocupação humana pode ser dividida em períodos, sendo que um dos mais representativos destes tem como marco a fixação prolongada de grupos humanos em determinados territórios, passando assim de uma organização social nômade para grupos sedentários. Isso ocorreu de forma mais intensa com a descoberta da agricultura, mesmo que em diversas regiões do mundo onde os nômades ainda preservem suas tradições e hábitos de migração frequente.

No momento em que o homem deixa de ser nômade, fixando-se no solo como agricultor, é dado o primeiro passo para a formação das cidades. Quando o homem começa a dominar um elenco de técnicas menos rudimentares que lhe permitem extrair algum excedente agrícola, é um segundo impulso para o surgimento das cidades, visto que ele pode agora dedicar-se a outra função que não a de plantar. (CARLOS, 1994, p. 58-59)

A partir de uma produção agrícola autossuficiente, os grupos humanos puderam se fixar em locais por mais tempo sem a necessidade de se deslocar frequentemente em busca de alimentos ou pastos. Essa mudança se deu de maneira gradual e sua efetivação enquanto modo de vida ocorre após um grande período de tempo.

[...] é efetivamente no período seguinte, mesolítico, que se realiza a primeira condição necessária para o surgimento das cidades: a existência de um melhor suprimento de alimentos através da domesticação dos animais, e da prática de se reproduzirem os vegetais comestíveis por meio de mudas. Isto se deu há cerca de 15 mil anos e todo esse processo foi muito lento, porque somente três ou quatro mil anos mais tarde essas práticas se sistematizaram, através do plantio e da domesticação de outras plantas com sementes, e da criação de animais em rebanhos. (SPOSITO, 1988, p.12-13)

O estabelecimento de agrupamentos humanos em espaços fixos permitiu o desenvolvimento, seguido de uma concentração, de atividades religiosas, políticas e sociais. Essa concentração de atividades comuns em um mesmo espaço é um dos princípios básicos do nascimento das cidades como as conhecemos hoje.

Juntamente com o aspecto centralizador, o tempo passa a ter prerrogativa importante nessas sociedades uma vez que o controle dele é indispensável nas etapas da produção como o plantio e a colheita. Com produção agrícola própria, o tempo, antes

dedicado em grande parte à caça e a coleta de gêneros alimentícios, pode ser utilizado para o desenvolvimento de novas técnicas e estrutura física para os locais habitados.

Carlos (1994, p. 60) afirma que podemos vincular a existência da cidade a pelo menos seis elementos: uma divisão do trabalho; a divisão da sociedade em classes; acumulação tecnológica; produção do excedente agrícola decorrente da evolução tecnológica; um sistema de comunicação; e uma certa concentração espacial das atividades não-agrícolas. Além disso, outro aspecto importante é a quebra do isolamento dos núcleos humanos promovida pelo advento das práticas comerciais. Segundo a autora “A quebra do isolamento é consequência do novo arranjo espacial das relações comerciais e de interdependência que ela fomenta, bem como o surgimento de uma nova divisão do trabalho” (CARLOS, 1994, p. 57-58).

Entendido como uma função urbana na qual as mercadorias são trocadas, o comércio teve sua origem ligada à própria história da humanidade. Ele surgiu e desenvolveu-se a partir do momento em que passou a existir um excedente de produção, fruto do desenvolvimento das forças produtivas, que levou ao sistema de trocas. (CLEPS, 2005, p. 72)

A partir desses fatores se desenvolve uma divisão interna do trabalho e uma hierarquia social mais rígida, pontos importantes para o posterior desenvolvimento das cidades, conforme afirma Sposito (1988, p.14), “Embutida na origem da cidade há uma outra diferenciação, a social: ela exige uma complexidade de organização social só possível com a divisão do trabalho”.

Sem ousar fazer um levantamento cansativo sobre o desenvolvimento posterior das cidades, que passam de pequenos agrupamentos urbanos com forte relação com o meio rural até as grandes cidades globais da atualidade, podemos elencar alguns fatores primordiais para essa transformação. Um dos pontos principais para essa inversão está no desenvolvimento do comércio como força motriz da cidade.²

A constituição da cidade é uma inovação na técnica de dominação e na organização da produção fruto da luta de classes entre dominadores e dominados. Dessa forma, com o capitalismo a cidade assumiu um novo papel: o do lugar da produção, visto que ele surgiu no centro dinâmico de uma economia urbana. A partir do momento em que a população começou a produzir excedente e as trocas foram incrementadas, a cidade passou a ter a sua origem no mercado. (CLEPS, 2005, p. 72)

² Sobre a origem e o desenvolvimento das cidades ver SPOSITO, 1991; CARLOS, 1994 e CLEPS, 2005.

A concentração econômica em determinados locais dos territórios aumentava, de acordo com Sposito (1988)

À medida que estas cidades cresciam e se tornavam capitais de impérios, ainda que pequenos — a partir do domínio do chefe político de uma cidade sobre outra cidade e, portanto, sobre toda uma região —, ampliavam seus papéis, pois se tornavam também um centro de tráficos de mercadorias da região (SPOSITO, 1998, p. 21).

A nova classe social que surgiu a partir de trocas comerciais acabou, muitas vezes, por ser despossuída de terras. Porém, controlavam o importante fluxo de mercadorias e serviços e, portanto, do capital que seria característico das cidades a partir do fim da Idade Média. Esses comerciantes ganharam espaço à medida que geravam lucros para os detentores da posse das terras e, consequentemente das cidades, ou seja, aos nobres. “Os mercadores que efetuavam negócios nas feiras pagavam-lhe pelo privilégio. Havia uma taxa de entrada e de saída, e de armazenamento das mercadorias; havia uma taxa de venda e uma taxa para armar a barraca de feira” (HUBERMAN, 1974. p. 33).

O negócio acabou sendo vantajoso para os donos de terra que lucravam sobre os impostos cobrados dos comerciantes, mas foi ainda mais interessante para os próprios comerciantes que se tornaram, posteriormente, a classe burguesa, detentora de capitais que não estavam mais fixos à terra, mas ao dinheiro e aos meios de produção, mesmo que esse capital não raro se materialize em posse de terras.

Nasce, assim, um sistema baseado no lucro e na exploração, sendo que a mercadoria teve papel fundamental na (re)organização do espaço, pois passou a ser o cerne das relações sociais e, pouco a pouco, foi substituindo diversos aspectos culturais e sociais da cidade por novos símbolos e signos baseados na troca. Mesmo que as formas sociais permaneçam iguais, a função delas dentro do processo de reprodução da riqueza se alterou drasticamente.

O mundo atual é o mundo da mercadoria. As mercadorias é que permitem novos fluxos, encontros e desencontros no cotidiano e no espaço. A troca passa a ser o sentido e o fim de tudo, porque o valor de troca passa a subordinar a si todos os momentos da vida. (ORTIGOZA, 2010, p. 24)

A dinâmica da produção, da distribuição e do consumo serão os fatores primordiais da organização do espaço capitalista. O processo de urbanização, intensificado no século XIX, surge como uma forma de melhorar as estruturas das

cidades a fim de responderem melhor às necessidades do capital produtivo. Trata-se de um processo de modernização dos espaços, modernização essa que ocorre de maneira desigual e combinada nos diferentes locais onde ela se insere.

Mais do que um simples local de adensamento populacional as cidades têm um papel fundamental na manutenção do sistema capitalista. São nesses locais que a infraestrutura concentrada permite o desenvolvimento mais efetivo da estrutura produtiva, dos meios para a circulação dessa produção e um mercado de consumo praticamente pronto para ser explorado. A cidade é, particularmente, o lugar onde se reúnem as melhores condições para o desenvolvimento do capitalismo. O seu caráter de concentração, de densidade, viabiliza a realização com maior rapidez do ciclo do capital, ou seja, diminui o tempo entre o primeiro investimento necessário à realização de uma determinada produção e o consumo do produto. A cidade reúne qualitativa e quantitativamente as condições necessárias ao desenvolvimento do capitalismo, e por isso ocupa o papel de comando na divisão social do trabalho. (SPOSITO, 2000, p. 64)

As cidades capitalistas desenvolvem-se como meio de concentração de capital e de produção, onde o consumo, incentivado pelo marketing e pela propaganda, tem seu ambiente de maior desenvolvimento. A cidade começa a ser pensada como uma prática sócioespacial em contínua transformação. Os elementos que a compõem passam a ser compreendidos dentro de uma lógica de totalidade.

O espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a *organização espacial* da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado. (CORRÊA, 1989, p. 7)

A fluidez, a dinamicidade e a velocidade acelerada que as cidades adquirem na atual fase da sociedade capitalista são imprescindíveis para o seu próprio desenvolvimento. Ela torna-se o lócus do desenvolvimento técnico e material da sociedade. Em paralelo, são nas cidades que as dicotomias e as contradições da sociedade capitalista tornam-se mais visíveis. Toda a problemática social, ambiental e política adquire mais força e intensidade nas cidades onde a visibilidade dos problemas e os debates são mais constantes.

1.3. O Consumo no/do Espaço

Os hábitos de consumo vêm se modificando constantemente e cada sociedade e época enxerga o processo de usufruto de capitais e mercadorias sob uma ótica diferente. Com a solidificação e a expansão das relações de trocas entre os indivíduos, novos hábitos vão se somando à equação do consumo.

Em um período inicial, os objetos são trocados em razão de sua finalidade e das necessidades de um determinado grupo. Por um lado, existe um excedente desse objeto e, no outro, a falta e necessidade dele. Firmam-se acordos de troca mútua em razão das necessidades individuais ou do grupo em diferentes sociedades.

Tal organização perdura até o firmamento de sociedades como uma organização complexa e com uma ampla produção de excedente. Para responder melhor às necessidades de trocas em uma cidade ou região onde elas são realizadas com produtos díspares e intensamente diversificados é necessária a adoção de um sistema de padronização de pesos e medidas, e, de modo mais significante, a monetarização dessas trocas.

A mercadoria passa, então, a adquirir características de troca além das de uso. Ou seja, um objeto passa a valer mais por seu valor quando utilizado para uma troca por outro objeto do que pelo seu uso em si.

A mercadoria, e todo o processo que envolve a sua produção, a circulação e o consumo, tornaram-se um dos pilares centrais do sistema capitalista. Os objetos, e suas respectivas formas e conteúdo, são quantificados de maneira que possam ser monetarizados e comercializados de modo mais amplo e ágil. Além disso, esse processo não se resume aos meios materiais, expandindo-se também para as relações interpessoais e para os aspectos subjetivos da vida humana, como o lazer e o descanso. A troca passa a ser um aspecto cada vez mais normatizado e onipresente da vida social.

Nesse contexto, a troca se mundializa de modo inexorável. Dessa forma, o cenário em que se realiza o processo se apoia no desenvolvimento do “mundo mercadoria”. Na vertente espacial, o processo de reprodução indica a tendência da predominância da troca em relação ao uso. O espaço-mercadoria, cada vez mais preso ao universo da troca, fragmentado pelo processo de compra e venda, impõe importantes transformações no plano do uso e do consumo do espelho. (CARLOS, 1999, p. 176)

Em suma, todos os aspectos da vida social passam a ser vistos como mercadorias a serem exploradas pelo capital. Os valores de troca permeiam as relações sociais

padronizando-as de modo a facilitar sua comercialização. “Nesse sentido, observa-se que os consumidores consomem também o próprio ambiente do consumo, e assim todas as relações passam a ser mediadas por mercadorias” (ORTIGOZA, 2010, p. 78).

Entender esse processo é fundamental para compreendermos a atual formação do espaço urbano e a organização interna das cidades, assim como os fluxos de capitais, mercadorias e pessoas dentro delas. A mercadoria e o consumo adquirem na atualidade um papel central na vida. O trabalho, o lazer e o descanso se subordinam cada vez mais a uma ideologia do consumo, à ideia cada vez mais pulverizada do uso dos objetos, lugares e sensações através do comércio.

Na dinâmica da generalização da mercadoria, os lugares vão se transformando. Muitos daqueles que tiveram em seu antigo uso muito do local, de história, de vida, modificam-se em um lugar normatizado, com um uso dirigido pela mercadoria altamente globalizada. Não importa para os empresários do setor comercial se, para vender mais, os lugares têm que se homogeneizar ou se diferenciar, o que tem importância de fato é buscar sempre novas estratégias que propiciem o aumento do consumo e, consequentemente, a expansão dos lucros. (ORTIGOZA, 2010, p. 77)

O espaço torna-se, nesse contexto, também a mercadoria, sendo comercializado como um bem de consumo. O espaço é cada vez mais o espaço para o consumo. Vende-se o espaço em si, como uma mercadoria e a mercadoria, torna-se objeto central da economia capitalista. “Constata-se, hoje, a tendência segundo a qual cada vez mais os espaços são destinados à troca, o que significa que a apropriação e os modos de uso tendem a subordinar cada vez mais ao mercado” (CARLOS, 1999, p. 178).

Compreender que os espaços vão se tornando uma mercadoria comercializável nos auxilia a entender os processos de organização da cidade e as práticas de consumo na mesma. Se cada lugar tem um valor de mercadoria, temos uma busca diferenciada para a ocupação desses locais gerando assim diferenciações na ocupação dos lugares.

Tendencialmente o espaço produzido enquanto mercadoria entra no circuito de troca, atraia capitais que migram de um setor da economia para outro, de modo a viabilizar a reprodução. Nesse contexto, o espaço é banalizado, explorado, e as possibilidades de ocupá-lo são sempre crescentes, o que explica a emergência de uma nova lógica associada a uma nova fora de dominação do espaço que se reproduz ordenando e direcionando a ocupação, fragmentando o espaço vendido em pedaços e, com isso, tornando os espaços trocáveis a partir de operações que se realizam no mercado. Desse modo, o espaço é produzido e reproduzido enquanto mercadoria reproduzível. (CARLOS, 1999, p. 179).

O consumo, nas atuais cidades capitalistas, é um dos grandes aspectos de manutenção do modelo de vida social e um dos principais motores do desenvolvimento da economia. Torna-se cada vez mais necessário incentivar o consumo, criando sua necessidade quando possível ou alterando seu conteúdo social a fim de estabelecer novos nichos mercadológicos.

Nesse contexto, os hábitos e os modelos de consumo vêm se alterando continuamente, e seu fomento é preponderante para o atual modelo de desenvolvimento. “A cidade, mesmo sob diferentes ações e contradições, é também tornada mercadoria, entra no circuito da troca e acaba sofrendo grandes impactos das relações de consumo na atualidade” (ORTIGOZA, 2010, p. 24).

O processo de reprodução do espaço a partir do processo de reprodução da sociedade se realiza, produzindo novas contradições, suscitadas pela extensão do capitalismo, o que nos coloca diante da necessidade de aprofundar o debate em torno das contradições entre o espaço público e o privado; espaço do consumo e consumo do espaço; abundância relativa da produção e criação de novas raridades (o espaço das montanhas, das praias); fragmentação do espaço no contexto de sua globalização. Todavia a contradição entre o processo de produção social do espaço e sua apropriação privada está na base do entendimento da reprodução espacial, direcionando os modos de consumo do espaço. (CARLOS, 1999, p. 178)

A reprodução social se dá, dessa forma, a partir de uma rede de relações que se modifica constantemente, sendo que o consumo tem fator preponderante nas novas organizações.

Carlos (1999) afirma que as novas apropriações capitalistas da cidade enveredam-se em praticamente todas as suas formas como a rua, que passa gradualmente de um lugar público para um ambiente apropriado pelo privado com novas caracterizações. Assim, “na metrópole, o caminho vira rua, depois se transforma em avenida e nesse ponto da história das formas de apropriação da cidade, nesse contexto, a rua deixa de ser a extensão da casa para se contrapor a ela” (CARLOS, 1999, p. 182). Segundo a autora, esse processo se estenderá à cidade capitalista como um todo uma vez que

De um lado produz-se um espaço onde se limitam cada vez mais as rupturas entre os lugares do trabalho, do lazer, da moradia, onde a estratificação socioespacial se revela nos acessos diferenciados funcionalmente. De outro, como a sociedade existe no uso dado pelas divisões do espaço, as atividades tendem a se desenvolver, na metrópole, em ambientes fechados. (CARLOS, p. 182-183)

Esses aspectos de uso e de apropriação diferenciados do lugar geram formas e estruturas diferentes, com valores de mercadorias distintos. A ocupação desses espaços se dá a partir de uma série de fatores sendo que o aspecto locacional é fundamental para as atividades comerciais.

1.4. O aspecto locacional

A questão da localização é um aspecto primordial para a reprodução das práticas capitalistas no espaço. A melhor localização dos empreendimentos é uma das preocupações constantes tanto do setor privado quanto para o poder público.

A atividade econômica apresenta um estreito relacionamento com o espaço físico que lhe dá suporte, criando o que chamamos de localização. Assim, o processo de mudança econômica é ao mesmo tempo causa e efeito dos padrões espaciais vigentes. (VARGAS, 2001, p. 49)

A disputa pelos melhores espaços, mesmo que isso signifique a construção destes, é especialmente importante para o setor terciário da economia, que por trabalhar muitas vezes diretamente com o consumidor deve se localizar então nos locais onde estes se concentram.

Segundo Vargas (2001, p. 52), “O setor terciário pode ser definido como aquele que incorpora atividades que não produzem nem modificam objetos físicos (produtos ou mercadorias) e que terminam no momento em que são realizadas [...]. Esse setor é composto principalmente pelo comércio e serviços, sendo voltado então diretamente para o consumo.

O comércio e o consumo, como partes fundamentais da sociedade capitalista, se estabelecem como protagonistas do processo de organização do espaço urbano na atualidade. “O comércio, no que tange às suas estratégias locacionais, inova as acessibilidades, cria e recria a centralidade; enfim, a gestão da cidade ganha, cada vez mais, importância na manutenção e desenvolvimento dessa atividade econômica” (ORTIGOZA, 2010, p. 26).

As formas de intervenção no espaço e na economia urbana adquirem formatos diferentes de acordo com as características dos diversos agentes, sejam eles: os pequenos comerciantes independentes, os ambulantes, os grandes estabelecimentos varejistas, o capital imobiliário voltado às atividades varejistas, ou, o e-commerce ou comércio virtual. Cada um deles age, diferentemente, sobre o espaço urbano e interfere, diversamente, sobre o desenvolvimento econômico e social (VARGAS, 2000, p. 3).

As cidades passam a ser identificadas como o cerne do consumo mundial globalizado, sendo que se reestruturam continuamente visando intensificar essa característica. Seu espaço interno passa a ser identificado como possibilidade de exploração capitalista. Os lugares são quantificados a partir das características que propiciem a instalação ou uso de estruturas de produção ou de consumo.

A concentração das atividades socioeconômicas em determinados espaços foi fundamental para o desenvolvimento das cidades, e com o crescimento destas a intensidade dos fluxos e a (re)configuração dos fixos torna esse ambiente ainda mais dinâmico para o desenvolvimento do capital.

A aglomeração dos meios de produção existe, de acordo com Costa (1999, p. 25), “(...) desde a cidade medieval. No entanto é na cidade capitalista que se caracteriza de forma crescente a concentração dos meios de consumo coletivo, definindo uma nova civilização urbana, gerando hábitos e necessidades”. Nesse contexto, os grandes empreendimentos capitalistas buscam na localização espacial uma forma de expandirem seus negócios e otimizarem o lucro.

A cidade torna-se, assim, o lócus da segregação espacial e das desigualdades sociais, sobretudo pela ocupação diversificada do espaço. Os agentes promotores dessas novas estruturações urbanas - o poder estatal, através dos investimentos em infraestruturas; o capital privado imobiliário, por intermédio de loteamentos; e as empresas industriais e comerciais, buscando a localização estratégica para a instalação dos empreendimentos - redefiniram os locais de compra e de novos planejamentos urbanos, criando novas realidades urbanas. (CLEPS, 2005, p.43)

As diferenças sociais e econômicas existentes nos centros urbanos refletem em todas as instâncias. A organização espacial dos empreendimentos e dos estabelecimentos são exemplos dessas diferenciações quantitativas e qualitativas. Os diversos agentes buscam na cidade os locais mais adequados ao desenvolvimento de suas atividades.

Os estudos sobre o comércio e consumo devem, de modo geral, partir da articulação dialética entre as relações sociais de produção e consumo e a reprodução do espaço, para se chegar à análise crítica do urbano. (ORTIGOZA, 2010, p.8)

O comércio e o consumo, como partes integrantes da sociedade e agentes fundamentais da organização do espaço urbano, integram-se nesse processo de maneira intrínseca. As cidades se estabelecem como o cerne do consumo e se organizam internamente com tal intento. “A história do comércio se confunde com a história das cidades. Isso porque os novos formatos de lojas, traduzidos em métodos inovadores de atrair consumidores, mudam a dinâmica das localizações” (ORTIGOZA, 2010, p. 26).

Os grandes empreendimentos capitalistas buscam na localização espacial uma forma de expandirem seus negócios e aumentarem suas margens de lucro. A localização dos empreendimentos comerciais é preponderante na atual lógica de produção e de consumo. Da mesma forma, a centralização de certas atividades, como os estabelecimentos varejistas, é fundamental para a obtenção de lucros satisfatórios.

Considerando-se isto, podemos concluir, também, que todas as mudanças pelas quais passaram e passam as cidades refletem a própria especialização funcional e a divisão social e territorial do trabalho num processo que representa as relações produtivas no contexto da estrutura urbana. (MONTESSORO, 2006, p. 40)

A cidade surge como o resultado, em constante transformação, do jogo de força e de poder existente entre os diversos elementos do espaço. O poder público, as grandes corporações e multinacionais, os pequenos comerciantes, os trabalhadores informais e os moradores são alguns exemplos de agentes espaciais que atuam sobre o espaço urbano. Cada um deles têm interesses diferentes, o que frequentemente resulta em um embate de forças. A perspectiva e o poder de ação deles também variam muito no contexto urbano.

A acumulação do capital sempre foi uma ocorrência profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes da expansão geográfica, da reorganização espacial e do desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo, há muito tempo, teria deixado de funcionar como sistema econômico político. (HARVEY, 2005, p. 193)

As grandes empresas capitalistas, como multinacionais e transnacionais, detêm maior influência no momento de obter privilégios para seus empreendimentos e poder econômico para estruturar os locais onde irão atuar. Os pequenos comerciantes e

empreendimentos com baixo capital de investimento atuam no espaço urbano de maneira diferente, adaptando-se às necessidades e possibilidades dos locais.

Segundo Santos (2008, p. 32), “Todo espaço conhece assim uma evolução própria, resultado de uma conjugação de forças externas pertencentes a um sistema cujo centro se encontra nos países-polos e de força já existentes nesse espaço”. Esses níveis escalares tornam-se mais distintos ao analisarmos a influências de agentes globais e locais no espaço. Em uma economia global o que vem de “fora” tenta se sobrepor às demandas e necessidades dos entes locais.

Há ainda uma outra realidade escalar que precisa ser considerada, pois o papel do espaço, que vem sendo abordado sob diferentes visões, ou seja, como produto, condição, meio, suporte, contexto e elemento de diferenciação, faz-se em dois níveis: 1) no plano global, ditando grandes princípios que norteiam a organização espacial do comércio, provocando em grande nível a homogeneização dos sistemas comerciais nas cidades de todo o mundo; 2) no plano local, orientando as especificidades propiciadas pela atuação dos agentes locais. (ORTIGOZA, 2010, p. 13)

A complexidade das cidades capitalistas, em um mundo cada vez mais globalizado, exige diferentes graus de abordagens, pois as redes de comando, de produção e de consumo locais passam a se integrar cada vez mais com a ordem global.

Com a interpenetração do global no local, e vice-versa, as cidades vão se fragmentando, num mosaico composto por áreas comerciais com distintas características de centralidade, acessibilidade, funcionalidade e simbolismo. E assim a antiga ordem hierárquica, que organizava a cidade e ditava as decisões espaciais da compra, é significativamente abalada, dando lugar a novos nexos e fluxos, muito mais complexos, onde as contradições entre o centro e a periferia, o tradicional e o moderno, a centralidade e a acessibilidade apresentam nova roupagem e adquirem novos conteúdos. (ORTIGOZA, 2010, p. 79)

A cidade atual é, então, resultado da dinâmica de diversos entes que agem direta e indiretamente sobre ela, ou seja, trata-se de um espaço socialmente construído em que as diversas formas e estruturas de sua organização interna acabam por representar diferentes aspectos dessa mesma sociedade. A paisagem da atual cidade capitalista, mesmo querendo ser moderna e global, apresenta traços de distintos tempos e também de distintas ocupações.

Sobre a dinâmica das cidades podemos considerar que apresentam um conteúdo que caracteriza as várias formações socioespaciais que foram se estruturando e criando condições para que cada uma delas se apropriasse do espaço (re)agrupando as diferentes funções que abriga num processo que é histórico, ou seja, a cidade comercial a partir da organização do comércio local favorece a circulação da mercadoria, dos fluxos, da propaganda concluindo o ciclo do capital. (MONTESSORO, 2006, p. 43)

No que concerne ao desenvolvimento das práticas comerciais, assim como de outras facetas da vida urbana, o aspecto locacional é decisivo. Vargas (2001) elenca três teorias locacionais principais para a tomada de decisões para a localização de empreendimentos do setor terciário: a neoclássica, a behaviorista e a estruturalista.

Segundo a autora a teoria neoclássica tem como enfoque a busca de uma localização ótima das atividades, baseada principalmente do cálculo de distâncias, a fim efetivar a maximização dos lucros. Assim, os agentes necessitariam de um completo conhecimento e informações sobre fatores tais como: custos de transporte, e mão de obra e de distribuição, dentre outros.

A teoria behaviorista buscava principalmente a formulação de generalizações baseadas no indivíduo como principal pilar dos fatos econômicos. Nessa visão os planejadores devem assumir que não existe uma localização perfeita ou ótima, ou seja, nenhuma localização definida será a melhor, pois os dados e os fatores que influenciam nessa questão são muitos e inconstantes. “Essa teoria assume que os negócios podem tentar satisfazer vários objetivos além dos lucros, como segurança, crescimento, minimização dos riscos, auto-preservação e satisfação pessoal” (VARGAS, 2001, p. 57).

Por fim, a teoria estruturalista é, segundo a autora, “[...] o que uma economia faz dele e o território econômico é o produto de toda uma estrutura do sistema econômico no qual os indivíduos operam” (VARGAS, 2001, p. 59). Para os adeptos dessa teoria as localizações dos empreendimentos são resultados de dinâmicas espaciais e das forças do capital que agem sobre ele. Para eles a escolha da localização é variável no tempo e no espaço, sendo que devem ser contextualizadas dentro desses fatores.

Baseados em muitos desses fatores os empreendimentos buscam se posicionar no espaço para se reproduzirem de forma mais intensa. Conforme mencionado, os empreendimentos modernos, através de seus vultosos fluxos de capital e influência dentro dos poderes públicos, buscam e conseguem se posicionar em locais chave para o desenvolvimento de seus negócios. Da mesma forma, os pequenos e os médios

empreendimentos se materializam em locais propícios da cidade, porém, sem as mesmas possibilidades obtidas pelos grandes capitais.

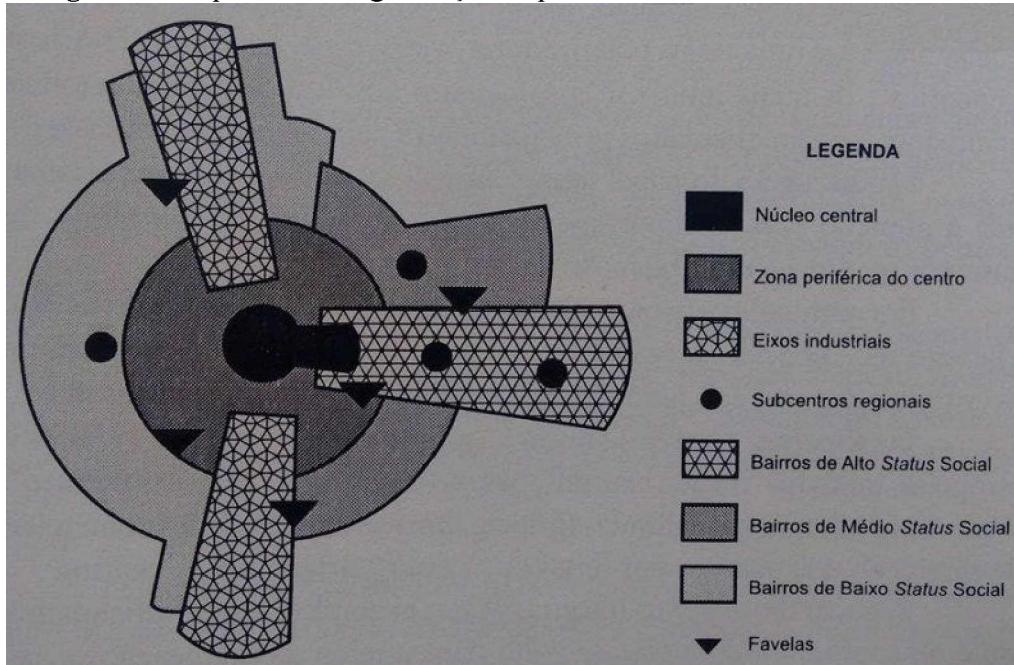
A grande corporação capitalista pode, primeiramente, tomar decisões de investimento em um ou outro setor e/ou lugar a partir de estudos de viabilidade técnica que o pequeno capitalista não está capacitado a fazer. Por outro lado, a grande corporação possui uma escala interna de operações de ordem tal que prescinde da presença de outras atividades. As restrições locacionais que a afetam são mínimas. Podem criar ou induzir à criação de uma série de vantagens na sua própria escala ou investir no poder de pressão junto ao Estado: quantos prefeitos, deputados, senadores e ministros não estão, nos países capitalistas, direta ou indiretamente vinculados a uma ou mais corporações? (CORRÊA, 2000, p. 34)

Forma-se assim, um mosaico de ocupações na cidade. O comércio, os serviços, as indústrias e a população em geral buscam na cidade, de maneira desigual, o seu local de desenvolvimento, formando redes de hierarquias urbanas. Cada região da cidade passa a apresentar características próprias que se acentuam com políticas públicas dispareces e interessadas em manter certos privilégios a determinadas porções do território em detrimento de outras.

É no capitalismo, contudo, que a segregação residencial torna-se mais complexa, à medida que se amplia o processo de estruturação das classes sociais e seu fracionamento. Novos modelos espaciais de segregação aparecem impulsionados pelos diferentes agentes da organização espacial urbana: proprietários fundiários, incorporadores imobiliários, industriais, articulados em maior ou menor grau aos bancos, e o Estado. (CORRÊA, 2000, p. 40)

Podemos observar na figura 2 uma representação da organização interna de uma cidade da América Latina.

Figura 2: Esquema da Organização Espacial da Cidade Latino Americana



Fonte: AMORIN FILHO; SENA FILHO, 2005, p. 32
 Adaptado de: CORRÊA, 1989, p. 75.

Nessa representação observamos a caracterização básica de algumas das principais divisões existentes em muitas cidades dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Notamos uma diferenciação das áreas ocupadas por diferentes estratos sociais. Os bairros de baixo padrão são muitas vezes construídos em locais afastados do centro da cidade, em regiões de infraestrutura precária ou inexistente. Essas diferenciações são, muitas vezes, definidas de antemão pelo poder público que tem nos planos diretores as ferramentas que possibilitam não só a utilização plena dos espaços para a exploração do capital, mas também para a segregação de determinadas classes.

A organização espacial é o resultado do trabalho humano acumulado ao longo do tempo. No capitalismo, este trabalho realiza-se sob o comando do capital, quer dizer, dos diferentes proprietários dos diversos tipos de capital. Também é realizado através da ação do Estado capitalista. Isto quer dizer que o capital e seu Estado são os agentes da organização do espaço. Daí falar-se em espaço do capital. (CORRÊA, 2000, p. 33)

Porém, mesmo com o planejamento do poder público e os direcionamentos definidos pelos agentes imobiliários, a cidade transforma-se constantemente de maneira dinâmica e fluida. Uma vez que, de acordo com Montessoro (2006, p. 71), “A cidade é palco das necessidades urbanas, é o lugar das trocas, dos encontros, dos desejos, do

consumo, que favorecem à dinâmica da (re)produção e da (re)estruturação dos espaços intra-urbanos”.

Dentre esses espaços intraurbanos, um dos mais dinâmicos é o centro. Assim como a cidade funciona como agregador social, o centro funciona como agregador da própria cidade. Conforme as cidades foram expandindo e se caracterizando de maneira diferente em suas diversas porções, o centro permanecia como o local onde se encontravam os principais serviços e centros comerciais. Além disso, funcionavam como ponto de encontro para pessoas que moravam cada vez mais distanteumas das outras.

A própria origem do centro pode ser, em muitas cidades, remontada à sua própria origem.

Quando discutimos a origem do centro urbano buscamos compreender a sua estruturação desde o núcleo inicial através do povoado que foi se organizando ao redor de um ponto considerado estratégico e que se diversificou mediante as exigências impostas pelas mudanças nas características daquele espaço, ou seja, foi necessário instituir o poder e o controle sobre a população que estava se firmando no local. (MONTESSORO, 2006, p. 42)

A concentração das atividades em determinados espaços da cidade beneficia certos setores da economia como o comércio e os serviços.

A concentração de atividades localizadas em um ponto do território, maximizando a acumulação de capital para as mesmas, condiciona a continuidade deste processo: os complexos industriais e as áreas metropolitanas são exemplos típicos. O mesmo se pode dizer, mudando a escala, das ruas caracterizadas por um único tipo de atividade - comércio de móveis, confecções ou peças e acessórios de veículos. As vantagens advindas da aglomeração induzem à reprodução do padrão espacial preexistente. (CORRÊA, 2000, p. 39)

O centro é, então, historicamente um local de concentração das atividades de comércio e de serviços das cidades. A região central da cidade é costumeiramente uma das mais antigas, e de onde geralmente se irradiava o crescimento do tecido urbano.

Dessa forma, trata-se de um local já amplamente urbanizado e com uma infraestrutura de serviços básica já consolidada, mesmo que seja constantemente modernizada. Soma-se a isso o fato dessa região ser ocupada inicialmente pelos estratos mais altos da população, o que leva em muitos casos a uma atenção especial por parte do poder público, e com grandes capitais se instalando nesses locais para atender a esses estratos teremos uma modernização ainda mais efetiva desse território.

De fato, a área central constitui-se no foco principal não apenas da cidade mas também de sua interlândia. Nela concentram-se as principais atividades comerciais, de serviços, da gestão pública e privada, e os terminais de transportes inter-regionais e intra-urbanos. Ela se destaca na paisagem da cidade pela sua verticalização. (CORRÊA, 1989, p. 38)

Forma-se no centro das grandes e médias cidades uma paisagem marcada por prédios, avenidas movimentadas, grandes estabelecimentos comerciais e de serviços, intensa movimentação de pedestres e uma efetiva presença de ambulantes e vendedores de rua. Valendo-se de uma rede de fluxos que confluem e também partem dessa região que é costumeiramente dotada de infraestrutura eficiente e em constante manutenção.

Para muitas cidades o centro, postulado como principal e tradicional, concentra e condensa as atividades do setor terciário, fundamentais para caracterizar o dinamismo dessa área num processo que coloca em evidência a própria produção do espaço urbano, produção esta que vem mesclada por um conteúdo construído socialmente. (MONTESSORO, 2006, p. 36)

Porém, com a industrialização e o crescimento urbano a estrutura e as formas das cidades vêm ganhando novos usos e significações em um ritmo bastante acelerado. No Brasil, a região central das cidades tem passado por mudanças profundas, tanto em sua forma como em sua função, após a década de 1950. Temos nesse período o inicio de uma desconcentração das atividades comerciais nas cidades, possibilitada pelo uso cada vez mais massivo do automóvel; pelas vias de trânsito rápido que passam a conectar regiões antes distantes umas das outras, fomentada pelos altos preços dos aluguéis nas regiões centrais; os congestionamentos; os problemas de segurança e a deterioração dos espaços.

É preciso salientar que não verificamos mais na maioria das cidades a constituição de um centro único, que monopoliza as estratégias do capital, ou seja, as mudanças na estrutura interna urbana assinalam o processo de expansão das áreas centrais, e por conseguinte, a multiplicação da centralidade, que se manifesta nos novos eixos que vão se formando, em virtude principalmente, do crescimento das mesmas. (MONTESSORO, 2006, p. 57)

Muitos estabelecimentos comerciais e de serviços passam a se estabelecer em subcentros localizados em diversos lugares da cidade, não se restringindo dessa forma a apenas à região central. Esses novos locais oferecem, em muitos casos, a possibilidade de locação de espaços maiores e mais baratos que no centro, além de facilidades de

acesso, proporcionadas por grandes e largas avenidas que conectam as diferentes regiões da cidade.

Outro ponto importante dessa ocupação diferenciada dos espaços são os tipos de centralidades criadas uma vez que elas começam a aparecer a partir de determinadas estruturas como grandes centros atacadistas, hipermercados e shoppings centers.

Existe, de um lado, um processo de reprodução simples do espaço e, de outro, ampliada. No primeiro caso, um local de concentração de atividades, como o centro da cidade, expande-se vertical ou horizontalmente. Isto se dá pelo aparecimento de novas empresas que são agregadas ao espaço já constituído. No segundo caso, uma nova organização espacial é criada ou alterada pelo aparecimento de subcentros comerciais, cuja forma mais moderna é o shopping center, tais como Barra Shopping, Rio Sul, Ibirapuera, Eldorado, BH Shopping, Iguatemi etc. (CORRÊA, 2000, p. 39)

O centro passa a ser ocupado por lojas e estabelecimentos de preços populares, aproveitando-se ainda do grande fluxo de pessoas que se movimentam pelas ruas e avenidas centrais. Soma-se a esses comércios formais a apropriação cada vez mais intensa dos espaços públicos como calçadas, praças e a própria rua de trabalhadores ambulantes e de camelôs. Esse processo somado à criação de novas centralidades pelo capital cria uma dinâmica diferenciada nas cidades médias e grandes.

Um dos mais importantes fenômenos que aconteceu com as cidades, ainda no século XX e que se manifesta até os dias atuais, foi, sem dúvida, a multiplicação e a diversificação das áreas de concentração das atividades comerciais e de serviços que, ao migrarem das áreas centrais das cidades para áreas consideradas até então como periféricas, criaram novos fluxos, estabelecendo e intensificando novas centralidades. (CLEPS, 2005, p. 65)

Esse fato se deu, em parte, pelas dificuldades que a concentração das atividades desencadeou nas regiões centrais da cidade

Os efeitos da ampliação do capital das empresas localizadas no centro da cidade, somados às deseconomias de aglomeração, quer dizer, o congestionamento do tráfego, a ausência de áreas para expansão ou o alto preço da terra, traduzem-se na recriação de novas concentrações de atividades em áreas distantes do centro da cidade e dotadas de algumas vantagens locacionais como uma posição geográfica favorável. (CORRÊA, 2000, p. 39)

Esses processos vão influenciar profundamente as formas e as relações comerciais na atualidade, sendo que o aspecto locacional vai ser definidor nos circuitos

de consumo, agregando valor ou prejudicando certas formas e estruturas presentes em determinados espaços.

Os usos expressam a dinâmica das atividades econômicas que no centro mantêm-se concentradas, embora os cidadãos estejam fragmentados no espaço urbano através da lógica dos valores de uso diferenciados, isto é, temos o lugar da residência, do trabalho, do lazer e que se enquadram nas estratégias imobiliárias aprofundando as contradições, pois uma grande maioria dirige-se ao centro para desenvolver qualquer atividade mesmo que seja a de perambular pelo local. (MONTESSORO, 2006, p. 175)

Essa centralização das atividades tem importância fundamental para os ambulantes. O centro das cidades, mesmo que passando atualmente por um processo rápido de deterioração, oferece a esses trabalhadores um local propício para suas atividades. O centro cumpre, dessa forma, ainda sua função de agregador de diversas atividades, sendo o destino procurado por muitos indivíduos para solucionar questões econômicas e sociais, além de se estabelecer como um importante local de estabelecimentos varejistas.

A partir desses apontamentos podemos inferir que os aspectos que moldam o crescimento e o desenvolvimento das cidades, bem como o de seus elementos, são diversos, sendo que o comércio e o consumo caracterizam-se por representarem um dos pilares mais importantes dessa (re)estruturação. Juntamente, o aspecto locacional é primordial para a reprodução das formas, das estruturas e dos conteúdos das cidades.

Para as atividades comerciais o fator de localização é determinante para suas diversas modalidades, como é o caso do comércio ambulante, o qual se beneficia da mobilidade para se posicionar nos locais onde é possível exercer a atividade de troca de maneira mais plena e vantajosa. Trata-se de um tipo de comércio oportunista e furtivo que tem se beneficiado de diversas mudanças na estrutura de trabalho e nas características da sociedade capitalista atual.

No capítulo seguinte, retomaremos estas questões a fim de aprofundarmos as análises sobre o comércio ambulante.

2. O COMÉRCIO AMBULANTE DE ALIMENTOS

As formas comerciais, como já salientado, modificam-se continuamente de acordo com o processo e o contexto social, político e econômico em que elas se inserem. O aspecto locacional e o apelo ao consumo também afetam em maior ou menor grau a estruturação dessas atividades no espaço. Algumas modalidades de comércio se reproduzem mais intensamente em determinados momentos como nos de crescimento econômico ou mesmo nos de crises, sendo que algumas delas subsistem adaptando-se às necessidades.

As cidades capitalistas atuais são ambientes de heterogeneidades, formadas por vários tipos de usos, de ocupações e de conteúdos sociais distintos. O consumo, que é um dos principais elementos para compreender as cidades, influencia diretamente na construção dessas, gerando formas e estruturas que visam intensificar o consumo nos e dos espaços urbanos.

As formas comerciais, conforme visto no capítulo anterior, modificam-se internamente e externamente respondendo às dinâmicas espaciais, sociais e econômicas de um determinado período histórico.

Essas mudanças acabam por responder, muitas vezes, a processos externos à realidade local como, por exemplo, as sequências de modernização do aparato produtivo de países do centro capitalista, às quais, por exemplo, dão origem a distintas materializações do capital e de suas variações no espaço.

Podemos entender a diferenciação das formas comerciais no espectro de modernizações, sendo que, nesse caso, teremos diferentes formas, estruturas e funções para um mesmo processo. Essas modernizações diferentes do território geram circuitos econômicos de produção e de consumo distintos. Os setores superior e inferior da economia urbana representam a materialização distinta das técnicas e das tecnologias no espaço.

O comércio ambulante insere-se nessa lógica de modernização como uma das modalidades comerciais existentes no circuito inferior. As características desse tipo de comércio são bastante específicas e permitem que os trabalhadores ambulantes transformam-se e readéquem-se de acordo com a realidade social e o contexto econômico da sociedade. Essa dinâmica se intensificou nas últimas décadas,

principalmente a partir de 1970, com o avanço da informalidade e da precarização do trabalho formal.

Este capítulo tem, portanto, como objetivo analisar o comércio ambulante no contexto de ampliação do consumo como aspecto básico da vida capitalista e dos impactos das modernizações econômicas no desenvolvimento dessas atividades. Dentre esses impactos um dos mais significativos é o da importância desse tipo de comércio para a geração de renda em períodos de crise e das mudanças de hábitos de consumo que levam a uma forma essencialmente diferente da qual o comércio ambulante era visto até o momento.

O comércio ambulante pode ser entendido dentro de uma lógica de apropriação desigual dos espaços, mas também relaciona-se com outras questões como a necessidade de consumo dos centros urbanos. Em períodos diferentes da história das cidades brasileiras o comércio ambulante de alimentos representou distintas formas, e também outras que não se alteraram, respondendo a variadas necessidades.

2.1. Aspectos econômicos do desenvolvimento dos setores da economia urbana

O capitalismo desenvolveu-se durante a história através de uma sequência de modernizações no seu aparato produtivo e de acumulação. Essas modernizações partiram, inicialmente, dos países considerados na atualidade como centro capitalista, atingindo, posteriormente, os lugares mais distantes.

Essas modernizações econômicas não alcançam todos os lugares na mesma velocidade e nem com a mesma intensidade. Isso decorre de uma série de interesses envolvidos entre os agentes de poder e de acordo com as características de cada lugar que recebe essas modernizações. Além disso, os diversos lugares oferecem diferentes resistências para a devida acomodação dessas modernizações no território. Isso é um importante fator gerador das desigualdades regionais dentro dos Estados-Nações e mesmo de regiões.

O apelo ao consumo, juntamente com novas e mais chamativas campanhas de marketing, tornam o mundo capitalista um mundo da mercadoria. Faz-se necessário participar do circuito produtivo e de consumo para ser parte da sociedade, sendo que mesmos as relações sociais ou são tornadas mercadorias ou são mediadas por elas. Porém, esse apelo ao consumo, assim como a produção e a circulação, não atingem de maneira homogênea os territórios.

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas de consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços. (SANTOS, 2008, p. 37)

A desigualdade econômica e social cria nas cidades diferentes circuitos econômicos para atender as demandas das diferentes camadas sociais. Isso se dá através de um processo histórico advindo das modernizações econômicas e produtivas do capitalismo sobre o espaço.

Elas partiram, inicialmente, dos países considerados como o centro capitalista, atingindo, posteriormente, outros territórios. Essas alterações, antes de tudo econômicas, não afetam todos os lugares na mesma velocidade e nem com a mesma intensidade. Segundo Santos (2008, p. 31), “a cada modernização, o sistema tende a desdobrar sua nova energia para os subsistemas subordinados”.

Isso decorre de uma série de interesses envolvidos entre as elites dos países centrais, onde são criadas a maior parte das novas técnicas e tecnologias, e dos que recebem esses pacotes de mudanças. Esses são importantes fatores na atualidade para as diferenças regionais dentro dos Estados-Nações e mesmo de regiões. O espaço atual é o resultado de uma série de mudanças e alterações em sua estrutura organizacional, sendo que isso se intensifica com a modernização cada vez mais rápida das técnicas e das tecnologias.

As modernizações, que resultam em novas técnicas e tecnologias, têm por objetivo ampliar o lucro produtivo e comercial das empresas. Porém, parte da população não tem acesso direto aos bens produzidos com base nas tecnologias mais modernas que surgem nesses períodos. Elas dependem de produtos com tecnologias obsoletas, ultrapassadas e/ou comercializadas de forma paralela. Trata-se de um circuito produtivo alternativo que tem nas classes sociais menos favorecidas seus maiores consumidores.

A presença de formas com conteúdos funcionais aos interesses das grandes corporações possibilita a instalação, num mesmo subespaço, de diversos circuitos espaciais produtivos, tornando o espaço um mosaico, no qual convivem formas com rationalidades e conteúdos diversos, concebidas e implantadas em momentos distintos. (CASTILLO, FREDERICO, 2010, p. 463)

A utilização massiva de grandes somas de capitais, em sua maior parte de origem estrangeira, permite ao circuito superior trabalhar com técnicas mais avançadas, com uma maior capacidade de estocagem, com uma melhor localização espacial de seus estabelecimentos, além de infraestrutura e de tecnologia moderna a fim de executar suas atividades com a maior margem de lucro possível.

Essas atividades são, frequentemente, beneficiadas por subsídios públicos, tanto para sua instalação quanto para sua manutenção. Por outro lado, as atividades do circuito inferior trabalham com pouca capitalização e uso de baixa tecnologia.

O processo de crescimento econômico e modernização tecnológica, seletivo e concentrador, não consegue atender de igual forma todos os habitantes da cidade grande, que fazem parte do mesmo mercado, porém com os mais diferentes níveis de capital, trabalho, organização e tecnologia. Diferentes formas de produzir que, por sua vez, correspondem a diferentes formas de consumir. Essa segmentação do mercado autoriza a convivência de uma ampla variedade de formas de realização econômica, que trabalham segundo diversas taxas de lucro, produtividade, rendimentos e salários. (ARROYO, 2008)

No quadro, a seguir, são apresentadas algumas diferenciações das características básicas dos dois circuitos da economia urbana propostas por Santos (2008).

Quadro 1: Características dos Circuitos da Economia Urbana

	Círculo Superior	Círculo Inferior
Tecnologia	Capital Intensivo	Trabalho Intensivo
Organização	Burocrática	Primitivo
Capitais	Importantes	Reduzidos
Emprego	Reduzido	Volumoso
Assalariado	Dominante	Não Obrigatório
Estoques	Grande Quantidade e/ou Alta Qualidade	Pequena Quantidade e/ou Qualidade Inferior
Preços	Fixos	Submetidos a Discussão
Crédito	Bancário Institucional	Pessoal, não institucional
Margem de Lucro	Reduzido por Unidade	Elevada por Unidade
Relações com os Clientes	Impessoais	Diretas
Custos Fixos	Importantes	Desprezíveis
Publicidade	Necessária	Nulas
Reutilização dos Bens	Nula	Frequente
Overhead Capital	Indispensável	Dispensável
Auxílio Governamental	Importantes	Nula ou Quase Nula
Dependência Direta do Exterior	Grande	Reduzida ou Nula

Adaptado de: SANTOS, M. 2008, p. 44.

Organizado por: ROSA, T. A., 2014.

Dentre essas características podemos destacar a tecnologia, que é utilizada no circuito superior de forma intensa, enquanto que no circuito inferior as técnicas e tecnologias são baseadas no uso intensivo do trabalho manual. O uso de capitais, intenso no circuito superior e reduzido no inferior, advém de um sistema baseado em variáveis como estoque, publicidade, emprego e nos preços das mercadorias. Apenas no quesito de emprego o circuito inferior trabalha com maior volume, pois, como se utiliza de tecnologias muitas vezes ultrapassadas e/ou insuficientes, é necessária a utilização de mão de obra mais intensa a fim de garantir o andamento de suas operações.

As condições de evolução da economia moderna e o enorme peso de uma população urbana com baixo nível de vida, que não para de aumentar com a chegada maciça de migrantes vindos do campo, acarretam a existência, ao lado do circuito moderno, de um circuito econômico não-moderno, que compreender a pequena produção manufatureira, frequentemente artesanal, o pequeno comércio de uma multiplicidade de serviços de toda espécie. As unidades de produção e de comércio, de dimensões reduzidas, trabalham com pequenas quantidades. (SANTOS, 2004, p. 197)

Cabe ressaltar que ambos os circuitos produtivos não são independentes, mas sim integrados dentro do espaço urbano com a predominância do circuito superior.

[...] atividades do circuito inferior não são independentes das outras, mas um meio através do qual o processo de acumulação capitalista pode incluir um setor que não é atrativo para a grande empresa. Além do mais, garante determinado nível de subsistência para uma população aparentemente marginalizada que não teria emprego fixo nas atividades modernas. Os biscoiteiros, os ambulantes, as diversas oficinas de reparação semi-clandestinas e as pequenas unidades de produção de sucedâneos de produtos conhecidos são formas do circuito inferior. (CORRÊA, 2000, p. 35)

As atividades do circuito inferior são diretamente dependentes do circuito superior. Essa dependência manifesta-se na forma de aquisição de mercadorias, empréstimos financeiros e associação de seus produtos a marcas ou tendências lançadas por grandes empresas multinacionais. Assim, os integrantes do circuito inferior perpetuam-se de forma praticamente paralela aos empreendimentos dos grandes capitais.

Isto nos leva a pensar que tais atividades são importantes no cotidiano de acordo como são concebidas e praticadas, ou seja, as funções desenvolvidas pelos engraxates, pelas empregadas domésticas, as costureiras, as doceiras e outras, acabam sendo realizadas por pessoas de forma simplificada, se comparada aos demais, pois os grandes empresários se encarregam de outras atividades que não são as realizadas pelos trabalhadores simples, o que justifica a existência dos dois circuitos econômicos que apresentam uma interligação no processo de constituição de uma sociedade capitalista. (MONTESSORO, 2006, p. 153)

O comércio ambulante encaixa-se nesse contexto de interrelações entre os dois setores da economia urbana. Mesmo pertencendo ao circuito inferior, ele mantém conexões com grandes empresas varejistas e indústrias para adquirir os produtos ou as matérias primas para os itens que serão comercializados por eles. Porém, pertencendo ao circuito inferior, a prática dos ambulantes aparece mesclada a outras atividades comerciais realizadas de forma simplificada e que tem os espaços públicos como local de atuação. É o caso do comércio de rua e também da informalidade, conforme veremos a seguir.

2.2. O comércio ambulante, de rua ou informal

Conforme visto anteriormente as cidades têm suas estruturas, funções e formas alteradas continuamente em razão dos processos sociais em que elas estão inseridas. Uma cidade medieval tem diversas características em comum com uma megalópole do século XXI, como uma determinada concentração de pessoas, prédios e relações sociais e, ao mesmo tempo, difere dela quase que integralmente. Poderíamos identificar em cada uma delas um modelo de desenvolvimento específico, assim como diversas peculiaridades que definem os modos de vida e os aspectos econômicos destas.

Da mesma maneira que também podemos compreender as modalidades comerciais em acordo com o período em que elas se estabelecem. Elas vão se diferenciando no decorrer do tempo e mantendo certas características em comum. Esse processo pode ser observado também com o comércio ambulante, com a ressalva de que esta modalidade comercial permanece com sua forma praticamente a mesma daquelas desenvolvidas nos primórdios do comércio.

No entanto, até certo momento da história a identificação dos espaços públicos e privados era limitada, assim como as definições das formas comerciais.

Monnet (2006, p. 177) divide em quatro grandes períodos a evolução da espacialidade, da mobilidade e da formalidade das transações comerciais urbanas. Um que vai até o século XVIII, outro durante o XIX, um terceiro durante a segunda metade do século XX e outro que se inicia no fim do século XX e estende-se até os dias atuais. Ele aponta que até o século XVIII o comércio ambulante ou de rua era comum nas grandes cidades uma vez que a definição de público ou privado não era tão clara como nos dias atuais. Assim, tendas e barracas de mercadores estendiam-se por ruas, pontes e nos corredores dos grandes prédios, sendo que as transações envolvidas nesses negócios ocorriam ao ar livre.

Segundo o referido autor, a partir do século XIX esse panorama começa a se alterar com presença mais intensa dos mercadores enquanto profissão, uma vez que tributos, leis e legislações específicas entram em vigor para o trabalho deles nas cidades.

A partir da segunda metade do século XX o comércio, ainda de acordo com Monnet (2006), passa por uma revolução estrutural com a especialização dos lugares para determinadas funções. Os espaços específicos para o consumo, como galerias comerciais e shoppings, começam a designar um novo modo de vida urbano. Nesse contexto, os espaços de circulação também vão se tornando espaços de consumo, uma vez que a disseminação de vitrines permite uma interação entre o indivíduo e a mercadoria.

Desde o fim do século XX porém, essas estruturas específicas tem se alterado substancialmente, gerando espaços mistos onde a circulação, o consumo e o lazer aparecem tão interligados que não podem ser separados. O comércio de rua e o ambulante integram-se a um novo setor da economia urbana com os fluxos de consumo se tornando cada vez mais constantes (MONNET 2006, p. 177).

Desse processo podemos estabelecer três conceitos importantes para compreender o comércio desenvolvido nos espaços públicos de forma simplificada: o comércio ambulante, o de rua e o informal. Estas três denominações partem de análises diferentes e perspectivas distintas de atividades comerciais do circuito inferior da economia urbana.

Para identificar essa atividade de forma genérica e não específica, existem três qualificações principais. A identificação do “comércio informal”, elemento do setor informal da economia, parece ser dominante em todas as línguas e em todos os países, como se o vocabulário do saber economicista fosse hegemonic nos discursos políticos, didáticos e científicos. Por outro lado, o inglês difere sensivelmente do espanhol e do francês quando se trata de identificar, não mais um vasto “setor”, mas a atividade precisa de atores: ele fala de “street vendors” fazendo com que o local de exercício de atividade seja o determinante principal desses vendedores. O espanhol e o francês insistem, por sua vez, em um outro determinante, o da mobilidade do vendedor (“vendedores ambulantes” ou “marchands ambulants”). (MONNET, J. 2006, p. 173)

Cada uma dessas definições designam determinados tipos de atividades desenvolvidas nos centros urbanos, criando-se, assim, em muitos casos, dificuldade conceitual e de classificação desses trabalhadores. Podemos observar que essas definições buscavam partir de três elementos distintos: a falta de regularização desse tipo de comércio, o local onde essas atividades são executadas e a mobilidade dos vendedores. Destas três perspectivas surgiram as definições diferentes que acabaram sendo utilizadas à revelia, sem o devido rigor metodológico. Em linhas gerais, podemos caracterizar essas atividades da seguinte forma:

Quadro 2: Caracterização de Comércio Informal, de rua e ambulante

Tipo de Comércio	Características
De rua	Normatividade jurídica da ocupação legítima ou ilegítima do espaço público, visibilidade na paisagem urbana.
Ambulante	Mobilidade do vendedor, instabilidade do dispositivo de venda.
Informal	Ausência de registros, de informações estatísticas e/ou de arrecadação fiscal.

Fonte: MONNET, J. 2006, p. 173.

Adaptado por: ROSA, T. A., 2015.

Inicialmente, temos o comércio de rua sendo definido pela sua ocupação do espaço público, estando essa ocupação firmada de maneira legítima ou não. Esse tipo de comércio também caracteriza-se por ser mais fixo, estabelecendo-se nos espaços através de barracas, tendas ou estruturas móveis que são montadas cotidianamente no mesmo local.

Figura 3: Comércio de Rua em Pequim - 1909 – 1917



Fonte: Biblioteca Pública de Nova Iorque, 2015
<http://digitalcollections.nypl.org>

Foto 1: Comércio de Rua em Uberlândia - 2015



Autor: ROSA, T. A. 2015
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

Ao contrário dos ambulantes que têm maior mobilidade, o comércio de rua necessita de um ponto fixo no espaço, pois suas estruturas mesmo que móveis costumam ter maior complexidade, não podendo ser montadas ou desmontadas várias vezes durante o dia para que eles mudem de local.

Figura 4: Reportagem do jornal O Globo sobre a ocupação de ambulantes e camelôs do espaço público - 1958

4-12-58

O. GLOBO

SOB A CAPA DE AMBULANTE QUEM SE AQUECE É CAMELÔ

Desapareceu inteiramente um tipo de comércio tradicional das nossas ruas — Os ambulantes da outrora "Pararoma" à beira da Calçada, sob os olhos complacentes das guardas municipais — infestando o Méier e outras pontas da Cidade pelo prazo dos ambulantes-camelôs

O TRADICIONAL comércio de "ambulantes" no Rio está completamente desaparecido. O ambulante no Rio agora é camelô, levando sobre o colégio a vantagem de, caso algum dia, muito remoto, venha a aparecer o "vaga", poder passar que está na calçada. Pelo menos, é o que falam os prefeitos. Eles acham que sua volta, a chapinha amarela de "Ambulante" — 1958, é só mais um sonho, e é direito de estacionar na rua como o faz acidentalmente, passando a malta de bugigangas sobre calçotes, na beira da calçada, o comércio de ali de Janeiro. As reportagens de O GLOBO mostraram que, contudo, na Rua Carolina, a qual os ambulantes do Rio são hoje meros camelôs, e infringem a lei à vista do sol, sem que apareça "vaga", ou guarda mesmo, que ponha cobre à sua atividade.

O Que Era o Ambulante

O comércio do ambulante é tradicional no Rio. Ambulante, como sua própria designação o indica, é aquele que anda com suas mercadorias pelas ruas da cidade, oferecendo-as ao público. Antigamente, era comum vê-lo pelas ruas do Rio e ambulante, geralmente rasteiro, que se pegava. Hoje, é comum dizer que é o "ambulante" que é como a reportagem de O GLOBO já comentou há dias. Muitos "beldos" vivem delas, outros passam essas "caixas" a terceiros, ou nelações, ou prepostos aqui, enquanto vendem, ales próprios, bilhetes da loteria.

E o ambulante no Rio do diaficamente não parece, a não ser para atender um freguês na rua. Ele não proíbe parar. Se infringisse essa disposição do regulamento, cassavam-lhe a licença. Mas preiso descrever o ambulante para nossos leitores, porque "isso" não existe mais; na realidade, embora ainda exista nos regulamentos da Prefeitura.

O Senhor Ambulante-Camelô

Segundo apurou a reportagem, os ambulantes-camelôs da Rua Carolina Méier comeciam ali há muito tempo. Têm ponto fixo, que é respeitado pelos colegas. E a concorrência é tida a grande. Ontem, dia 12, havia cerca de 150 ambulantes-camelôs na Rua Carolina e cinco a trinta ambulantes-camelôs. Sua malta tem ainda — é de lei —, a alça com que os seus antepassados sustentavam, no pescoço, o tabuleiro onde tinham a mercadoria. Mas, como na natureza, onde todo organismo tem alguma defesa, aliás da qual os ambulantes-camelôs são donos de lambança, é uma espécie de corrente popular que elas utilizam apenas quando vêm com a malta fechada vender nas ruas de maior movimento comercial. Porque camelô no Méier se passa de malta e em frente das casas comerciais. No Méier, como de resto em toda a cidade, não há guarda. Nas duas horas em que passou naturalmente suburbio, a reportagem viu, pôs os olhos em cima de um sequer!

Os Guardas e o Latim

Os ambulantes-camelôs do Méier estariam mancomunados com os guardas municipais que deveriam policiar aquela zona, segundo a distribuição de zonas de serviço organizada no Quartel da Polícia Municipal. (Porque, no papel, a cidade do Rio é toda "oberta", vinte e quatro horas por dia, por guardas municipais!) Mas os ambulantes-camelôs pagam justamente é para o guarda não aduzir por ali. Pelo menos, essa foi a denúncia recebida pelo O GLOBO. Em ver-

REPÓRTER-AMADOR 22-2000 e 32-2301

Fonte: Acervo O Globo, 2015
<http://acervo.oglobo.globo.com/> Acesso em: dezembro de 2015.

O comércio ambulante pode ser inserido nessa realidade, mas de uma forma diferente. Trata-se de uma atividade comercial que está ligada ao próprio desenvolvimento do comércio. Porém, Pintaud (1999) alerta que:

[...] é perigoso classificar todos com o mesmo rótulo, tendo em vista que há uma enorme variação entre esses comerciantes, que se diferenciam não só pela forma de propriedade das mercadorias e do ramo de comércio (chegando mesmo a existir ruas especializadas), como também pela “propriedade do ponto”, na rua em que se estabelecem, o que os diferencia de uma parte dos ambulantes que efetivamente perambulam, carregando nos braços os produtos que oferecem. (PINTAUD, 1999, p. 149-150)

No entanto, podemos identificar algumas características comuns a esses trabalhadores e tentar estabelecer alguns conceitos que nos auxiliem a elucidar a questão da reprodução desses trabalhadores no espaço urbano.

Primeiramente, devemos entender que se trata de uma atividade muita antiga e que se remete às primeiras trocas comerciais, quando o excedente de produção agrícola e o desenvolvimento da manufatura permitiam e tornavam necessária as trocas de diferentes produtos.

No que concerne ao comércio ambulante, cabe salientar que este constitui-se como a primeira forma de troca da história que assumiu formatos diferentes, quer na forma de mercados temporários ou feiras, quer como barracas isoladas, panos estendidos no chão, carroças, carros e o próprio ambulante perambulando pelas ruas em busca de consumidores. (CLEPS, 2009, p. 330)

Em geral, o conceito de ambulante está ligado atualmente “aqueles que recebem licença da prefeitura” para trabalhar vendendo produtos pelas ruas da cidade (COSTA, 1999, p. 45). Esse tipo de definição parte do pressuposto da legislação e da regulamentação para caracterizar esse tipo de trabalhador. Outros estudiosos, como Bertolucci (2005), inserem-no diretamente como atividades informais. Contudo, a característica mais marcante do ambulante é sua mobilidade e a grande variedade de mercadorias com as quais trabalha.

O comércio ambulante se manifesta de inúmeras maneiras: repassa mercadorias refugadas das indústrias ou fabricadas em oficinas de ‘fundo de quintal’, oferece artigos produzidos artesanalmente ou simplesmente constitui uma rede de distribuição de produtos industrializados. (COSTA, 1999, p. 27)

Os ambulantes comercializam uma vasta diversidade de produtos e serviços, buscando nichos onde possam garantir uma margem de lucro considerável. Dessa maneira, atuam com o mais variado mix de produtos em locais onde existam grande concentração de pessoas, fluxo intenso de pedestres e veículos. Historicamente, esses

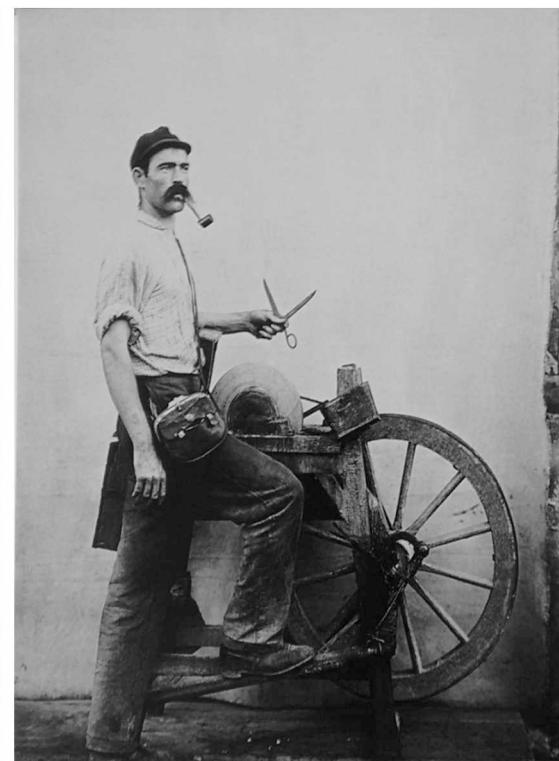
trabalhadores têm um papel importante no abastecimento das cidades e dos centros urbanos com alimentos, itens de primeira necessidade e serviços específicos.

Alguns dos serviços e produtos comercializados por eles eram bastante específicos e tinham nos ambulantes os principais ou únicos representantes. Muitas delas não existem mais nas grandes cidades ou existem de maneira muito pontual. É o caso, por exemplo, de garrafeiros, bilheteiros, músicos de realejos, vendedores de pássaros e amoladores de utensílios de cozinha.

Figura 5: Garrafeiros - Rio de Janeiro, 1899



Figura 6: Amolador – Rio de Janeiro, 1899



Autor: FERREZ, Marc. Rio de Janeiro, 1899.
Adaptado por: ROSA, T. A. 2015.

Monnet (2006) afirma que o cliente do comércio de rua ou ambulante é um consumidor acima de tudo oportunista e furtivo. Oportunista, pois, o ato da compra é decidido apenas no momento. O consumo desse tipo de cliente é imediatista e advém da necessidade pontual e criada de algo, a qual é prontamente resolvida pela presença de ambulantes que comercializam a mercadoria visada nos locais de passagem desse consumidor. E furtivo, pois o ato de comprar esses produtos não altera a trajetória do consumidor. Ele apenas adquire a mercadoria em algum dos seus lugares de passagem e continua seu caminho tendo consumido ou não nesse local o que foi comprado (MONNET, 2006, p. 179).

Figura 7: Transeuntes comprando produtos em rua do Rio de Janeiro (s.d.)



Autor: FERREZ, Marc. Rio de Janeiro, 1899.

Adaptado por: ROSA, T. A. 2015.

O consumo de alimentos comercializados pelos ambulantes nas cidades também insere-se na mesma lógica. Geralmente esses vendedores localizam-se em lugares de grande movimentação de veículos ou pessoas, oferecendo seus produtos diretamente para os consumidores. Esses, por sua vez, não precisam deslocar-se até um estabelecimento fixo para comprar o alimento que desejam, caso o mesmo seja oferecido de maneira tão próxima a eles.

Por outro lado, a simples presença dos ambulantes nesses locais cria certa demanda. Uma vez visíveis esses alimentos chamam a atenção dos transeuntes de modo que o consumo, muitas vezes, acontece por impulso.

Para que o comércio de uma área específica se desenvolva é preciso que haja uma concentração de pessoas e de elementos que justifiquem a iniciativa e isto pode ser percebido pelas formas e funções que foram se agregando e colocando, à disposição dos consumidores, atrativos para despertar a necessidade do consumo. (MONTESSORO, 2006, p. 106)

A visibilidade é, portanto, um fator preponderante para o trabalho do ambulante. É necessário que o consumidor veja o que está sendo vendido e, mesmo que ele não

tenha pensado em consumir o produto até aquele momento, cria-se um desejo de compra momentâneo. Daí a furtividade da ação dos ambulantes, uma vez que esse desejo de consumo passa a ser saciado de forma imediata. Nota-se também a importância da localização desses trabalhadores. É preciso se posicionar em espaços estratégicos de eventuais consumidores.

As transações ambulantes exploram os interstícios espaciais, os espaços intermediários: no espaço tempo entre o trabalho e o domicílio, entre dois prédios, entre um meio de transporte e outro, com vendedores que se encontram em um espaço jurídico e compradores que se encontram em outro. (MONNET, 2006, p. 181)

O local ideal para o exercício da atividade ambulante é, dessa forma, nos espaços de deslocamento das pessoas. Uma rua, uma avenida, a praça, o metrô, ou os corredores de empresas fornecem aos ambulantes o fluxo de pessoas e a ausência de estabelecimentos fixos que geram uma demanda imediata de seus produtos.

Figura 8: Reportagem sobre a ocupação dos espaços públicos no Rio de Janeiro - 1983

Camelôs tomam posse da Rua Dias da Cruz

Eles estão por toda parte: nas calçadas, esquinas de ruas movimentadas, praças, estações de trens, terminais de ônibus, feiras-livres, portas de colégios, de hospitais, de fábricas, enfim, em todos os lugares onde for passagem obrigatória de grande contingente de pessoas. Sempre foram em grande número, mas, atualmente, a quantidade de camelôs nas ruas triplicou, para desespero dos comerciantes estabelecidos, que reclamam da concorrência desleal. Afinal, eles não pagam impostos e outros encargos sociais, apenas uma licença anual de ambulante. Alguns estão na "profissão" há muitos anos, outros são apenas biscoateiros, incluindo-se nessa categoria os aposentados que transformaram-se em vendedores para aumentar a renda familiar. Os que, por último, aderiram às calçadas, com ou sem tabuleiros e banquinhas, foram os desempregados.

ANAMARIA DE ÂNGELIS



J. M. Malheiros, desempregado, vende docinhos

Fonte: Acervo O Globo, 2015
<http://acervo.oglobo.globo.com/>

Um vendedor que trabalha na porta de uma escola tem mais contato imediato com os alunos, pais e professores que frequentam esses locais do que a mercearia ou lanchonete do outro lado da rua. O mesmo acontece com os espaços de deslocamento entre o trabalho e a residência.

Tendo em vista essas diversas denominações, até que ponto se estaria falando do mesmo comércio? A identificação de uma comércio dito “informal” remete a ausência de registro legal e/ou fiscal de atividade; esse tipo foi definido por economistas para diferenciarlo das atividades que podiam ser mensuradas (e analisadas a partir das estatísticas); é uma identificação negativa (é informal tudo aquilo que não é registrado), útil para especialistas e os governos nacionais. Entretanto, os governos locais, responsáveis pela ordem pública, utilizam também usualmente uma definição da venda de acordo com o status jurídico do espaço onde ela se efetua; eles opõe assim o comércio na via pública às transações que se desenrolam no interior de um espaço privado. Finalmente, a identificação por meio do caráter “ambulante” aparece comumente utilizada pelos clientes e pelos vendedores, assim como pela mídia, nas áreas linguísticas do espanhol e francês. (MONNET, 2006, p. 173)

As relações existentes entre esses comerciantes, os consumidores e o poder público tem variações profundas no decorrer do desenvolvimento das cidades e dos processos pelos quais elas passam.

Esses interstícios de formalidade permitem explorar a tolerância das autoridades ou da sociedade com relação ao respeito às regras e de tirar partido da convivência. Esta se baseia em valores sociais associados às relações interpessoais diretas entre o vendedor e o cliente, no patrimônio paisagístico visual, sonoro e olfativo da desordem na rua, em um momento em que as transações são cada vez mais despersonalizadas, assépticas e automatizadas no interior de estabelecimentos comerciais. (MONNET, 2006, p. 181)

No circuito inferior da economia urbana podemos identificar uma série de atividades marginalizadas, sem regulamentação ou informais. Trata-se de atividades paralelas àquelas consideradas homogêneas dentro da economia.

Em muitos casos os negócios desenvolvidos nesse circuito não são considerados nos levantamentos econômicos oficiais, mesmo que essas atividades representem uma importante parcela da economia estabelecida nas cidades.

Em cada sociedade, os interesses em dar “permissão velada” à economia invisível ou em interditá-la varia de acordo com a necessidade do mercado interno de ser suprido por fontes que não sejam as oficiais. A complexidade e a rigidez das leis do sistema oficial resulta na necessidade do florescimento de um setor econômico capaz de escapar pelas frestas. Tal setor adapta-se a uma demanda real de mercado, produzindo e repassando mercadorias e serviços ajustados a ele. (COSTA, 1999, p. 27)

Muitas dessas atividades são rotuladas como informais em alusão principalmente à falta de formalização das mesmas. Porém, trata-se de uma conceituação muitas vezes confusa uma vez que “esses fenômenos são diferentes um do outro de um modo tão

vasto que tudo o que podemos fazer para reuní-los conceitualmente é rotulá-los com um termo negativo, não pelo que são, mas pelo que não são” (BAGNASCO, 1997, p. 14-15). Somam-se a isso as constantes mudanças de legislação e as recorrentes medidas de empresários e de trabalhadores para ficar à margem dessas regulações.

Nesse contexto, a conceitualização dos termos relacionados à informalidade e as economias paralelas sempre apareceu como uma necessidade primordial para os pesquisadores. A utilização errônea de termos e conceitos tem efeito negativo seja na classificação dos trabalhadores dentro da legislação específica, seja ao rotulá-los negativamente no que concerne a noções precipitadas e preconceituosas. Segundo Cacciamali (1982, p. 14)

A inexistência de uma conceituação teórica que desembocasse numa definição precisa, a qual permitisse procedimentos de mensuração comparáveis, o emprego deste novo termo sem maiores questionamentos teóricos e os inúmeros trabalhos preocupados principalmente em estimativas estatísticas sobre a dimensão e a composição do Setor, implicaram em um uso difuso e pouco rigoroso do termo.

Um dos primeiros trabalhos a utilizar o conceito de informalidade para designar um determinado setor da economia foi o relatório Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya de 1972, financiado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Cacciamali (1982), no entanto, faz um levantamento de vários outros trabalhos do mesmo período, alguns da própria OIT, que empregaram a terminologia, mesmo que sem o rigor metodológico, utilizado no relatório sobre o Quênia.

Neste relatório, o conceito de economia informal foi utilizado para designar uma série de atividades econômicas de baixa renda desenvolvidas no Quênia e que tinham diversas características únicas e comuns entre si.

O setor informal foi oficialmente tratado no relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o Quênia em 1972. Nesse relatório, procurou-se construir uma categoria analítica que descrevesse as características das atividades geradoras de baixas rendas e concentradoras dos trabalhadores mais pobres no meio urbano. O uso do termo ‘informal’ nesse trabalho deveu-se ao fato de que levava algum tempo até que as políticas públicas de emprego e renda atingissem satisfatoriamente os estratos mais pobres da população. Além disso, verificou-se que os trabalhadores engajados nesse setor sobreviviam em condições desfavoráveis, exercendo principalmente atividades simples de pequena escala. (CARNEIRO, 1994, p. 42)

Essa definição utilizada pela OIT para descrever a economia desse país africano foi repetida em trabalhos subsequentes da própria organização e também por outros organismos internacionais com importantes empregos em pesquisas sobre países subdesenvolvidos, principalmente na Ásia, África e América Latina.

Essa definição de informalidade centrava principalmente uma economia de pequena escala, com utilização escassa de capital, estabelecimentos de pequeno porte e utilização intensiva de mão de obra em detrimento, muitas vezes, do uso de tecnologias.

Essas características, típicas desse setor da economia dos países subdesenvolvidos, designavam uma série de atividades diferentes e, em muitos casos, antagônicas e que traziam em seu bojo a problemática normativa.

Segundo o Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC) da OIT, o setor informal é composto por pequenas atividades urbanas, geradoras de renda, que se desenvolvem fora do âmbito normativo oficial, em mercados desregulamentados e competitivos, em que é difícil distinguir a diferença entre capital e trabalho. Estas atividades se utilizam de pouco capital, técnicas rudimentares e mão-de-obra pouco qualificada, que proporcionam emprego instável de reduzida produtividade e baixa renda. O setor também se caracteriza pela falta de acesso aos financiamentos e créditos normalmente disponíveis ao setor formal e pela baixa capacidade de acumulação de capital e riqueza. (JAKOBSEN, 2001, p. 14)

A magnitude, a natureza e a composição do setor informal variam entre diferentes regiões e países de acordo com o nível de desenvolvimento e a estrutura de suas economias. Uma vez que as atividades consideradas na economia informal variavam muito entre si, desde o modo de operação até a maneira com a qual o poder público as confrontava, surgiram diversos outros conceitos que buscavam definir mais especificamente os tipos de economias rotuladas no espectro informal.

Posteriormente, outros termos passaram a ser utilizados para identificar as ocupações informais, como “setor não-estruturado”, “setor não organizado” ou “setor não-protégido”, revelando a existência de divergências conceituais para a definição dessas ocupações. Da mesma forma que há nuances na tentativa de definição do setor informal, também existem visões diferenciadas sobre a origem e o papel do setor informal na economia. (JAKOBSEN, 2001, p. 13)

Dentre as terminologias utilizadas, uma das maiores preocupações conceituais era delimitar os tipos de atividades a partir dos aspectos legais e da legislação específica sobre a produção e o comércio de produtos que não se encaixavam no modelo formal

vigente ou que se estabelecia nos países. Os questionamentos em relação à formalização como aspecto legal e legislativo levaram a utilização de novos termos como a economia subterrânea, escondida, invisível e negra.

El término economía “informal”, uno de los primeros en surgir, hace referencia, en la mayoría de los casos, a La producción en pequeña escala o a actividades artesanales que se llevan a cabo principalmente en los países en desarrollo. Los términos economía “escondida” y “subterránea” han sido asociados con la evasión de impuestos. En algunos casos, sin embargo, la economía “escondida” es entendida como el ingreso nacional no registrado, El cual puede ser superior a la parte del ingreso que no paga impuestos. Los términos economía “paralela” y “negra” han sido vinculados principalmente con el lavado de activos. En tanto que, economía “no oficial” y “no registrada” se refieren a actividades que escapan de la recolección de cifras realizadas por los organismos oficiales. (ARANGO, C. A.; MISAS, M. A.; LÓPEZ, E., 2006, p. 4)

A problemática da definição da informalidade, a partir daquelas descritas pelos relatórios econômicos dos países subdesenvolvidos, em que a legislação não é fator preponderante, levou à criação desses novos termos, sendo que a economia subterrânea, enquanto definição de uma economia “ilegal” surge como um dos principais conceitos utilizados na literatura. Ribeiro e Bugarin (2003, p. 436), baseando-se em Cacciamali, definem que:

[...] o primeiro refere-se ao conjunto de atividades econômicas no qual não há uma clara separação entre os fatores de trabalho e capital dentro de um determinado processo produtivo geralmente desenvolvido por pequenas unidades de baixa produtividade. Já a segunda interpretação serviria para denotar todas as atividades econômicas que são desenvolvidas fora da esfera regulatória (tributário, trabalhista etc.) do Estado.

Os dois conceitos são importantes e auxiliam no entendimento dos diferentes processos existentes na economia dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Ao tratarmos especificamente do comércio ambulante temos, muitas vezes, formas diferenciadas de produção ou de comercialização dos produtos.

Essas atividades dedicam-se, geralmente, a nichos de produção e de consumo, buscando lucrar com mercados pouco explorados ou bastante específicos e que, por isso, não têm investimento dos grandes capitais. Por atenderem a mercados que dificilmente seriam preenchidos por setores formalizados da economia existe certa tolerância com o desenvolvimento de suas atividades.

O circuito inferior adota múltiplas formas e estabelece relações com o circuito superior que vão da complementariedade à subordinação (...), mas também pode existir de forma quase autônoma e independente. Por exemplo, a pequena produção de lanches e bolos que regularmente abastece o comércio realizado na porta de uma escola, universidade ou qualquer órgão público, ou o artesanato feito para ser vendido ao longo do ano em feiras organizadas ou em barracas improvisadas em alguma praça; esses e outros tantos casos de atividades de pequena dimensão se multiplicam aqui e acolá nas grandes cidades. De todo modo, nunca são atividades totalmente autônomas porque, de um lado, dependem da aquisição de algum insumo ou ferramenta fornecida pelas empresas do circuito superior e, por outro, porque a existência e a reprodução do circuito inferior se explicam por uma demanda de empregos e serviços não atendida pela parte mais moderna da economia urbana. (ARROYO, 2008, p. 34)

Diante da importância desses tipos de atividades na economia brasileira, o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), em conjunto com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), desenvolveu, em 2003, o relatório Economia Informal Urbana. Este documento teve como objetivo analisar o fenômeno da informalidade no Brasil com base em dados coletados dos anos de 1997 até 2003, e valendo-se da vasta bibliografia sobre o tema existente até então.

Com relação à metodologia utilizada no relatório para a definição do conceito de informalidade não houve grande distanciamento em relação às definições e recomendações utilizadas pela OIT em seus trabalhos sobre o tema. O documento aponta as definições de informalidade discutidas na 15^a Conferência de Estatísticos do Trabalho, promovida pela Organização Internacional do Trabalho, em janeiro de 1993, como princípios para estabelecer uma definição para a realidade e o contexto brasileiro. Com base nessas premissas o IBGE considerou para o relatório que:

- para delimitar o âmbito do setor informal, o ponto de partida é a unidade econômica - entendida como unidade de produção - e não o trabalhador individual ou a ocupação por ele exercida;
- fazem parte do setor informal as unidades econômicas não-agrícolas que produzem bens e serviços com o principal objetivo de gerar emprego e rendimento para as pessoas envolvidas, sendo excluídas aquelas unidades engajadas apenas na produção de bens e serviços para autoconsumo;
- as unidades do setor informal caracterizam-se pela produção em pequena escala, baixo nível de organização e pela quase inexistência de separação entre capital e trabalho, enquanto fatores de produção;
- a ausência de registros, embora útil para propósitos analíticos, não serve de critério para a definição do informal na medida em que o substrato da informalidade se refere ao modo de organização e

funcionamento da unidade econômica, e não ao seu status legal ou às relações que mantêm com as autoridades públicas. Havendo vários tipos de registro, esse critério não apresenta uma clara base conceitual; não se presta à comparações histórica e internacional e pode levantar resistência junto aos informantes; e

- a definição de uma unidade econômica como informal não depende do local onde é desenvolvida a atividade produtiva, da utilização de ativos fixos, da duração das atividades das empresas (permanente, sazonal ou ocasional) e do fato de tratar-se da atividade principal ou secundária do proprietário da empresa. (IBGE, 2006, p. 11)

A partir dessas cinco definições que buscam delimitar a caracterização e atuação das unidades econômicas o IBGE define que

[...] pertencem ao setor informal, todas as unidades econômicas que desenvolvem atividades não-agrícolas, de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até 5 empregados, moradores de áreas urbanas, sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias. (IBGE, 2006, p. 11)

Essa conceituação é importante para os estudos acadêmicos sobre a informalidade no Brasil uma vez que o levantamento sobre a mesma e o posterior relatório sobre a Economia Informal Urbana, são os primeiros trabalhos sobre a questão com abrangência nacional. Os dados levantados pela pesquisa estão, portanto, pautados nessas definições e devem ser utilizados observando a questão metodológica que também será adotada nesse trabalho.

Conjuntamente com essa definição serão utilizados outros termos e análises feitas por outros órgãos de pesquisa e por autores. Sobre a definição de informalidade e formalidade vale ressaltar ainda algumas características elencadas pela OIT para descrever esse fenômeno no relatório sobre o Quênia. Sobre o setor informal da economia desse país o relatório afirma que:

The informal sector, on the other hand, is often ignored and in some respects helped and in some harassed by the authorities. Enterprises and individuals within it operate largely outside the system of government benefits and regulation, and thus have no access to the formal credit institutions and the main sources of transfer of foreign technology. Many of the economic agents in this sector operate illegally, though often pursuing similar economic activities to those in the formal sector—marketing foodstuffs and other consumer goods, carrying out the repair and maintenance of machinery and consumer durables and running transport, for example, illegality here is generally due not to the nature of the economic activity but to an official limitation of access to legitimate activity [...] (OIT, 1972, p. 504).

Contraponto a essas características da informalidade, o relatório define o que seria a formalidade, ou seja, as características do setor econômico, reconhecida pelo governo como o oficial.

Nesse contexto, pareceria que o comércio de rua está conhecendo uma nova expansão. De um lado, não somente ocorre uma “explosão” de comércio informal, ali onde uma parte abundante da mão-de-obra não faz parte do mercado formal de trabalho, em razão do subemprego nos países pobres, mas constata-se também, nos países ricos, a existência de camelôs nos espaços onde os imigrantes estão em situação ilegal, por outro lado, mas de forma simultânea, o comércio de rua reaparece de modo formal nos lugares onde empresas se adaptaram para ter acesso a clientela de passagem. (MONNET, 2006, p. 179)

A partir das considerações feitas sobre o desenvolvimento dessas práticas comerciais nos espaços urbanos e das características de cada uma delas é possível estabelecer uma tentativa de periodização desse tipo de comércio no Brasil.

Dessa forma, poderíamos pensar em três momentos distintos para o comércio ambulante nas cidades brasileiras. Um que vai do início da colonização até meados da segunda metade do século XIX, outro que se estende de meados da metade do século XIX até as décadas de 1960/70 e, um que vai das décadas de 1960/70 até os dias atuais.

No primeiro momento, as práticas ambulantes estão intimamente ligadas ao abastecimento das cidades, sem que ocorram grandes debates sobre a atuação desses trabalhadores. No segundo é o do crescimento das cidades brasileiras e o surgimento de novas necessidades de consumo e de serviços que acabam também sendo supridas em certo grau pelos ambulantes. E, no terceiro momento, a partir da década de 1960, surgem as primeiras discussões sobre a existência de um setor da economia que não era contabilizado pelos censos comuns. Esse setor contava com várias atividades distintas, mas que tinham em comum a falta de regulamentação ou de formalidade.

Na tabela 1 podemos identificar o número de citações, em três principais jornais de grande circulação do país, a partir de 1930.

Tabela 1: Citações sobre Ambulantes em Jornais Brasileiros

O Estado de São Paulo		O Globo		Folha de São Paulo	
Década	Quantidade de Citações	Década	Quantidade de Citações	Década	Quantidade de Citações
1930	223	1930	1001	1930	448
1940	246	1940	733	1940	410
1950	403	1950	956	1950	574
1960	382	1960	1050	1960	331
1970	346	1970	1310	1970	887
1980	542	1980	3306	1980	843
1990	1106	1990	4687	1990	2113
2000	1976	2000	4295	2000	1170
2010	570	2010	2192	2010	365

Fonte: Acervo O Globo, Acervo Folha de São Paulo, Acervo Estadão, 2015

<http://acervo.estadao.com.br/>; <http://acervo.oglobo.globo.com/>; <http://acervo.folha.uol.com.br/>.

Autor: ROSA, T. A. 2015.

Podemos observar que o número de citações sobre os comerciantes ambulantes mantinha-se estável durante a primeira metade do século XIX. A partir dos anos 1970, no entanto, observamos um crescimento considerável no número de citações na Folha de São Paulo, onde, em 1960, foram feitas 331 menções aos ambulantes e, na década seguinte, esse número mais que dobrou passando a 887 citações.

No jornal Estado de São Paulo e no O Globo esse crescimento pode ser notado principalmente a partir de 1980. Enquanto no primeiro as citações tiveram um aumento de mais de 50% nas citações em relação a década anterior e quase dobrando em 1990, no segundo esse número passa de 1310 em 1970 para 3306 em 1980 representando um crescimento de mais de 250%.

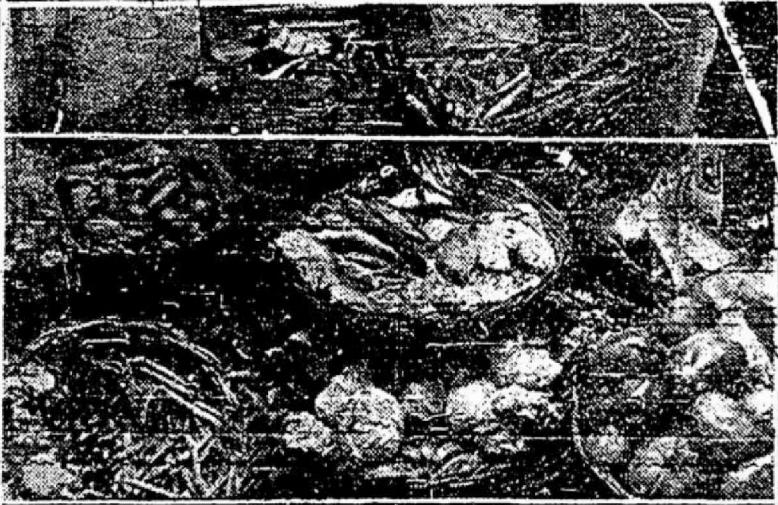
Estes dados demonstram uma crescente preocupação da mídia em relação aos ambulantes na segunda metade do século XIX, principalmente a partir de 1970. Porém, mesmo durante o início desse século podemos notar pelo teor de reportagens que a repressão a esse tipo de comércio já se fazia presente, principalmente por uma suposta questão de ordem e da estética do espaço público. A forma de atuação dos ambulantes, mesmo que a questão da conceituação da informalidade ainda não estivesse presente, assemelhava-se muito com as que persistem ainda hoje.

Na reportagem seguinte podemos observar a descrição de uma apreensão de produtos dos ambulantes no Rio de Janeiro, uma vez que as licenças distribuídas pela prefeitura eram continuamente fraudadas, vendidas ou emprestadas a terceiros.

Figura 9: Reportagem do jornal O Globo sobre apreensões de produtos do comércio ambulante no Rio de Janeiro - 1925

A "canoa do fisco"

Varias apprehensões feitas, hoje, pela agencia do 5º distrito.



As mercadorias apprehendidas e recolhidas á agencia do 5º distrito

O processo dos contraventores é simples e engenhoso: um vendedor, devidamente licenciado, empresta a respectiva placa a outro que, o não seja; e, enquanto um, se interpella, pelo, autoridade fiscalisadora, exhibe a carteira e o récibo da licença, dizendo ter esquecido em casa a placa, o outro, por seu lado, em idêntica situação, declara ter trazido a placa e esquecido a carteira e o récibo...

Chegado, porém, o facto ao conhecimento das autoridades do 5º distrito, estas resolveram tomar providencias energicas para coibir o abuso e, dahi para cá, tem sido sem tréguas a perseguição aos contraventores.

Ainda hoje, uma "canôa do fisco", como já pitorescamente apelidam a caravana de funcionários empenhados naquelle serviço, deu uma batida pelas ruas da jurisdição

Incumbiram-se de tal serviço o proprio Dr. Mario Cavalcanti, agente da Prefeitura, o qual se fez acompanhar dos guardas municipaes 94, 222 e 247, de um servente e tres ajudantes. Começou a colheita, que foi grande e ia sendo recolhida u um auto-caminhão, pelos quitandeiros ambulantes Francisco Fernandes Faria e Hendam Ibrahim e peixeiro Miguel Malizia, todos elles sem licenca. Assim, foi percorrendo a caravana as ruas da Lapa, Riachuelo, Mem de Sá, Lavradio, Rezende, Carlos Sampaio, avenida Gomes Freire, etc., apprehendendo dos contraventores as respectivas mercadorias por elles mercadejadas com evidentes prejuizos para os cofres da Prefeitura e dos negociantes que pagam devidamente os seus impostos.

De tudo foi lavrado auto de apprehensão pelo escrivão José Pires de Almeida, tendo alguns dos vende-

Fonte: Acervo O Globo, 2015.

<http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: agosto de 2015.

A partir da década de 1970, no entanto, a discussão sobre o comércio de rua ou ambulante concentra-se principalmente na legalidade de tais atividades, bem como da ocupação dos espaços públicos por esses vendedores.

A construção de estabelecimentos próprios para abrigar esses ambulantes e camelôs passa a ser uma ideia amplamente discutida e vista como solução para a alta concentração desse tipo de comércio nos espaços públicos.

Figura 10: Reportagem do jornal O Globo sobre a inauguração de camelódromo no Rio de Janeiro - 1984

'Camelódromo' da Praça Onze abrigará 700 barraquinhas

Até o fim do mês, a área ocupada pelo momento pelo Círco Garcia, na Praça Onze, será o maior parque de comércio ambulante da cidade, com capacidade para 700 barraquinhas. Haverá outros camelódromos — como ficaram conhecidos os projetos do Prefeito Marcelo Alencar para os camelôs — espalhados por mais dez bairros e, a partir do próximo dia 8, a Prefeitura inicia novo cadastramento de todos os ambulantes — desta vez definitivo — para conceder 4.782 licenças.

O Círco Garcia deve mudar-se até dia 20, quando termina sua ligação de funcionamento. O Prefeito Marcelo Alencar já mandou limpar um terreno vizinho ao Centro Administrativo Cidade Nova, no Estácio, para oferecer ao círco. Ele criticou representantes do círco que reclamam da mudança — "o local é praticamente o mesmo" — e acha possível oferecer locais alternativos na Barra da Tijuca ou na Ilha do Governador, como o Círco Garcia reivindica. "CAMELÓDROMO"

O terreno na Praça Onze, onde está o Círco Garcia, com seus 25 mil metros quadrados, será arborizado, gradeado, terá playground e sanitários públicos. A Prefeitura não tem ainda o orçamento para todos os centros de comércio ambulante a serem criados na cidade, mas o Prefeito Marcelo Alencar informa que pretende gastar "o mínimo possível". As grades, por exemplo, serão as da Passarela do Samba, reaproveitadas.

As barraquinhas, de dois metros de altura e um de largura, com telos listrados de azul e branco (cores da Prefeitura), serão de propriedade do ambulante. Cada ambulante terá que fazer a barraca seguindo o modelo exigido pela Prefeitura e será responsável por sua conservação. Em cada centro haverá um depósito para guardar as barracas, todas desmontáveis.

Ao todo, 4.782 ambulantes poderão trabalhar nos Centros Populares do Comércio, nome oficial dos camelódromos, que estarão localizados nos seguintes bairros: Praça da Bandeira (Rua Elpidio Boamorte, com 255 ambulantes); Bonsucesso (Avenida dos Democráticos, 316 ambulantes); Avenida Novo Rio, 140 ambulantes; Penha (Avenida Brás de Pina, 84 vendedores); Méier (Avenida Amaro Cavalcanti, 412 ambulantes); Mauá (Rua Carolina Machado, 276 ambulantes); Rua João Vicente, 136 vendedores; Avenida Ministro Edgar Romero, 200; Cascadura (Praça Deputado José Souza Marques, 159 ambulantes); Rua Nerval de Gouveia, 60 ambulantes); Marechal Hermes (Rua João Vicente, 340 vendedores); Avenida General Cordeiro de Farias, 306 ambulantes; Praça 15 de Novembro, 132 vendedo-

res; Rua Carolina Machado, 35 ambulantes; Bangu (Praça Horácio Hora, 106 ambulantes); Campo Grande (ao lado do Terminal Rodoviário, 577 vendedores); Pavuna (Junto ao Rio Pavuna, 406 vendedores, e Avenida Sargento de Milícias, 116 ambulantes).

Na Zona Sul não haverá camelódromo. O Prefeito explicou que, nessa parte da cidade, estudará apenas os casos de alguns deficientes fisicos que já tenham pontos de venda tradicionais nos bairros.

INSCRIÇÕES

Para conseguir nova licença da Prefeitura, o candidato deve apresentar dia 8 deste mês, no Pavilhão de São Cristóvão, os seguintes documentos: comprovante de residência de mais de dois anos no Município; pagamento de contribuição sindical; carteira de saúde; documento de identidade; três fotografias trés por quatro; taxas de Darj e ICM pagas, no total de Cr\$ 12 mil.

O horário de inscrições começa às 8h e quem chegar primeiro e preencher todos os requisitos receberá a licença, que custa Cr\$ 16.240 para tabuleiros (o valor, calculado de maio a dezembro, ficará reduzido para Cr\$ 10.080) e de Cr\$ 78.560 para carreinhas de comida (Cr\$ 46 mil, de maio a dezembro). Além disso, terá de arcar com as despesas da barraca, cujo valor a Prefeitura não soube calcular.

O Prefeito Marcelo Alencar informou que, no Pavilhão de São Cristóvão, serão instalados vários guichês, com locais e limite de vagas para que o candidato se dirija à fila de seu interesse. Serão instalados postos bancários no local para que, tão logo o candidato tenha a sua ficha aprovada, pague o valor da licença e já a leve consigo, evitando nova ida ao Pavilhão.

ARTESÃOS

Os artesãos da Cooperativa Artesanal do Estado do Rio de Janeiro, ameaçados de transferência do Largo da Carioca, onde fazem ponto, para o camelódromo da Praça Onze, estiveram ontem à tarde no Palácio Guanabara para pedir ao Governador Leonel Brizola sua interferência para evitar a mudança.

O grupo, formado por cerca de 120 artesãos, que fizeram uma pequena manifestação a porta do Palácio, com faixas e cartazes, foi recebido por assessores do Governador e recebeu a promessa de que o assunto será encaminhado a Brizola.

Os integrantes do grupo alegaram que "não são camelôs e sim artesãos", pagam impostos e usam uniforme. Eles lamentaram que o Prefeito Marcelo Alencar "não tenha cumprido a promessa" de garantir sua presença no Largo da Carioca e que se vêem recusando a conceder-lhes audiência.

Fonte: Acervo O Globo, 2015

Adaptado por: ROSA, T. A. 2015

<http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: agosto de 2015.

Os camelódromos, porém, consistem numa medida dual, uma vez que apesar de oferecer aos ambulantes e camelôs um estabelecimento próprio, com uma infraestrutura mínima para o desenvolvimento das suas atividades, retira deles uma de suas principais características e diferenciais que é o de estar diretamente em contato com o consumidor.

Todos poderiam pensar o por quê dos camelôs e ambulantes não se fixarem de vez nos espaços que são construídos para eles, no caso estamos falando dos camelódromos e também dos shoppings populares, ao contrário, buscarem os espaços públicos. A resposta imediata para a indagação está no fato do potencial gerador de fluxos que as ruas centrais possuem quanto aos atrativos necessários para que as mercadorias sejam comercializadas rapidamente, visto que muitas vezes a localização dos respectivos camelódromos e outras formas destinadas a estes segmentos não contempla as aspirações daqueles que precisam garantir a sobrevivência na cidade grande. (MONTESSORO, 2006, p. 192)

O fator locacional afeta bastante a criação desses espaços específicos e as limitações impostas à atuação deles nesses locais acaba por ser um fator que os afasta de uma das únicas formas de legalização e de regularização de suas atividades propostas pelo Estado.

Dante dessas considerações, entendemos que os ambulantes e os camelôs não conseguem ficar enclausurados num espaço que segue a regra das atividades do comércio formal, pois necessitam estar em áreas onde as pessoas possam visualizar as mercadorias, o que impulsiona o consumo sem que tenha sido planejado, ou seja, muitas vezes passamos por um local e, se a mercadoria estiver acessível, acabamos adquirindo. (MONTESSORO, 2006, p. 92)

Com efeito, a partir das três definições aqui apresentadas para o comércio nos espaços públicos, podemos afirmar que o comércio ambulante representa uma categoria específica, mas que suas delimitações na realidade urbana atual também são sujeitas a junções com outros conceitos.

Com efeito, existe comércio ambulante fora da rua (por exemplo, com os mascates nos trens ou nos ônibus ou até mesmo nos prédios) e comércios de rua que não são ambulantes, como barracas e quiosques. Existem comerciantes ambulantes formais (como os vendedores de jornais) da mesma forma como existem comércios informais que não se encontram nem na rua, nem são ambulantes (como as lojas improvisadas no interior de domicílios). (MONNET, 2006, p. 174.)

Para efeitos práticos deste trabalho o conceito utilizado será o de comércio ambulante enquanto fator de mobilidade geral, não tendo o trabalhador que estar em constante movimento, mas sim ter no seu aparato de trabalho a possibilidade de mudança contínua de um lugar para outro.

2.3. O comércio ambulante de alimentos

O abastecimento de gêneros alimentícios sempre foi uma das principais problemáticas das cidades durante todo o desenvolvimento histórico destas. Ao contrário do campo, onde se concentra a produção da maior parte dos alimentos, as cidades não contam geralmente com meios de se auto sustentar. Com a diferenciação e o consequente afastamento espacial do campo e da cidade e com a população desta crescendo vertiginosamente a necessidade de alimentos expande-se na mesma medida.

A segurança alimentar sempre foi fator preponderante para o desenvolvimento de uma cidade ou de uma região. No Brasil, desde o início da colonização até meados do século XIX, a questão do abastecimento das cidades com gêneros alimentício era crítica. Sobre a cidade do Rio de Janeiro durante o século XIX e início do XX Santos (2009, p. 3302-3303) afirma que:

A cidade não possuía meios e nem infra-estrutura de transporte adequada nem para contatos com regiões limítrofes ao centro, quiçá com regiões especializada na produção de gêneros (se é que eles realmente existiam). Além disso, não se pode deixar de levar em consideração o estágio tecnológico da época, que influíam nas formas de distribuição e comercialização dos alimentos, sem contar que não havia ainda formas de conservação dos alimentos mais perecíveis. Em razão disso, a pequena produção agrícola para o auto-abastecimento seria uma forma para contornar os problemas de falta de alimentos. Era também a forma possível dentro do horizonte daquela época.

A produção agrícola existente nas cidades ajudava a fornecer para a população os gêneros de primeira necessidade como hortaliças, frutas, verduras, ovos, leite e carne. Para a circulação desses produtos nas cidades os ambulantes faziam um papel importante, seja como produtores dos artigos que comercializavam ou apenas intermediadores da produção e do consumo.

A partir das indicações sobre o caráter do comércio de gêneros praticado pelos moradores das áreas rurais, percebemos que até os anos 30 havia certo equilíbrio nas relações entre a capital e as chácaras de lavoura de que dependia para o suprimento de gêneros. A autonomia dos trabalhadores rurais de origem nacional começa a ser ameaçada pela concorrência estrangeira e pelo próprio desenvolvimento da capital ao intensificar a comunicação com outras áreas produtoras. (MANZONI, 2007, p. 104)

Essa dinâmica de produção de alimentos no perímetro urbano foi se modificando gradualmente. Porém, os ambulantes contribuem atuando como importantes comerciantes na nova lógica de abastecimento.

Mas tal tipo de atividades agrícola ainda era importante na virada do século XIX? É provável que sim, mas certamente não com a mesma intensidade encontrada de outrora. A valorização imobiliária do centro, a eletrificação dos bondes em 1906 (um duro golpe para os comerciantes de capim e donos de estrebarias) e a própria repressão das posturas municipais contra as atividades agrícolas no meio urbano foram gradativamente fazendo recuar as chácaras para os chamados arrabaldes. (SANTOS, 2009, p. 3303)

Se a dinâmica da produção muda, novos hábitos de consumo vão surgindo e sendo rapidamente adotados pelos ambulantes.

As diferentes formas de viver na cidade tiveram na distinção campo — cidade alinhamentos quase obrigatórios do ponto de vista dos interesses de investidores e gestores da administração pública, entretanto, o que se verifica não é predominância do estranhamento, mas a convergência de necessidades e entre os trabalhadores da cidade, verificáveis na demanda por alimentos mais baratos, no comércio popular de gêneros de primeira necessidade realizado nos mercados públicos, ruas e feiras-livres, ao mesmo tempo em que se intensificavam as políticas para remodelação dos espaços e as normas de fiscalização para o comércio de alimentos. (MANZONI, 2007, p. 107)

Os ambulantes têm um papel preponderante no abastecimento das cidades quando as mesmas enfrentam dificuldades por conta de infraestruturas insuficientes ou inexistentes, sendo fundamentais, portanto, no período anterior à massificação dos meios de transporte e da expansão destas redes e, também, em pequenas cidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Na figura 11 podemos ver a imagem de vendedoras ambulantes de frutas no Rio de Janeiro. Este tipo de comércio representava, e ainda representa, uma importante parcela do abastecimento de gêneros alimentícios das cidades brasileiras.

A falta de estrutura comercial e de meios de transporte rápidos favorecia o consumo local de produtos alimentícios, uma vez que a própria conservação deles impedia que os mesmos fossem transportados por longas distâncias.

Figura 11: Vendedoras de Frutas no Mercado do Rio de Janeiro - 1875



Autor: FERREZ, Marc. Rio de Janeiro, 1875.
Adaptado por: ROSA, T. A. 2015.

Esse abastecimento caracteriza-se tanto por produtos de primeira necessidade, como alimentos, roupas e artigos de uso pessoal, como também de artigos importados e industrializados.

Atualmente, esses trabalhadores concentram-se nas regiões centrais das cidades vendendo seus produtos em praças, esquinas de importantes cruzamentos e ruas mais movimentadas, além de periodicamente deslocarem-se para locais de aglomeração pontual como em eventos musicais e esportivos.

Figura 12: Vendedores de Doces,
Salvador – 1947



Autor: VERGER, Pierre., Salvador, 1947
Adaptado por: ROSA, T. A., 2015.

Foto 2: Vendedora de Doces,
Uberlândia– 2015



Autor: ROSA, T. A., 2015.
Fonte: Pesquisa de Campo, agosto de 2015.

Vários autores caracterizam esses trabalhadores a partir da ausência de formalização e pelo seu aparato móvel de trabalho. Além disso, esse tipo de comércio é considerado numa lógica de precarização da estrutura de trabalho e de um avanço do desemprego em outros setores da economia como a agricultura e a indústria.

Na verdade, no que diz respeito ao desemprego, o comerciante ambulante é considerado, mesmo que extra-oficialmente, como uma “válvula de escape”. (...) Mesmo considerada “válvula de escape”, entretanto, a atividade do comércio ambulante conserva ainda a imagem duplamente negativa da ilegalidade e da apropriação de algo alheio; o ambulante ainda é visto como um desenraizado, aquele que deveria “voltar para a lavoura”. (COSTA, 1989, p. 31)

Muitos desses ambulantes dedicam-se ao comércio de alimentos, sendo que a área central das cidades e os pontos com maior movimentação de pedestres e automóveis são seus locais de trabalho por excelência.

Trabalhadores-caminhantes: convencionalmente chamados de “ambulantes”, são os que, sem autorização municipal, vivem sob a ameaça do poder público, têm ponto fixo ou transitam pelas ruas da cidade para vender alimentos e outros produtos de fabricação caseira. (TIRIBA, 2003, p. 23)

Os produtos alimentícios comercializados por eles advêm tanto de grandes estabelecimentos atacadistas quanto de varejistas. Assim, constituem-se, principalmente, em artigos industrializados, alimentos de origem caseira ou semiartesanal.

Algumas características ajudam a caracterizar os vendedores de comida de rua: a) ele é possuidor dos instrumentos, do estoque de bens e das qualificações para o desenvolvimento do trabalho/atividade; b) conjuga o trabalho com a gestão do negócio; c) mantém a atividade, principalmente em função do emprego e do fluxo mensal de renda, do que da rentabilidade/lucro do negócio. (PIGATTO, G.; NISHIMURA, J. R., 2011, p. 22)

Mesmo pertencendo ao circuito inferior da economia, os ambulantes necessitam constantemente de se abastecer com produtos oferecidos por grandes empresas que, por conta de seus intensos investimentos em tecnologia e capacidade de estoque, conseguem comercializar artigos a preços geralmente menores que outros estabelecimentos.

Porém, esses trabalhadores ambulantes enfrentam diversos problemas para comercializar nas cidades uma vez que geralmente atuam sem a autorização dos órgãos específicos.

Como uma atividade que acontece no espaço urbano, o comércio informal constitui-se num mercado paralelo, de economia invisível, formado por vendedores ambulantes, profissionais irregulares, servidores domésticos, contraventores, oficinas de fundo de quintal, fábricas caseiras de diferentes produtos entre outros. Dentre estes personagens que compõem o setor, o ambulante é o mais comum. (CLEPS, 2009, p. 332-333)

Os problemas enfrentados por eles são praticamente os mesmos dos outros tipos de atividades do setor informal da economia.

A natural consequence of these low incomes is that monetary exchanges within the informal sector are different in quality from those in the formal sector. A most important consequence of a low income is the primacy of risk and uncertainty. The loss a small farmer or a small entrepreneur can bear is disproportionately smaller than that which can be borne by a wealthy operator, particularly when the former has no access to institutionalised sources of credit. As a consequence, the entrepreneur in the informal sector must act continually to protect himself against risk. Accordingly he establishes semi-permanent relations with suppliers and buyers, frequently at the expense of his profits. (OIT, 1972, p. 505)

Contudo, o comércio ambulante de alimentos, assim como a informalidade em si, não pode mais ser considerado como um reflexo de crises econômicas e conjunturais. As problemáticas advindas desse tipo de comércio devem ser analisadas e avaliada como uma mudança na própria forma de consumo e de distribuição de produtos nas áreas urbanas.

O crescimento do chamado setor informal, alimentado, sobretudo, pelo aumento do número de trabalhadores que não se enquadram na atual lógica capitalista, não pode mais ser entendido como resultante de um período de crise a ser superado pela retomada do crescimento econômico. Por sua dimensão e caráter estrutural, o crescimento dessas atividades já não pode ser explicado como fenômenos meramente conjunturais, cujos movimentos compensariam as variações do chamado setor formal. (CLEPS, 2009, 329)

O comércio ambulante de alimentos supre uma necessidade de consumo específica dos centros urbanos onde o aspecto locacional dos vendedores é preponderante. Num mundo onde as cidades precisam ser cada vez mais rápidas e fluídas, mesmo que na maioria das vezes não o sejam, os ambulantes cumprem a função de oferecer alimentos em locais onde os estabelecimentos formais enfrentam dificuldades para atuar ou mesmo que não podem devido à limitação imposta pela legislação.

3. CARACTERÍSTICAS DO COMÉRCIO AMBULANTE DE ALIMENTOS EM UBERLÂNDIA - MG

O comércio ambulante é, conforme salientado, uma das modalidades comerciais que tem os espaços públicos como local de atuação, a exemplo das atividades informais e o comércio de rua. As delimitações conceituais e institucionais entre eles são bastante difusas, o que acaba por prejudicar uma análise mais específica sobre os ambulantes.

Contudo, a partir das definições e discussões feitas no capítulo anterior trabalharemos aqui com dados primários e secundários sobre a cidade de Uberlândia e, mais especificamente, sobre o comércio ambulante de alimentos que ocorre no centro da cidade.

Para compreender o comércio ambulante de alimentos existente em um determinado espaço é necessário analisar as características gerais e o contexto socioeconômico em que ele se desenvolve. Para isso apresentamos neste capítulo, de forma sucinta, um histórico do desenvolvimento da cidade de Uberlândia, assim como dados relevantes para o estudo da temática do ambulante e do informal na atualidade.

O terceiro capítulo da dissertação tem como enfoque a análise dos dados obtidos através dos trabalhos de campo nas áreas definidas para a pesquisa com os ambulantes de alimentos. Os ambulantes foram quantificados de acordo com os locais onde exercem suas atividades. De acordo com estes dados, tornou-se possível criar tabelas que expressam a quantidade e os tipos de alimentos comercializados por esta atividade no centro da cidade. De posse de dados e informações, foram elaborados mapas de localização e de concentração dos trabalhadores ambulantes de alimentos no espaço urbano de Uberlândia. Os dados também foram comparados com as informações oficiais dos órgãos municipais, observando a quantidade real de ambulantes nos lugares definidos e estabelecidos pela legislação municipal.

Questionários foram aplicados sistematicamente para grupos representativos de ambulantes, sendo que com alguns deles a pesquisa foi expandida na forma de entrevistas. A aplicação de questionários e entrevistas tornou-se um dos pilares básicos para a discussão dos resultados da pesquisa. Para tanto, foi elaborado um modelo de questionário semiestruturado, ou seja, que deverá ser complementado por informações adquiridas de maneira não direta ou não linear com o ambulante. Esses dados registrados e tabulados auxiliaram na compreensão sobre o comércio ambulante de alimentos na cidade, reforçando ou negando teorias e hipóteses levantadas e

apresentadas nos capítulos anteriores.

As etapas posteriores foram concentradas em pesquisas de dados primários e em sua posterior sistematização. Foram realizadas várias incursões na cidade de Uberlândia, que permitiram o mapeamento dos principais lugares de concentração dos ambulantes de alimentos, da caracterização das ferramentas de trabalho por eles utilizadas, dos tipos de alimento e sua categorização dos mesmos, da descrição dos espaços ocupados por eles bem o impacto destes nesses espaços.

3.1. A cidade de Uberlândia

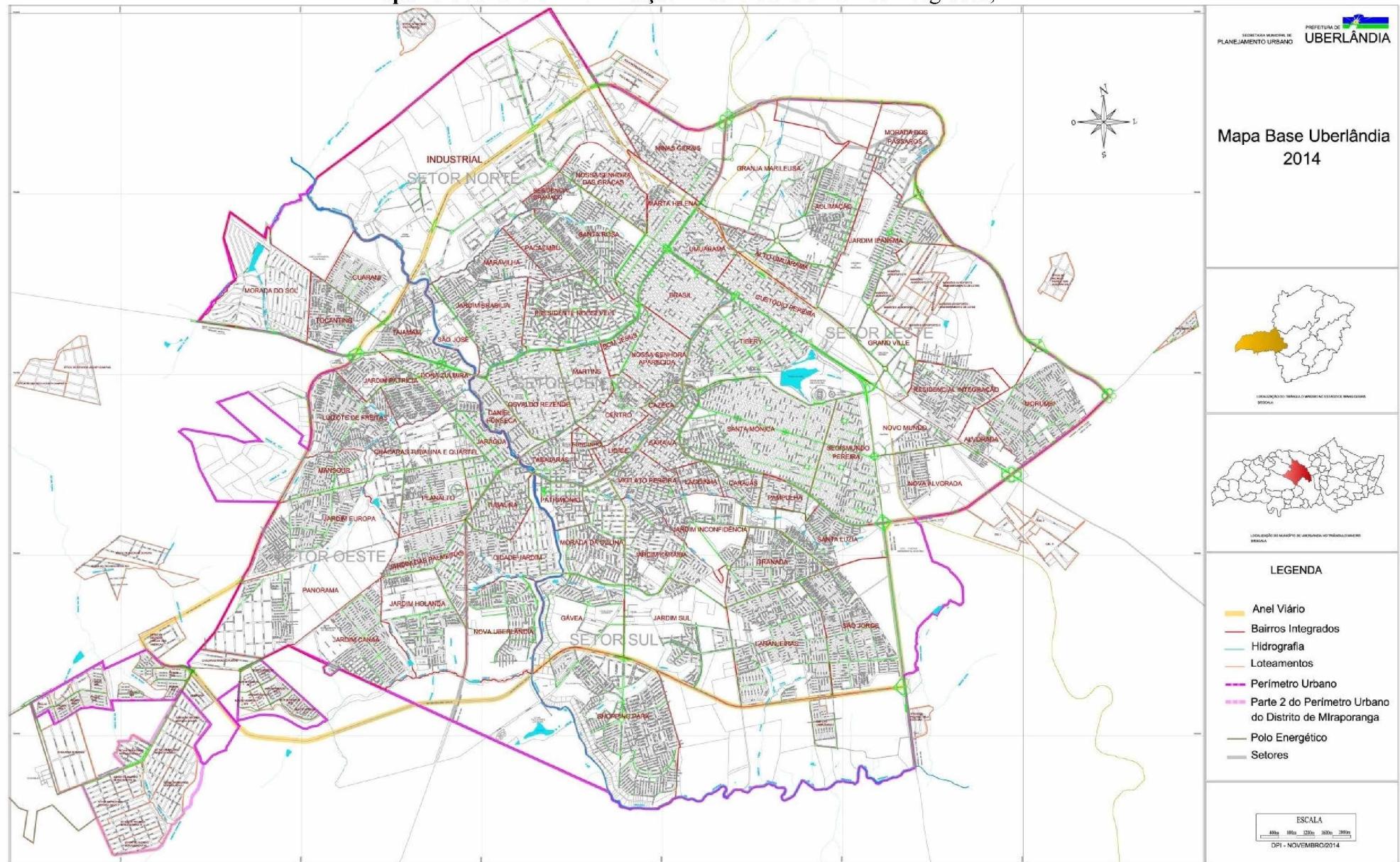
Uberlândia, localizada no estado de Minas Gerais, pertence à mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. O município conta com uma área total de 4.115,82 Km², sendo que a área rural abrange 3.896,82 Km² e a urbana estende-se por 219 Km² (PMU, BDI, 2015, p. 11).

A cidade é um importante polo regional contando com diversos estabelecimentos de comércio e de serviços especializados, além de Universidades públicas e privadas, hospitais de referência e centros de pesquisa que atendem diversas cidades menores da região como Ituiutaba, Araquari, Monte Carmelo e Tupaciguara. Essa influência estende-se para cidades de porte médio como Uberaba e Patos de Minas.

Podemos compreender o surgimento e o crescimento da cidade de Uberlândia³ a partir de sua localização no território brasileiro. Inicialmente, pela colonização do Brasil ter se dado essencialmente na região litorânea, existiam imensos espaços “vazios” no interior. Esses espaços não tinham uma ocupação humana intensa, sendo povoados por grupos dispersos. Porém, um marco importante na ocupação do território foi a descoberta de ouro no interior, o que levou a um interesse cada vez maior na exploração desses espaços.

³ Sobre o desenvolvimento da cidade de Uberlândia e da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, ver os trabalhos de CLEPS, 2005; CLEPS JR, 1998; SOARES, 1997.

Mapa 1: Uberlândia - Delimitação Área Urbana e Bairros Integrados, 2014



Fonte: PMU, BDI, 2015.

Adaptado por: ROSA, T.A., 2015.

As bandeiras, grupos de expedicionários que partiam para o interior do Brasil em busca de ouro ou de indígenas para vendê-los como escravos, foram responsáveis pela criação de diversos acampamentos que serviam como base de apoio a suas campanhas.

Uma das regiões que teve grande importância nos deslocamentos e nas passagens dos bandeirantes foi o Triângulo Mineiro, que servia de ligação entre São Paulo e os territórios do interior de Goiás.

A colonização da região do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba data do Século XVIII com as primeiras bandeiras paulistas em busca de ouro na região Oeste, afinal descoberto nas regiões do Triângulo, de Goiás Velho (GO) e Cuiabá (MT). É esse o marco de início do surgimento do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Noroeste como regiões de passagem para o Centro-Oeste brasileiro. (DINIZ; BOSCHI, 2002, p.1)

O Triângulo Mineiro destacou-se desde o período de colonização do Brasil sob a égide de uma região de passagem, com grande importância nos deslocamentos para a exploração do território nacional. Neste contexto, a cidade de Uberlândia nasce como um pequeno arraial pertencente ao Distrito de Uberaba. Seu desenvolvimento ocorreu condicionado de forma intrínseca com a questão de sua localização no território. Porém, o desenvolvimento da cidade acontece de fato a partir do início do século XIX principalmente por conta de um processo de interiorização do território onde

[...] merecem destaque a extensão da rede ferroviária nacional; a expansão cafeeira para o oeste paulista, a construção de Goiânia, como uma nova capital do Estado de Goiás na década de 20; a “Marcha para Oeste” proclamada por Getúlio Vargas em 1938; nos anos 50 e 60, no Governo Juscelino Kubischek, a implantação do Plano de Metas e a construção de Brasília viria a modificar radicalmente o papel do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Noroeste na articulação com São Paulo. (DINIZ; BOSCHI, 2002, p.2)

Uberlândia foi afetada diretamente por esses processos, sendo que a cidade, gradualmente, firmou-se como um importante entroncamento viário e de fluxos entre São Paulo e o interior do país, principalmente com a construção de Brasília e a concentração do poder político na região Centro Oeste do país. Esta importância mantém-se nos dias atuais devido à

[...] a consolidação de um entroncamento aerorodoviário, com importantes *fixos* associados aos transportes, garante a circulação material e o intercâmbio de pessoas com os principais aeroportos, portos e cidades do país; assim como possibilita maior solidariedade entre os diferentes tipos de transportes, estabelecendo uma verdadeira *logística dos transportes*; além de demonstrar o conteúdo técnico da cidade, sendo que, em função de suas complexidades, esses *fixos* passam a operar como sistemas técnicos. (BESSA, 2004, p. 64)

Esses fatores associados permitiram que a cidade construísse, ao longo dos anos, um papel muito importante na economia brasileira, conforme analisaremos.

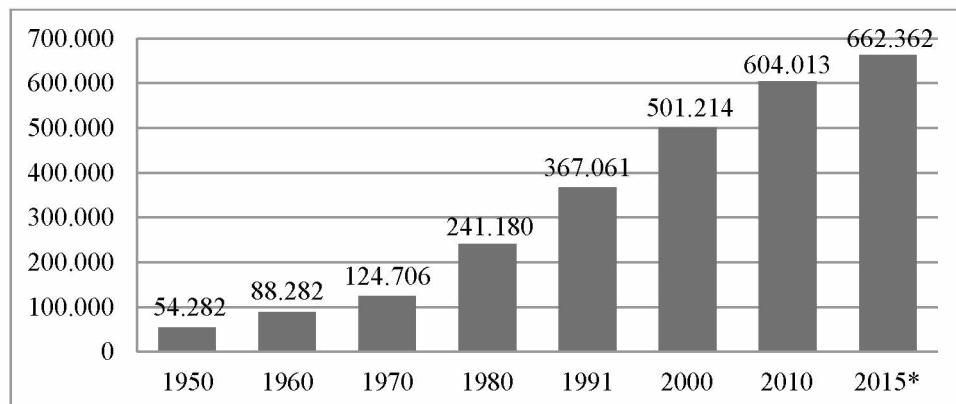
3.2. Caracterização socioeconômica de Uberlândia

Segundo o Censo do IBGE, em 2010, Uberlândia possuía mais de 604 mil habitantes, podendo dessa forma ser considerada uma cidade de porte médio para grande, de acordo com o mesmo Instituto de pesquisa.

O crescimento populacional do município teve seu período mais intenso na segunda metade do século XX. Até 1950 a cidade contava com apenas 54 mil habitantes. Em vinte anos a sua população mais que dobrou, chegando a 124 mil habitantes em 1970, duplicando-se novamente na década seguinte quando atingiu mais de 241 mil habitantes.

O intenso crescimento populacional foi provocado por mudanças na estrutura social e econômica da região e, principalmente, do país que, naquele momento, passava por um processo de grande êxodo rural promovido pela mecanização do campo e a acentuada urbanização. No gráfico 1 podemos observar o crescimento populacional no município em questão, no período de 1950 a 2015.

Gráfico 1: Uberlândia - Crescimento da População, 1950-2015



* Estimativa, segundo IBGE, 2015

Fonte: IBGE, 2015.

Elaboração: ROSA, T. A., 2015.

Observa-se um crescimento acelerado durante o período demonstrado no gráfico 1. Porém, com maior intensidade a partir da década de 1970. Essa mudança na estrutura populacional do município promoveu alterações gradativas não só na estrutura urbana, mas também no modo de vida da população. Trata-se de um processo de grandes modificações no urbano überlandense.

Até a década de 1950 o município possuía 35% da população vivendo no campo. Índice bastante significativo, pois representava dezenove mil habitantes em uma população com pouco mais de 35 mil habitantes. A partir da década de 1960 a população urbana da cidade já ultrapassava os 80% e, na década seguinte esse índice chegava perto de 90% e, 96% a partir da década de 1980. De acordo com os dados do Censo demográfico de 2010 do IBGE, atingiu 98% naquele ano, conforme demonstra a tabela 2.

Tabela 2: Uberlândia - População Residente no município, 1950 – 2010

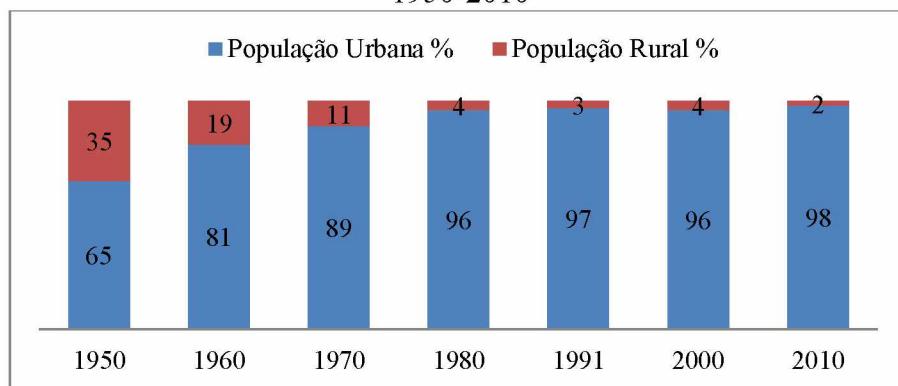
Censos	População Urbana	%	População Rural	%
1950	35.283	65	18.999	35
1960	71.508	81	16.774	19
1970	110.988	89	13.718	11
1980	231.532	96	9.648	4
1991	356.049	97	11.012	3
2000	481.165	96	20.049	4
2010	587.266	98	16.747	2

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 2015.

Elaboração: ROSA, T. A., 2015.

Importante ressaltar que em quarenta anos a população urbana de Uberlândia praticamente aumentou dez vezes, entre 1950 e 1991, enquanto que a rural manteve-se praticamente estável durante o mesmo período.

Gráfico 2: Uberlândia - Evolução da População Urbana e da População Rural, 1950-2010



Fonte: IBGE, Censos Demográfico, 2015.

Elaboração: ROSA, T. A., 2015.

A cidade de Uberlândia destaca-se na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba por apresentar uma economia variada, com forte presença dos setores ligados ao agronegócio, como a produção agrícola de gêneros a exemplo da soja e do milho e também com indústrias de transformação. Apresenta, portanto, um importante papel econômico no estado de Minas Gerais.

O **Triângulo** gerou 11,7% do PIB estadual, terceira maior contribuição entre as regiões de planejamento. Apresentou a segunda maior participação na agropecuária (16,7%), a terceira maior nos serviços (10,3%) e também na indústria (10,1%). Em relação ao setor agropecuário, pode-se dizer que a região destacou-se na produção vegetal com as culturas de cana-de-açúcar, soja, milho, laranja e café e, na pecuária, com a produção de bovinos, suínos e aves. (PMU, BDI, 2015, p. 67).

Uberlândia teve forte influência da modernização do campo no seu desenvolvimento. Contudo, ao contrário de outras cidades da região, caracterizou-se pelo controle dos volumes de capitais, através dos bancos e dos agentes financeiros, advindos do agronegócio local e também de infraestrutura e maquinário para o desenvolvimento dessas atividades.

A crescente produção dessas matérias-primas demonstra que, em Uberlândia, privilegiou o atendimento das demandas agroindustriais, que passaram a regular a produção, o que significa um maior controle da cidade sobre o campo. Juntamente com a integração da produção agropecuária às agroindústrias, ampliaram-se o consumo produtivo do campo e o uso de crédito, gerando círculos de cooperação entre os estabelecimentos agropecuários e os estabelecimentos do comércio, dos serviços e do suporte financeiro. A cidade passou também a fornecer mão-de-obra especializada para atender às demandas desse campo modernizado, sendo que tal modernização propiciou a expulsão maciça dos trabalhadores e o surgimento de relações de trabalho assalariado e temporário. (BESSA, 2005, p.11)

Contudo, conforme podemos observar pela tabela 3, o principal setor econômico da cidade é o terciário, formado pelos setores de comércio e de serviços.

Tabela 3: Uberlândia - Número de empregados por setores da economia, 2015

	Agropecuária	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços
Nº Empregados	4.814	25.105	5.937	34.368	65.674
Participação por setor	3,54%	18,47%	4,37%	25,29%	48,33%

Fonte: PMU, BDI, 2015.

O setor de comércio e de serviços responde por quase 75% do número total de empregados na cidade. A agropecuária, setor muito importante para a economia do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, responde por apenas 3,54%, taxa menor que a da participação da construção civil que é de 3,47%. A indústria, também tem uma presença importante no montante de empregos da cidade, participando com 18,47% do total.

Devido ao processo de origem e desenvolvimento, que teve no aspecto locacional importante fator, a cidade possui diversas empresas do ramo atacadista, sendo que algumas como a Martins Atacadista, a Arcom, a Peixoto e a Aliança têm sede na cidade. Tais empresas ocupam hoje importantes posições no ranking do setor atacadista brasileiro.

O comércio atacadista e varejista destaca-se na economia Uberlândense, principalmente em decorrência da diversidade e da atratividade do setor, no qual se encontram empresas do setor atacado-distribuidor, lojas de departamentos, supermercados e hipermercados, centros comerciais e *shoppings centers*. (BESSA, 2004, p.78)

Os dados apresentados no quadro 3 reforçam a importância das atividades comerciais formais na economia do município.

Quadro 3: Uberlândia - Números de Empresas Formais por Subsetores do Terciário, 2011

Modalidades Terciárias	N. de Empresas
Comércio Varejista	10.872
Comércio e administração de imóveis, valores imobiliários, serviços técnicos	6.697
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação	5.514
Transporte e comunicações	1.579
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	1.403
Comércio Atacadista	1.162
Instituições de Ensino	608
Instituições de Crédito, seguros e capitalização	228

Fonte: PMU, BDI, 2015.

Organização: ROSA, T. A., 2015.

Das empresas do setor terciário há predomínio daquelas ligadas ao comércio varejista, conforme os dados da tabela. Trata-se de um número representativo da economia da cidade. Além disso, as empresas do comércio atacadista também têm grande influência econômica. Na tabela seguinte podemos ver o número de estabelecimentos e de empregados por setores da economia na cidade.

Tabela 4: Uberlândia - Número de estabelecimentos e empregados por setor, 2011

	Atividade Econômica	Nº de Empresas	Participação (%)	Nº Empregados	Participação (%)
Indústria	Extrativa Mineral	36	0,10%	264	0,15%
	Indústria de Transformação	2.513	7,23%	29.931	16,60%
	Serv. Ind. Util. Pub.	39	0,11%	1.406	0,78%
	Total	2.588	7,44%	31.601	17,52%
Construção Civil	Construção Civil	2.594	7,46%	14.371	7,97%
	Total	2.594	7,46%	14.371	7,97%
Comércio	Comércio	12.034	34,60%	44.438	24,64%
	Total	12.034	34,60%	44.438	24,64%
Serviços	Serviços	16.029	46,09%	84.261	46,72%
	Admin. Pública	48	0,14%	157	0,09%
	Total	16.077	46,22%	84.418	46,81%
Agropecuária	Agropecuária	1.488	4,28%	5.512	3,06%
	Total	1.488	4,28%	5.512	3,06%
	Total Geral	34.781	100%	180.340	100%

Fonte: PMU, BDI, 2015.

Organização: ROSA, T. A., 2015.

O número de empregos gerados pelo comércio e pelos serviços representa quase 70% dos empregos formais da cidade, sendo que as empresas dos setores de comércio e de serviços correspondem a 80% do total de empresas formalizadas. O comércio conta com quase 35% das empresas, porém, apenas 25% dos empregos. É importante ressaltar, no entanto, que esses dois setores da economia têm forte presença nas atividades informais. Muitos dos pequenos empreendimentos do setor de comércio e de serviços não têm os devidos registros e regulamentações para atuar.

O setor de comércio e reparação responde por grande parcela das empresas do setor informal na cidade. O setor de serviços aparece com dados pulverizados nesse levantamento, mas tem também uma grande quantidade de empresas atuando na informalidade. Pode-se perceber a importância que esse dois setores possuem no crescimento econômico e social da cidade através da geração de emprego e renda desses empreendimentos. É importante ressaltar que as demandas de uma cidade em franca expansão resultaram em um incremento de infraestrutura e de estabelecimentos

Associadas à instalação de *fixos artificiais* e ao desenvolvimento de atividades econômicas, têm-se, consequentemente, a ampliação e a diversificação de inúmeros *fluxos* de pessoal, matéria, capital e de informação, que, pela sua complexidade, também passaram a constituir-se em *sistemas de ações*. Dessa forma, como resultado da expansão de sistemas técnicos e de sistemas de ações, Uberlândia desenvolveu novas funcionalidade urbanas e tornou-se diferenciada em decorrência das espacializações criadas, que, por sua vez, foram capazes de gerar complementaridades regionais, ampliando e aprofundando, sobremaneira, o volume e a intensidade das interações espaciais, que passaram a ocorrer por meio de *horizontalidades* e de *verticalidades*, ou melhor, por meio de arranjos espaciais definidos mediante interações contínuas e descontínuas, respectivamente. (BESSA, 2004, p. 60)

O desenvolvimento de Uberlândia a partir do comércio e dos serviços, setores fundamentais e dinâmicos das atuais cidades capitalistas, gerou novas formas de organização interna na cidade.

De modo geral, o desenvolvimento das atividades econômicas causou profundas modificações em Uberlândia, uma vez que aumentou a complexidade dos *sistemas técnicos*; gerou uma nova divisão social e territorial do trabalho; transformou a estrutura demográfica e de emprego; intensificou as trocas e os fluxos internamente à região, bem como aumentou as possibilidades de uma maior integração com o território nacional, pois proporcionou o surgimento de especializações, sendo estas as bases para o aparecimento de complementaridades regionais. (BESSA, 2004, p.84)

A cidade de Uberlândia é dividida em cinco grandes setores, que englobam diversos bairros integrados que, por sua vez, são a junção de diversos outros bairros. O setor central da cidade, por exemplo, é formado por 11 bairros integrados, sendo que o bairro centro é um deles. Na figura 13 podemos ver o setor central da cidade, bem como a organização interna dos bairros integrados que o formam.

Figura 13: Bairros integrados do setor central da cidade de Uberlândia - MG



Fonte: PMU, 2015.

Adaptado por: ROSA, T. A., 2015.

O bairro centro, desde a sua formação, caracterizou-se por abrigar importantes estabelecimentos comerciais, de serviços e de instituições públicas da cidade. Com o advento da urbanização intensa, na segunda metade do século XIX, ocorrem significativas mudanças na forma de ocupação do mesmo.

O centro comercial englobou áreas residenciais e as transformou, na sua maior parte, em comércios e serviços, estando incluídos no último setor o sistema bancário, escolas particulares, consultórios e clínicas, lojas especializadas, drogarias, laboratórios, lojas de eletroeletrônicos e móveis, entre outros, restando apenas uma pequena porcentagem de residências nesta região, quase sempre caracterizadas por edifícios, ora ocupados na base térea por comércio ou bancos, ora novos arranha-céus, voltados para um público mais seletivo, simbolizando a modernidade da cidade. (BERTOLUCCI, 2005, p. 62)

É nesse contexto de modernização estrutural da cidade, com novas ocupações de antigos espaços e o estabelecimento de novos equipamentos públicos e privados de consumo que o centro de Uberlândia passa a representar o cerne de determinados tipos de comércio e de serviços, a exemplo do comércio ambulante de alimentos, o qual será abordado a seguir.

3.3. Espacialização dos Ambulantes de Alimentos no Centro de Uberlândia – MG

Segundo a legislação municipal que versa sobre o comércio ambulante o mesmo é caracterizado por:

Art. 1º A Lei nº 6044, de 30 de junho de 1994 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Considera-se comércio ambulante a atividade temporária de venda de mercadorias a varejo, realizada em logradouros públicos, por trabalhadores autônomos, em locais e horários previamente determinados." (NR)

"Art. 2º

Parágrafo Único - Não serão permitidos o comércio de medicamentos de uso controlado, bebidas alcoólicas, cigarros, produtos elétricos, eletrônicos e eletrodomésticos." (NR)

"Art. 4º As autorizações para instalação do comércio ambulante serão concedidas pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, conforme critérios estabelecidos em regulamento, através da análise sócio-econômica do requerente, priorizando-se os portadores de deficiência e os idosos (...). (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, <http://www.uberlandia.mg.gov.br>, acesso em: 12 de set. de 2015)

Os ambulantes estão presentes em todas as partes da cidade, seja nas praças, nas avenidas, nas ruas movimentadas, em portas de escolas, nos ginásios poliesportivos e até mesmo na entrada dos supermercados. Porém, no bairro centro a atividade desses ambulantes é singular e representativa, pois:

O centro não é apenas a concentração do grande comércio e das instituições, uma vez que discutimos a idéia do centro como um ponto para a realização das necessidades materiais e imateriais, justificando a idéia da constituição das atividades do comércio informal que também estão inseridas na lógica da apropriação e reprodução dos espaços. (MONTESSORO, 2006, p.41)

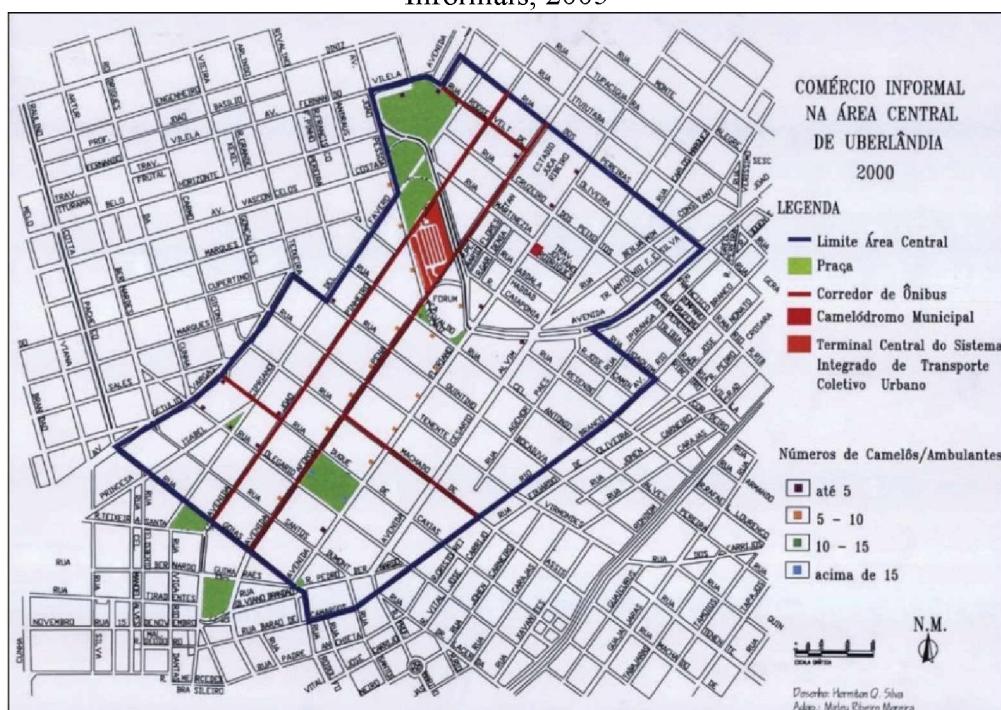
Os ambulantes de alimentos atuam dispersos no centro de Uberlândia, contudo existem alguns lugares onde essa concentração é mais intensa. A exemplo das praças

Tubal Vilela e Sérgio Pacheco, nas redondezas do Terminal Central de ônibus e do Fórum. Estes lugares concentram um importante fluxo de pessoas e de veículos, conforme escreveu Cleps (2009, p. 336-337),

O principal lugar de concentração das atividades informais em Uberlândia é a área central da cidade onde ocorre um intenso fluxo de veículos e de pessoas. Nela, além das atividades comerciais e de serviços, ainda existem residências e edifícios residenciais, constitui-se, assim, como o espaço de uso para pedestres, veículos, ônibus, motos, bicicletas e pela publicidade em geral. Delimitada pelas Avenidas Cesário Alvim, Getúlio Vargas, João Naves de Ávila (proximidades do Fórum de Justiça Abelardo Pena) e Rua Bernardo Guimarães, tem como pontos de destaque as Praças Tubal Vilela, Oswaldo Cruz e Sérgio Pacheco. Nestas ruas há um grande número de pessoas que comercializam diferentes tipos de produtos como alimentos, produtos importados, brinquedos, loterias, produtos artesanais, passes de ônibus entre outros tantos

Em trabalho realizado por Bertolucci (2005) podemos identificar a concentração das atividades informais na área central da cidade. Nele o autor identificou a presença de ambulantes e camelôs pelas ruas e praças do bairro, fazendo também uma ligação com a presença dos corredores de ônibus e com os alguns estabelecimentos como o camelódromo central e o terminal central de ônibus.

Figura 14: Área Central de Uberlândia - Localização dos Empreendimentos Comerciais Informais, 2005



Fonte: BERTOLUCCI, 2005, p. 60.
Adaptado por: ROSA, T.A., 2015.

Conforme apresentado, a região central abarca importantes estabelecimentos comerciais, de serviços e de consumo, gerando grande fluxo de pessoas e de veículos. Esses fluxos são fundamentais para o desenvolvimento da atividade ambulante e por conta disso existe uma presença maciça deles nesses locais, conforme podemos observar na paisagem ao percorrer as ruas do bairro.

Retornando à questão do centro como um local simbólico, lúdico e que representa a (re)produção do capital pelas atividades que concentra e/ou dispersa, temos que o mesmo nunca apresentou características homogêneas até mesmo pelas formas e funções que abriga, já que velhos espaços são tomados por novas funções, caracterizando uma dinâmica que é própria da acumulação. Mas o que precisa ficar esclarecido é que ele é o nó de ligação da cidade com os seus moradores, é o ponto de ligação entre o próximo e o distante e é identificado pelo seu caráter concentrador e dispersor das atividades, das pessoas e das idéias, pois se um novo eixo se intensifica num determinado ponto do espaço, acaba atraindo para si toda a característica que envolve a dinâmica econômica, social e cultural do centro. (MONTESSORO, 2006, p. 49)

Na figura 14 é possível perceber a concentração desses ambulantes e camelôs nos espaços de grande fluxo de pedestres como os corredores de ônibus e as ruas e avenidas no entorno. A concentração deles também se fazia bastante intensa perto do terminal de ônibus, tornando-se menos visível nas ruas mais afastadas desses dois pontos de referência.

A partir dessas considerações sobre a concentração dos ambulantes no centro e a importância deste como lócus das atividades comerciais, estabelecemos o centro como área de análise da dinâmica do comércio ambulante de alimentos na cidade de Uberlândia.

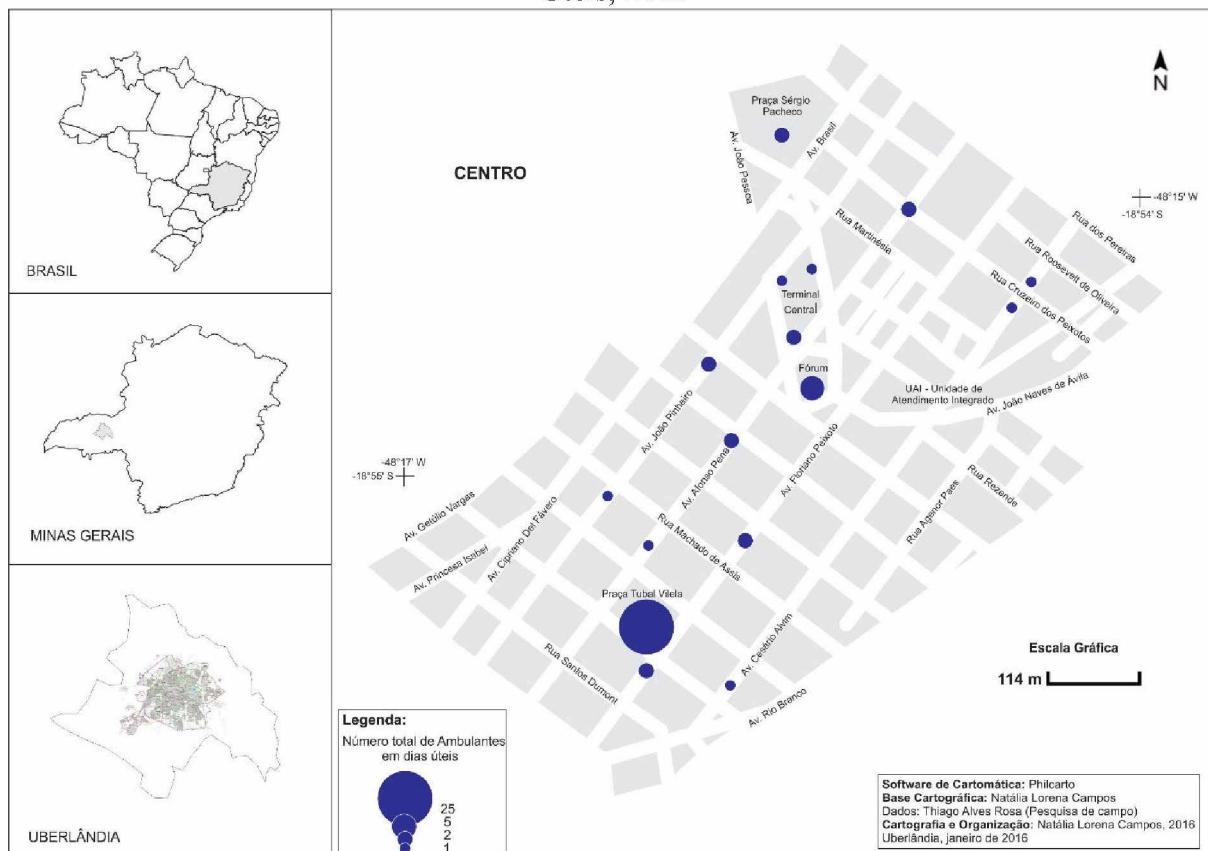
O levantamento da quantidade de ambulantes presentes nas ruas do bairro centro confirma que este é um dos locais onde essas atividades são mais intensas, tendo a presença dos ambulantes um grande impacto na circulação e nos fluxos. Como resultado da coleta de dados em lócus foi possível elaborar mapas de concentração desses trabalhadores de acordo com a categoria dos alimentos que eles comercializavam.

No mapa seguinte podemos identificar os principais lugares de concentração dos ambulantes de alimentos no centro de Uberlândia. Nele verificamos uma forte presença desses trabalhadores em um eixo que vai da Praça Tubal Vilela até o Terminal Central. Isso pode ser explicado pelo intenso fluxo de veículos e, principalmente, de pessoas que passam todos os dias por esses locais.

O principal lugar de concentração desses ambulantes é a própria Praça Tubal

Vilela, como pode ser observado no mapa 2.

Mapa 2: Uberlândia - Concentração de Ambulantes de Alimentos no Centro em Dias Úteis, 2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Autor: Campos, N. L. de, 2016.

A Praça Tubal Vilela localiza-se mais especificamente entre os cruzamentos das avenidas Floriano Peixoto e Afonso Pena com as ruas Duque de Caxias e Olegário Maciel. Por conta de sua localização, próximo ao terminal central de ônibus e entre duas das avenidas mais movimentadas da cidade a Floriano Peixoto e a Afonso Pena, a praça é um importante local de concentração comercial.

Todos os dias milhares de transeuntes deslocam-se pelo local por passagem, rumo às diversas lojas e centros comerciais do entorno, ou utilizando-se dos fixos e dos serviços existentes no interior da praça como também de diversos equipamentos comunitários, como a fonte sonoro-luminosa, espelhos d'água, banheiro público, uma base da Polícia Militar de Minas Gerais e da Secretaria de Trânsito e Transportes (SETTRAN) e grandes bancos contínuos.

Fotos 3 e 4: Comércio Ambulante Praticado na Praça Tubal Vilela, 2015



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

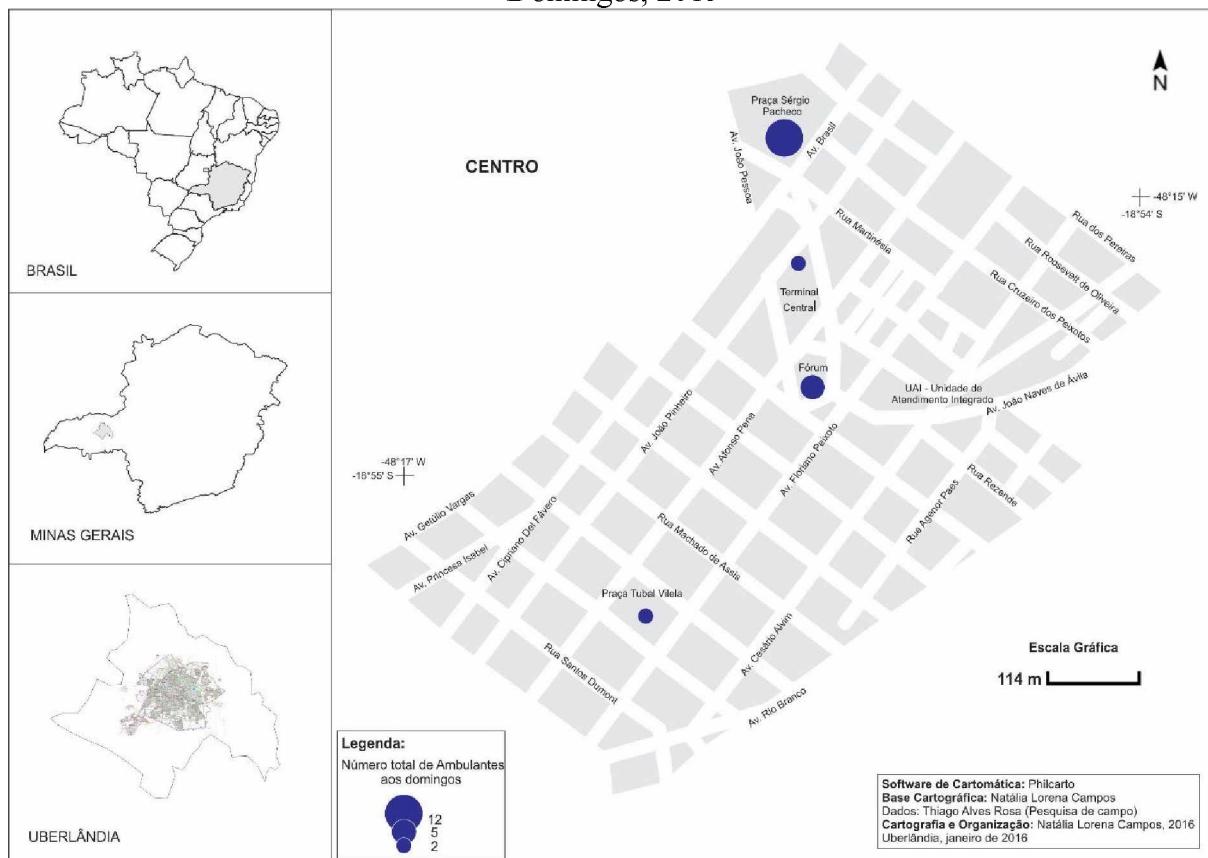
Autor: ROSA, 2015.

Essa dinâmica, contudo, altera-se substancialmente durante os finais de semana, principalmente no domingo, quando as principais lojas e estabelecimentos localizados no centro não funcionam. O fluxo de trabalhadores e comerciantes tem uma grande redução e, consequentemente, os ambulantes são vistos em número bem menor.

Conforme os resultados das entrevistas realizadas com os ambulantes no centro, grande parte afirmava trabalhar durante os dias de semana, ou de segunda a sexta. Há, portanto, uma modificação da dinâmica desses trabalhadores no centro durante os dias da semana e nos domingos e feriados. Nos domingos muitas formas de lazer público ocorrem na cidade. Jogos de futebol nos ginásios poliesportivos e periodicamente no estádio municipal, maior frequência de visita aos parques municipais e também nas praças dotadas de equipamentos de diversão e apresentação cultural, como é o caso da Praça Sérgio Pacheco.

O dia da semana com maior movimentação nesta praça é justamente o domingo, onde ocorre uma feira de artesanato com shows e apresentações. Observa-se forte presença de famílias que vêm para a praça com crianças que aproveitam dos brinquedos existentes ali, ou apenas para comer e apreciar o dia. No mapa 3 podemos notar a concentração das atividades dos ambulantes durante o domingo.

Mapa 3: Uberlândia - Concentração de Ambulantes de Alimentos no Centro aos Domingos, 2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015
Autor: Campos, N. L. de, 2016.

Segundo um dos comerciantes da feira, este evento acontece todos os domingos do mês e com organização feita pelos próprios comerciantes que estão associados a Feira de Artesãos. Esta associação fica encarregada de organizar internamente os espaços das barracas, os shows e as atividades culturais que vão ocorrer ali, assim como de contratar seguranças para atuar no espaço utilizado por eles durante esse dia. A estrutura utilizada pelos comerciantes é a de tendas, que são montadas sobre hastes de metal nos dias em que a feira acontece.

Foto 5: Concentração de Barracas, Ambulantes e Pedestres na Praça Sérgio Pacheco aos Domingos, 2015



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Autor: ROSA, T. A., 2015.

Existe um embate velado entre os comerciantes da feira de artesanato, que além de produtos de artesanato também comercializam alimentos e bebidas, e os ambulantes que também atuam ali. Os comerciantes afirmam pagar pelo direito de venderem seus produtos na praça, uma taxa que seria paga à Associação de Artesãos para a manutenção da infraestrutura e outros gastos, assim como as taxas para a prefeitura.

Em entrevistas realizadas um dos feirantes afirmou que:

Então nós vemos assim, eles (os ambulantes) têm o direito de trabalhar eu acho que é justo, porém eles não respeitam o espaço que nós pagamos para trabalhar (Entrevistado 1, Feira de Artesãos, 2015).

Ao contrário desses feirantes, os ambulantes não possuem nenhum tipo de autorização ou alvará para atuarem ali, sendo que muitos comercializam os mesmos produtos que os vendidos pelos comerciantes formalizados.

Nós enxergamos esse pessoal (os ambulantes) assim. Nós cumprimos todas as exigências legais, prefeitura, agora tem vara da infância e juventude, polícia militar. Aí esse pessoal encosta aqui (e apontando para uma vendedora ambulante que se encostava em sua barraca) como essa moça aqui, ela ta vendendo o bombom dela, eu fiz de conta que não vi, porque ela não pode ta aqui dentro. Mas ela ta ganhando o dinheirinho dela. Então nós vemos assim, nós cumprimos todas as exigências legais que são absurdas, por exemplo o da vara da infância e da juventude, nós assinamos um termo de responsabilidade que se chegar algum bêbado, uma criança bêbada, uma criança de dezessete anos, eu to arriscado de sair daqui algemado. (Entrevistado 2, Comerciante da Feira de Artesãos, 2015)

Alguns dos ambulantes limitam-se a permanecer no local do parque infantil, onde existe um público grande de crianças e pais que frequentam o local. Porém, aqueles que têm maior mobilidade e podem circular pelo espaço da praça sem maiores dificuldades não enxergam problemas em oferecer seus produtos para os frequentadores da feira diretamente nas mesas dispostas na praça.

Fotos 6 e 7: Comércio Ambulante Praticado na Praça Sérgio Pacheco, 2015



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Autor: ROSA, T. A., 2015.

Durante as pesquisas de campo um fato chamou a atenção. Em determinado momento, um ambulante percorre o espaço interno da feira de artesanato vendendo doces quando é abordado por um segurança contratado pela própria Associação dos Feirantes. Ele é convidado a se retirar do espaço e ocorre o início de uma discussão sobre a legalidade da ação do segurança. O embate termina com a saída, mesmo que sob protestos, do ambulante. Porém, vários outros continuavam a circular com seus produtos levemente ocultados entre os frequentadores do local.

Em relação aos produtos comercializados no centro de Uberlândia temos uma variedade importante, que compreende desde produtos manipulados pelos próprios ambulantes até produtos que são adquiridos em estabelecimentos varejistas e comercializados nos locais onde eles atuam. Essa variedade de produtos é um dos grandes diferenciais dos ambulantes, uma vez que atendem a diversos tipos de consumidores. Podemos classificá-los, de acordo com os alimentos comercializados por eles, em três tipos: artesanais e semi-artesanais, imaterializados e as frutas.

Os produtos artesanais e semi-artesanais são aqueles de produção caseira, em que o próprio ambulante produz ou compra de alguém que produza o produto de modo artesanal a partir de alimentos naturais ou industrializados. Os alimentos

industrializados consistem naqueles que os ambulantes adquirem para a revenda a partir de estabelecimentos formais ou mesmo de indústrias. Enquanto que as frutas comercializadas por eles são a granel vendidas diretamente ao consumidor.

Quadro 4: Uberlândia - Categorização de Produtos Alimentícios Comercializados por ambulantes, 2015

Categoria	Descrição	Exemplos de Produtos
Alimentos Artesanais	Alimentos manufaturados pelo próprio ambulante para a venda.	Pastéis, churros, caldo de cana, pão de queijo, sanduíches, pipoca e outros.
Alimentos Industrializados	Produtos industrializados comprados de indústrias, empresas ou lojas para serem revendidos pelos ambulantes.	Balas, gomas de mascar, algodão doce, picolés, sorvetes, etc.
Frutas	Frutas vendidas em embalagens, pacotes ou unidades sem passarem por nenhum processo que altere suas características.	Laranja, abacaxi, pequi, morango, uvas, caju, goiaba, jabuticaba, mamão, etc.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Autor: ROSA, T. A., 2015.

A partir dessas categorias de alimentos foram elaborados três mapas de concentração de comerciantes para cada uma delas, a fim de demonstrar sua presença e localização no espaço do centro da cidade. Em cada um deles é possível notar especificidades sobre a comercialização desses alimentos, principalmente no que tange à localização, aos equipamentos utilizados para o trabalho e às relações que se desenvolvem com os consumidores.

No mapa 4 representamos a concentração de vendedores ambulantes de alimentos artesanais e semi-artesanais no espaço do bairro centro.

Mapa 4: Uberlândia - Concentração de Ambulantes de Alimentos Artesanais e Semi-artesanais, 2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Autor: Campos, N. L. de, 2016.

Os alimentos artesanais ou semi-artesanais têm suas especificidades por conta da forma como são produzidos e armazenados. Muitos desses alimentos são produzidos de forma caseira, em muitos casos no próprio domicílio do ambulante. Como é o caso dos vendedores de salgados, de sanduíches e de doces. Justamente pelo caráter de ser produzido em casa e sem a devida autorização dos órgãos competentes, esse tipo de produto é fiscalizado com maior rigor.

Nota-se no mapa que esses ambulantes concentram-se principalmente na Praça Tubal Vilela, onde os fluxos de transeuntes são maiores. Antagonicamente essa praça é o lugar onde a fiscalização atua mais frequentemente, apreendendo os produtos que não têm autorização para serem comercializados ali. Por conta disso, os equipamentos desses vendedores costumam ser o mais discretos possível, ocultando de olhares mais desatentos o conteúdo das caixas de isopor, bolsas ou até mesmo de tabuleiros.

Fotos 8 e 9: Alimentos Artesanais (geladinhos, tábua de cocadas e doces), 2015



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

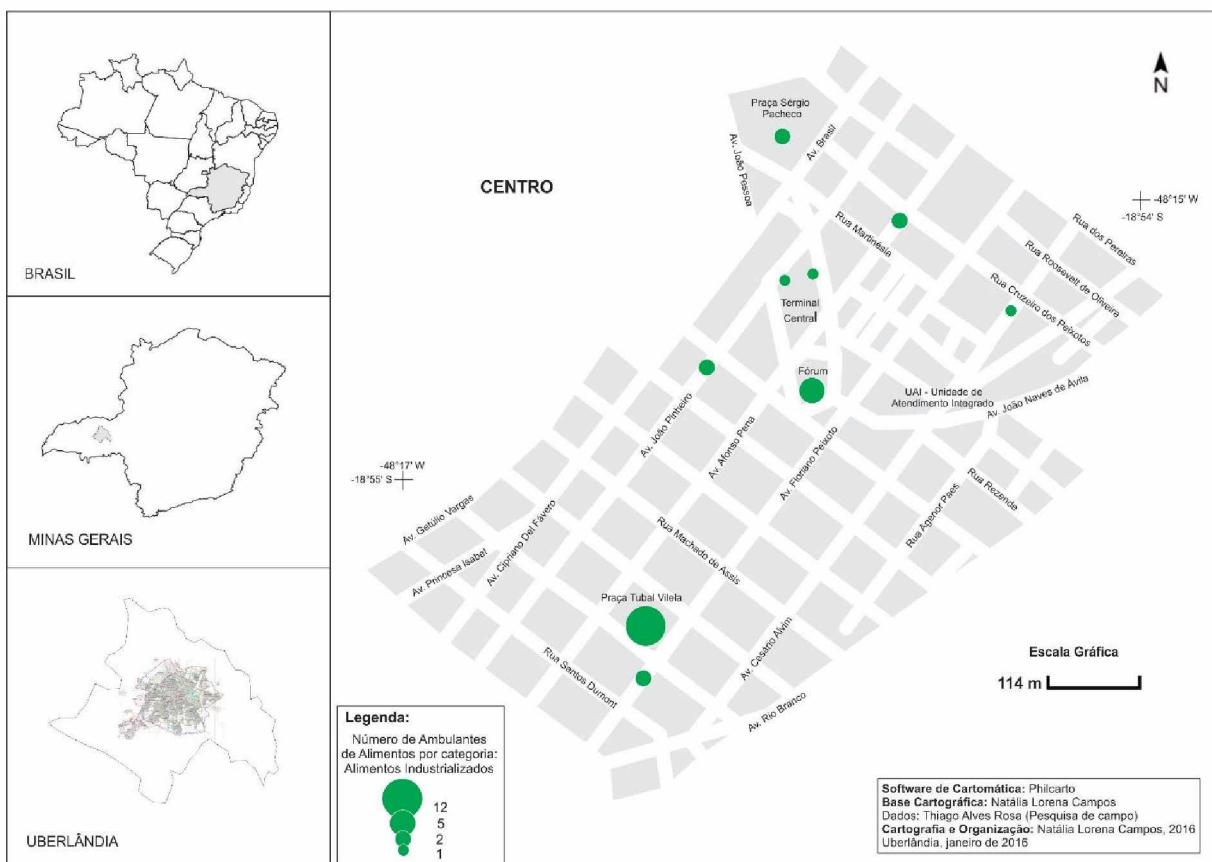
Autor: ROSA, 2015.

Muitos desses ambulantes de alimentos artesanais chegam cedo na praça para oferecer aos passantes uma possibilidade alternativa de café da manhã. Servem-se ali pães, sanduíches, bolos, doces, café, sucos e salgados em geral. Durante o dia outros ambulantes percorrem o espaço da praça oferecendo seus produtos, saindo frequentemente para ruas paralelas ou indo até alguns estabelecimentos de ensino, bancos ou empresas que se situam nas proximidades do local para aproveitar os horários de maior movimento dos mesmos.

Porém, por conta da fiscalização mais rígida com relação aos seus produtos que, em muitos casos, têm maiores riscos de contaminação por mau condicionamento e falta de equipamento correto para o transporte dos mesmos, esses ambulantes ficam mais limitados quanto a sua atuação na região central da cidade.

Uma dinâmica parecida pode ser observada nos vendedores ambulantes de alimentos industrializados.

Mapa 5: Uberlândia - Concentração de Ambulantes de Alimentos Industrializados, 2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Autor: Campos, N. L. de, 2016.

Contudo, podemos dizer que esses ambulantes de alimentos atuam com mais liberdade no espaço público do centro de Uberlândia. Eles encontram-se dispersados por todo o eixo que vai da Praça Tubal Vilela até a Praça Sérgio Pacheco, concentrando-se principalmente nestas duas praças e também na região do entorno do terminal central de ônibus. Esses vendedores trabalham com produtos diversos que vão desde balas, picolés e sorvetes até salgadinhos, biscoitos e doces comercializados por mercados e supermercados.

Porém, os principais produtos desse tipo que encontramos no local pesquisado são os vendedores de picolés e sorvetes. Esses, diferentemente da maior parte dos outros vendedores ambulantes, possuem licença para atuar como tal.

A mobilidade desses vendedores de picolés e de sorvetes é algo importante a mencionar, pois a maioria trabalha com carrinhos térmicos de propriedade das sorveterias ou dos estabelecimentos para os quais trabalham. Esses equipamentos possibilitam que o ambulante circule facilmente pelos espaços sem ter que se preocupar com a manutenção da temperatura. Por isso, esses ambulantes são frequentemente vistos

em diversos locais da cidade em um mesmo dia, deslocando-se para os lugares onde o fluxo de pessoas é maior.

Fotos 10 e 11: Ambulantes de Alimentícios Industrializados e Semi-industrializados, 2015



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

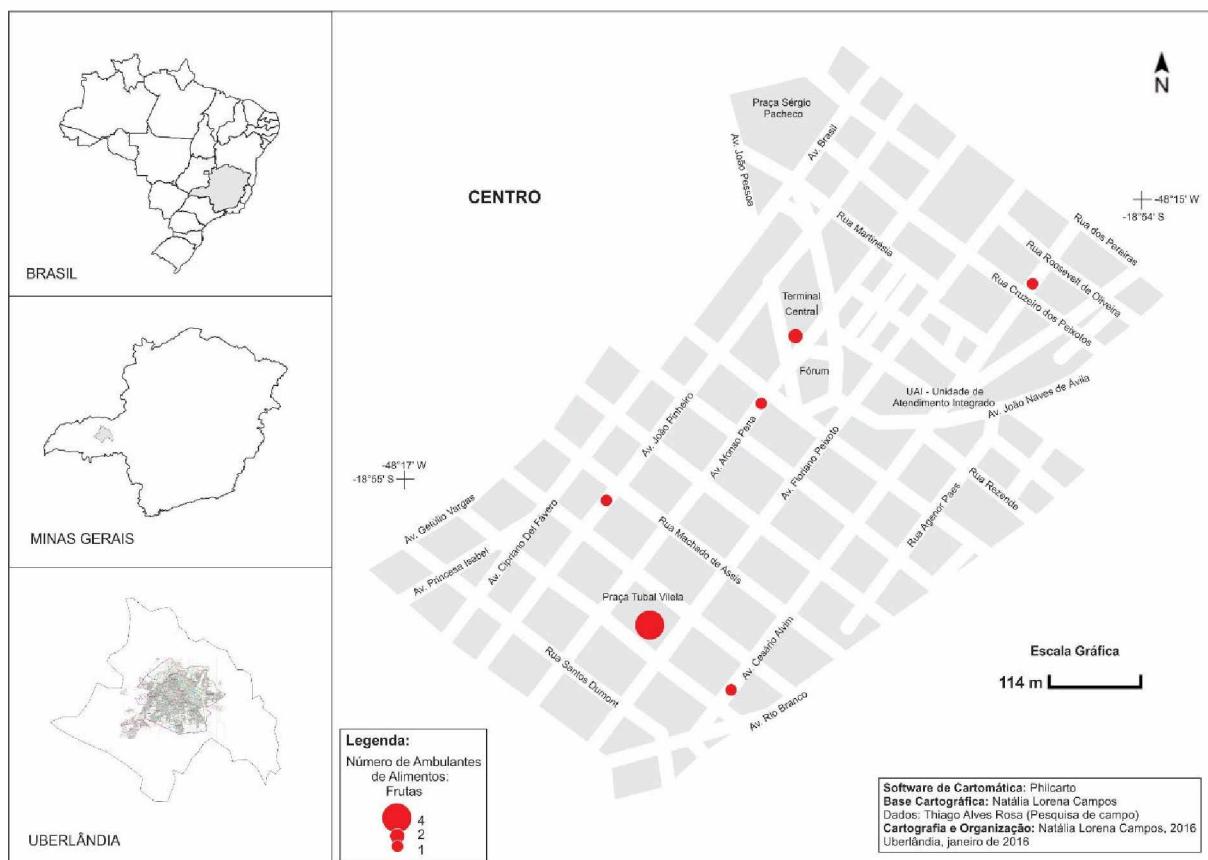
Autor: ROSA, 2015.

Contudo, a mobilidade que esses equipamentos permite aos ambulantes, também, acaba por torná-los ilegais em muitos casos. Isso acontece por que a licença que concedida a eles define os locais onde eles devem atuar, estabelecendo pontos fixos para os mesmos.

Assim, em diferentes lugares da cidade são elencados pontos para que eles exerçam suas atividades assim que obtiverem a licença para tal. Porém, o que ocorre é que a maioria desses ambulantes não se limita a frequentar os espaços que são impostos para eles, circulando também por ruas, avenidas e praças vizinhas, e mantendo-se em constante movimento para evitar a competição direta com outros vendedores que atuam com os mesmos produtos.

A última categoria de produtos encontrada no bairro centro foi a de vendedores de frutas. Esses, conforme podemos observar no mapa, também se encontram dissipados pelo espaço do bairro centro, porém, em uma concentração menor do que daqueles observados nas outras categorias de produtos.

Mapa 6: Uberlândia - Concentração de vendedores Ambulantes de Frutas, 2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Autor: Campos, N. L. de, 2016.

A maior parte dos vendedores ambulantes de frutas foi localizada em locais separados e com certa distância uns dos outros. A concentração deles foi encontrada novamente na Praça Tubal Vilela. Sendo que os principais produtos observados durante a pesquisa de campo o pequi e a goiaba. Ambos são produtos encontrados mais facilmente em épocas das referidas safras, mas são os que têm presença mais relevante nesse local. Em determinados dias foram identificados cinco vendedores de pequi apenas nos locais de circulação dos ônibus que passam pela Praça Tubal Vilela.

Porém, como citado, uma das características desses vendedores ambulantes de frutas encontrados no centro de Uberlândia foi o distanciamento uns dos outros, atuando geralmente de maneira solitária e sem a presença de mais de um vendedor por local. Isso decorre em muitos casos do tipo de equipamento usado para a venda dessas frutas. Muitos dos ambulantes vêm até seus locais de trabalho utilizando caminhões que servem ao mesmo tempo de transporte e de estande para a apresentação de seus produtos.

Fotos 12 e 13: Comércio Ambulante de Frutas no Centro de Uberlândia, 2015



Autor: ROSA, 2015.

Fonte: Trabalho de Campo, 2015.

A maioria tem nesses locais um ponto fixo de trabalho, atuando, como se observou em alguns casos, há mais de dez anos no mesmo lugar. As frutas comercializadas por eles são variadas. Abacaxi, morangos, melancias, caju, laranjas e maçãs podem ser encontrados com relativa facilidade pelas ruas do centro.

Alguns dos ambulantes de frutas afirmaram que buscam as mercadorias em outras cidades, como Monte Alegre de Minas, no caso do abacaxi, e que somente após vender todo o estoque deslocam-se para adquirir mais produtos.

Em relação à fiscalização muitos deles afirmaram que atuam com certa liberdade, mas que nos últimos anos a mesma vem sendo mais intensa, o que os obriga, muitas vezes, a deixar o local de trabalho sob a possibilidade de perderem toda a mercadoria em caso de apreensão.

3.4. Perfil Socioeconômico dos trabalhadores ambulantes de alimentos

Como forma de estabelecer um breve perfil sobre as principais características sociais e econômicas dos trabalhadores ambulantes do centro da cidade de Uberlândia foram realizadas entrevistas estruturadas com esses comerciantes nos locais de trabalho dos mesmos, o que permitiu que o entrevistador tivesse um contato maior com o próprio ambulante, com seu local de atuação e com os consumidores.

Por conta de uma atuação de fiscalização da Prefeitura Municipal e da repressão contínua para com essas atividades, muitos ambulantes preferiam não participar das entrevistas. Assim como muitos dos que participavam não respondiam a determinadas questões. O receio de que as informações obtidas através da pesquisa, mesmo que o entrevistador se identificasse como aluno de uma Universidade e afirmasse que não constava na entrevista nenhum tipo de identificação do ambulante e que os dados ali

obtidos seriam utilizados para traçar um perfil geral dessas atividades sem a divulgação de nenhum dado pessoal, muitos enxergavam com receio.

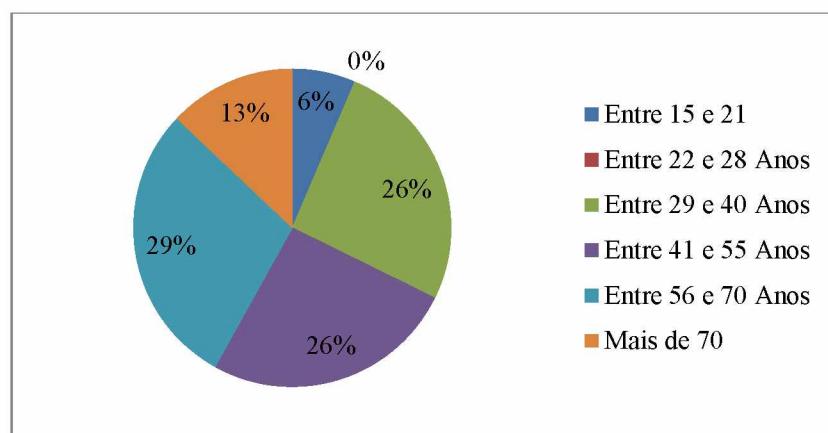
O medo de perder seu material de trabalho ou terem seus produtos apreendidos é uma constante no trabalho desses ambulantes. Muitos buscam comercializar seus produtos da forma mais discreta possível, como vendedores de bombons e salgados artesanais que circulam pelas vias, sendo que esse tipo de atitude, mesmo que prejudique as vendas, evita que a fiscalização identifique facilmente o ambulante.

Em campo foram entrevistados 31 ambulantes que comercializavam os mais diversos tipos de alimentos como balas, picolés, bombons, salgados, pipoca, algodão doce, frutas e doces caseiros. Esse número pode não ser considerado significativo perante a quantidade de trabalhadores ambulantes da cidade, mas auxiliam a elucidar certas características em comuns entre eles. Conforme ressaltado, a maioria desses ambulantes localiza-se na Praça Tubal Vilela durante os dias de semana e na Sérgio Pacheco nos fins de semana.

Os dados tabulados nos oferecem um perfil geral desses trabalhadores mesmo que não representem o universo dos ambulantes como um todo. Da mesma forma, os ambulantes de alimentos que atuam na cidade são contemplados aqui como uma amostragem parcial dessa classe de trabalhadores.

Inicialmente, as questões tangiam sobre aspectos socioeconômicos pessoais dos vendedores como idade e escolaridade, para que fosse possível estabelecer um perfil deles. Quanto à média de idade desses comerciantes podemos observar no gráfico 3 que ela fica entre os 29 e 70 anos, sendo que em campo a faixa de 56 a 70 anos foi a mais representativa, mesmo que a diferença dela com as outras não fosse tão significativa.

Gráfico 3: Uberlândia – Variação da idade dos ambulantes de alimentos, 2015



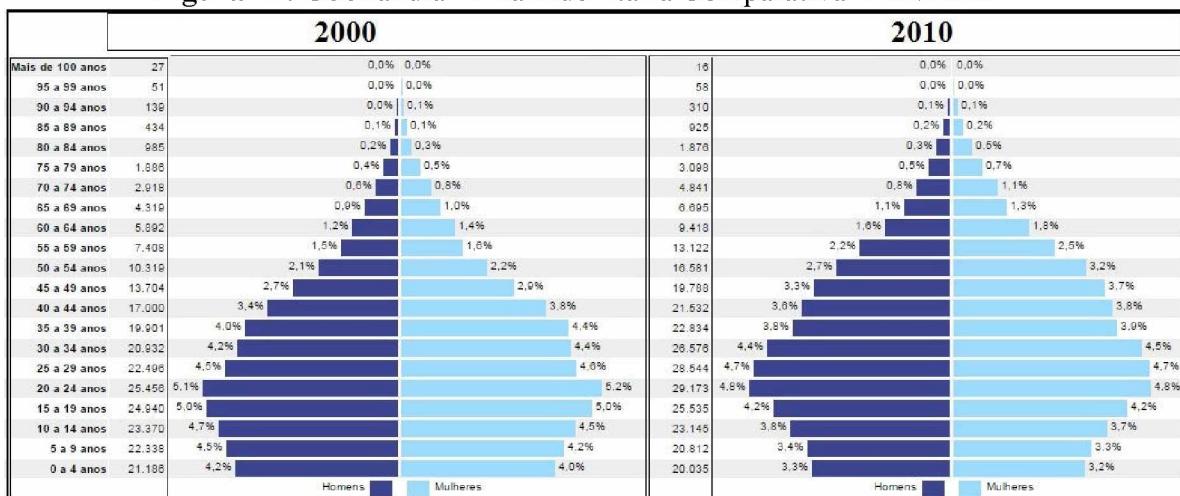
Fonte: Pesquisa de Campo, Outubro/Dezembro de 2015.

Autor: ROSA, T. A., 2016.

Conforme demonstram os dados do gráfico, mais de 65% dos ambulantes entrevistados têm mais de quarenta anos. Esse é um dado significativo sobre a média de idade dos ambulantes de alimentos da cidade, sendo que o grupo com mais de 70 anos foi mais representativo do que aqueles entre 15 e 28 anos. Isso pode ser explicado, em parte, pelo envelhecimento da população brasileira, e mais especificamente da população da cidade e por se tratar de pessoas que estão aposentadas ou que não são mais absorvidas pelo mercado de trabalho. Ou que buscam na atividade uma forma de complementação de renda.

Analizando a pirâmide etária comparativa da cidade, entre os anos 2000 e 2010, podemos observar um processo de envelhecimento da população e um aumento gradual da faixa etária que compreende de 20 a 60 anos.

Figura 15: Uberlândia - Pirâmide Etária Comparativa 2000/2010



Fonte: IBGE CIDADES, 2015.

Adaptação: ROSA, T.A. 2015.

Esse processo por si, não explica a faixa etária dos ambulantes, porém nos auxilia a entender que Uberlândia, assim como outras cidades brasileiras, passa por um aumento gradual no número de adultos e idosos, em detrimento do crescimento da população jovem e da economicamente ativa.

Esse dado também reflete no número de aposentados no grupo de ambulantes de alimentos entrevistados. No gráfico 4 podemos observar que, entre os entrevistados mais de 30% eram aposentados. Esse é um dado significativo até mesmo para compreender a média de renda desses trabalhadores.

Gráfico 4: Uberlândia - Porcentagem de Aposentados na Amostragem de Ambulantes de Alimentos, 2015



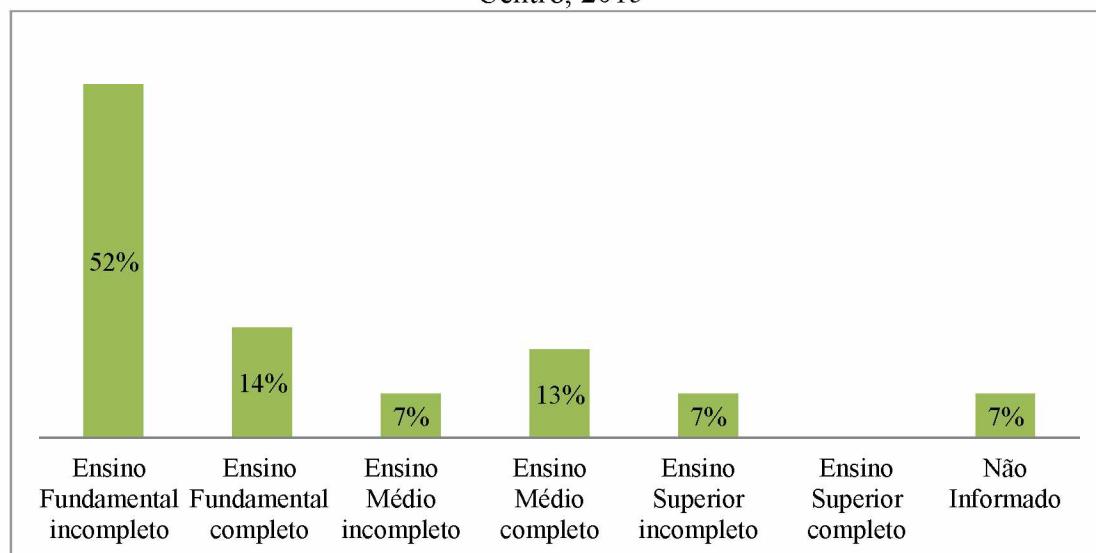
Autor: ROSA, T. A., 2016.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Muitos dos entrevistados afirmaram que o comércio ambulante constitui uma forma de complemento dos seus rendimentos, e não a fonte principal. Assim, consiste em uma fonte extra de renda, permitindo que o trabalhador não dependa exclusivamente daquelas atividades para a sobrevivência.

A média de escolaridade entre os ambulantes mostrou-se baixa. A maioria afirmou que tinha apenas o ensino fundamental incompleto. Esse fator, segundo alguns, foi preponderante para que ingressassem no comércio ambulante de maneira informal, uma vez que muito vagas de empregos criadas no mercado formal dependiam de um ensino fundamental ou médio completo, ou, em alguns casos, de cursos técnicos. Assim, muitos afirmaram ter no comércio ambulante a única possibilidade de renda.

Gráfico 5: Uberlândia - Média de Escolaridade entre os Ambulantes de Alimentos do Centro, 2015



Fonte: Pesquisa de Campo, Outubro/Dezembro de 2015.

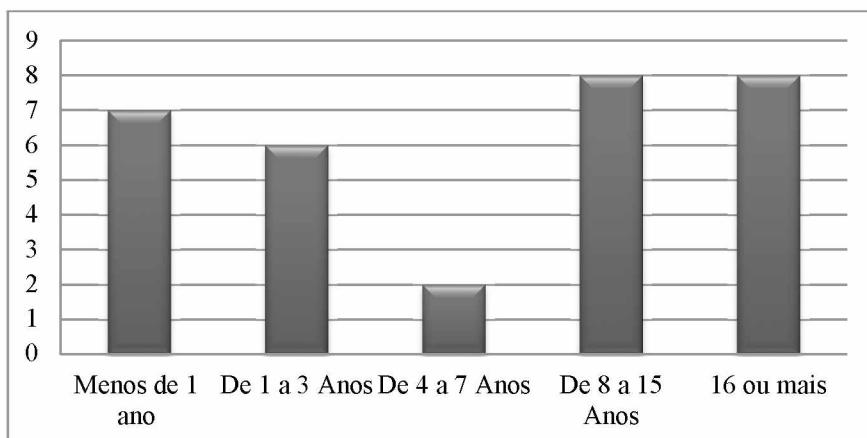
Autor: ROSA, T. A., 2016.

A falta de qualificação foi um dos aspectos lembrados pelos ambulantes por não conseguirem ingressarem formalmente no mercado de trabalho, uma vez que a baixa escolaridade não lhes permitia salários compatíveis com o que eles recebiam atuando como ambulantes.

Assim, nos momentos de desaceleração ou de crise da economia a atuação como informais consiste na única forma de rendimento encontrada por muitos desses vendedores ambulantes de alimentos.

A média de tempo que esses trabalhadores atuam como ambulantes também mostrou-se bastante variada. Dois períodos de concentração chamam a atenção no gráfico, conforme representado no gráfico. Há um grupo que está inserido nesta atividade há bastante tempo, oito anos ou mais, enquanto outro representa aqueles que ingressaram há menos de um ano, conforme demonstra o gráfico a seguir.

Gráfico 6: Uberlândia - Tempo de Atuação como Ambulante, 2015



Fonte: Pesquisa de Campo, Outubro/Dezembro de 2015.

Autor: ROSA, T. A., 2016.

Essa disparidade pode ser explicada, em certo ponto, pelas mudanças estruturais no trabalho durante as últimas décadas. Por um lado, foram identificados muitos ambulantes com mais de vinte e cinco anos nessa modalidade comercial, ou seja, que iniciaram seu trabalho como ambulantes no fim da década de 1980 e durante a década de 1990, momentos de crise e desaceleração econômica do Brasil. Então, partes desses trabalhadores se inseriram dentro da lógica da informalidade no período em que houve forte expansão dessa economia no país.

Por outro lado, há também um número significativo de ambulantes que trabalham como ambulantes há menos de três anos. Muitos destes trabalhadores advêm do mercado de trabalho formal, tendo perdido seus empregos recentemente pelo

agravamento da crise econômica que o país atravessa. Apesar da manutenção da queda dos níveis de desemprego durante a maior parte da década de 2000, motivado pelo bom desempenho da economia, temos, a partir de 2015, um aumento desses índices, conforme dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA).

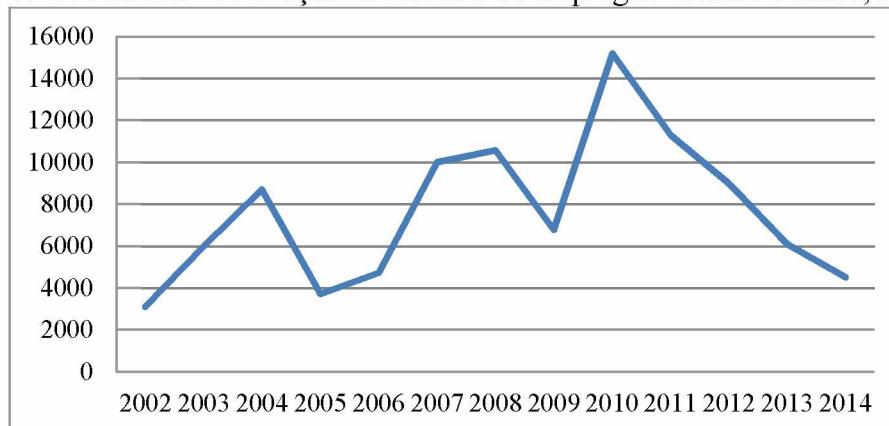
Figura 16: Brasil – Evolução das Taxas de Desemprego, 2002- 2015



Fonte: IPEA, <http://www.ipeadata.gov.br>, 2015.

Na cidade de Uberlândia a criação de postos de trabalho apresentava um aumento considerável durante a década de 2000, com índices de oscilação, mas mantendo um patamar acima de seis mil empregos formais criados anualmente. Esses índices apresentaram aumento relevante em 2010 quando foram criados mais de quatorze novos postos de trabalho na cidade. A partir deste momento, contudo, os índices vêm caindo vertiginosamente, com pouco mais de quatro mil empregos criados em 2014,

Gráfico 7: Uberlândia – Evolução do número de empregos formais criados, 2002-2014

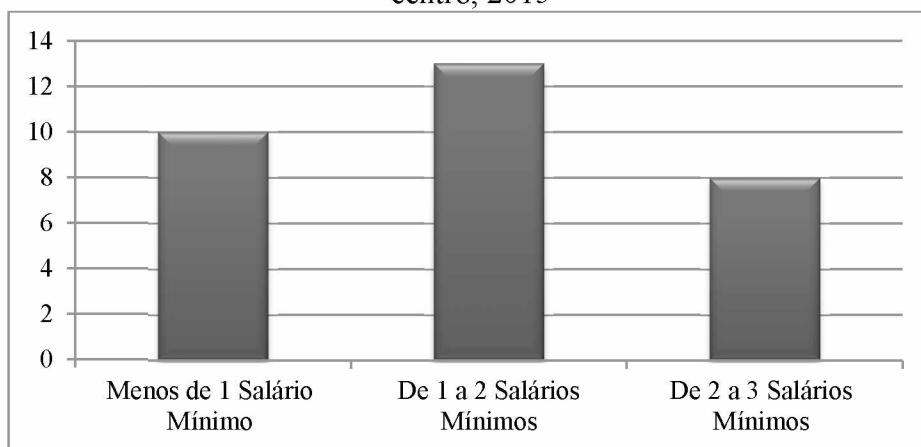


Fonte: PMU, BDI, 2015.

Autor: ROSA, T. A. 2015.

Estes dados revelam que a crise econômica vem atingindo substancialmente o mercado de trabalho em Uberlândia, fazendo com que diversos trabalhadores percam seus empregos, o que nos auxilia no entendimento da grande quantidade de ambulantes com menos de três anos nesse tipo de atividade. Estas informações reforçam a tese que o comércio ambulante oferece uma possibilidade de renda para os recentes desempregados. Na pesquisa de campo constatamos que a média salarial se concentrou nos estratos de rendimento entre um e três salários mínimos⁴.

Gráfico 8: Uberlândia - Média de Rendimento Entre os Ambulantes de Alimentos no centro, 2015



Fonte: Pesquisa de Campo, Outubro/Dezembro de 2015.

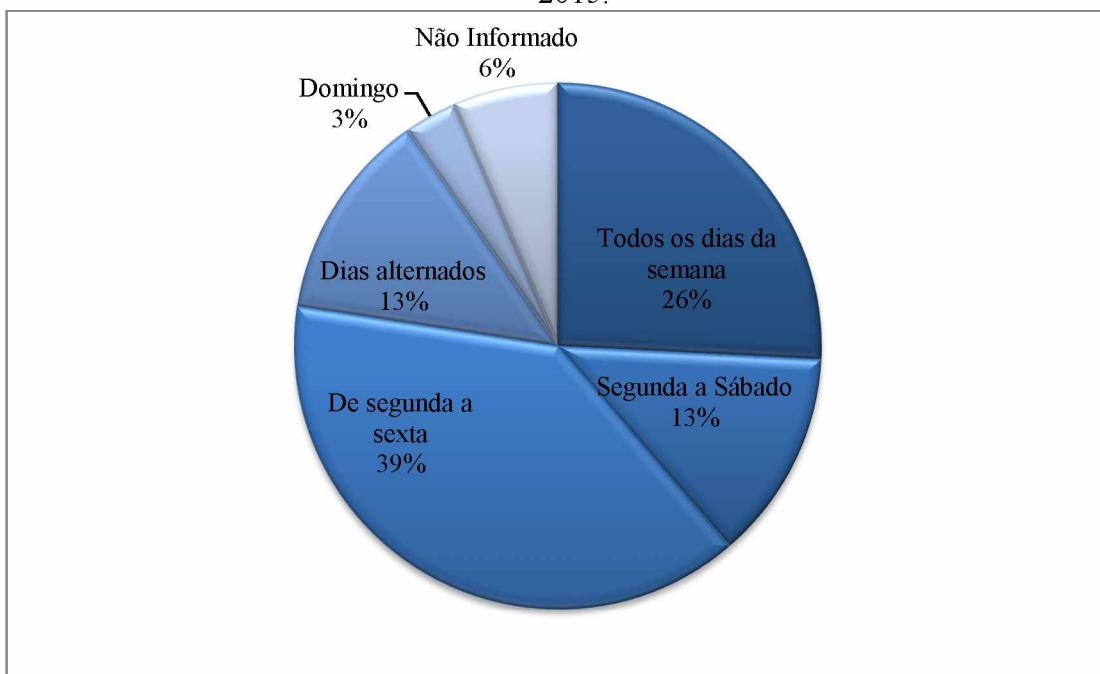
Autor: ROSA, T. A., 2016.

Em relação aos rendimentos, nenhum dos ambulantes entrevistados afirmou receber mais do que três salários mínimos. Essa é uma renda que serve para muitos desses trabalhadores como um complemento, no caso de aposentados e pensionistas, e também uma fonte primordial no caso daqueles que perderam o emprego recentemente ou que não conseguem se encaixar no mercado de trabalho formal.

A renda desses ambulantes está intimamente ligada aos dias em que eles se dedicam às atividades. Por não se tratar de uma atividade formal, ou que tenha uma estrutura rígida de trabalho ou hierarquia, são os próprios trabalhadores que definem os dias e os horários em que vão atuar. Assim, os que adquirem uma maior renda são os que se atuam há mais tempo como ambulantes ou que trabalhavam todos os dias da semana nesse tipo de atividade. O gráfico a seguir demonstra estas informações.

⁴ A partir de 1 de janeiro de 2015 o salário mínimo nacional passou a ser de R\$ 880,00, o que representava cerca de U\$223,35.

Gráfico 9: Uberlândia – Dias da Semana em que Atuam os Ambulantes de Alimentos, 2015.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

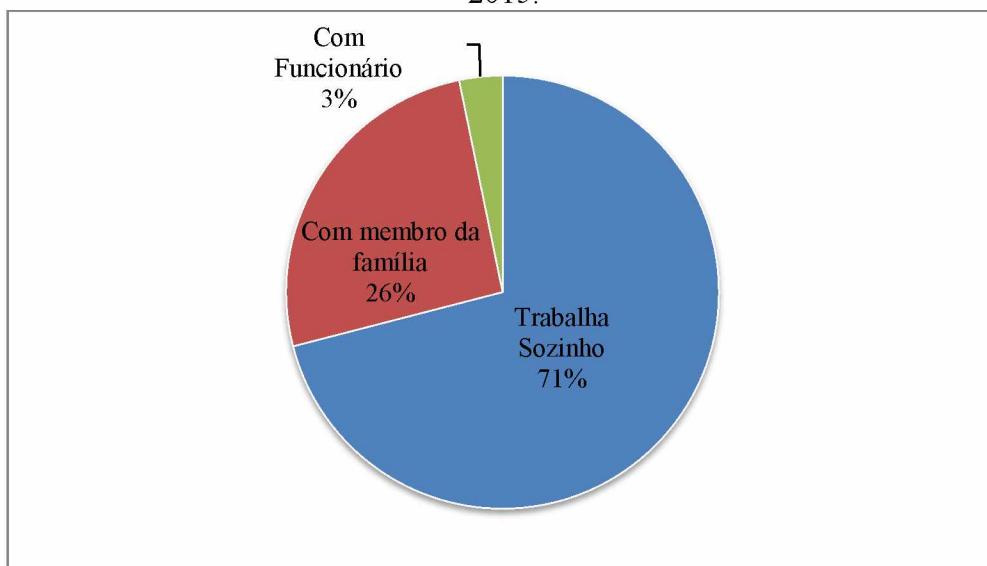
Autor: ROSA, T. A., 2016.

A maior parte dos ambulantes, 39%, afirmou trabalhar apenas nos dias de semana, ou seja, de segunda a sexta. Aqueles que expandiam a jornada de trabalho para os sábados representam 13% do total; o mesmo número daqueles que afirmaram trabalhar dia sim ou não. Os que trabalhavam todos os dias da semana, 26% do total, geralmente o faziam em diferentes locais ao longo da semana.

Isso pode ser explicado, em parte, pela dinâmica da concentração de consumidores através dos mapas 2 e 3 apresentados anteriormente. Em relação aos que exerciam a atividade de ambulantes apenas aos domingos, 3% do total, estes concentram suas atividades na Praça Sérgio Pacheco e trabalham com alimentos voltados para crianças.

A maioria dos ambulantes afirmou trabalhar sozinho e os que tinham ajuda para executar suas atividades geralmente o faziam com familiares. É o caso de muitos vendedores de frutas que posicionavam diferentes membros da família em outros locais para aumentar a renda conjunta.

Gráfico 10: Uberlândia - Participação de Outras Pessoas no Trabalho como Ambulante, 2015.



Fonte: Trabalho de Campo, Outubro/Dezembro de 2015.

Autor: ROSA, T. A., 2016.

Em apenas 3% dos casos registrados o ambulante afirmava ter um funcionário para executar suas atividades. Segundo as informações fornecidas, o pagamento a estes funcionários é estabelecido em um percentual de vendas que era realizado no momento da prestação de contas. Para estes ambulantes que subcontratam outros ambulantes essa estratégia lhes proporciona atuar em diversos lugares da cidade e, de certa forma, monopolizar o comércio ambulante de determinados alimentos na cidade.

3.5. O consumo de alimentos comercializados por ambulantes

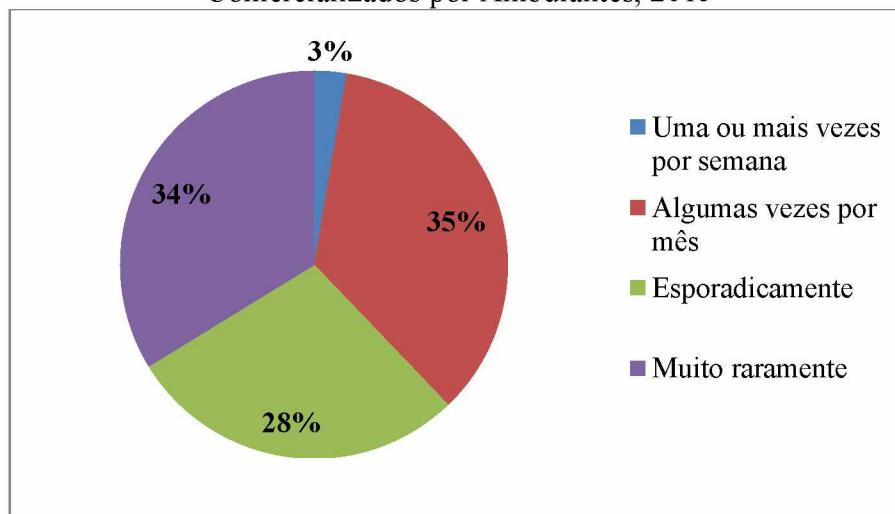
Através da aplicação de questionários estruturados com um variado grupo de pessoas, foi possível tecer algumas considerações básicas quanto ao consumo desse tipo de alimento na cidade. No questionário foi solicitado que o indivíduo relatassem alguns de seus hábitos de consumo de forma básica e orientada exclusivamente para os produtos vendidos pelos ambulantes. Nele foram definidas três questões pessoais, sexo, idade e rendimento, a fim de se estabelecer um breve perfil sócio econômico dos entrevistados. A seguir constavam oito questões (ver anexo 2) sobre o consumo de produtos alimentícios comercializados por ambulantes na cidade.

Dessa maneira, foi possível conhecer os hábitos de consumo de forma generalizada de um grupo diverso e aleatório de indivíduos. Cabe lembrar que o questionário não teve como intenção a elaboração de um perfil pronto de consumidores

desse tipo de produto, mas sim obter dados que nos ajudem a entender um pouco da dinâmica do comércio, da circulação e do consumo desses produtos na cidade.

Uma das pontos iniciais do questionário versa sobre a frequência com que o questionado consome produtos alimentícios dos ambulantes na cidade.

Gráfico 11: Uberlândia - Frequência de Consumo de Produtos Alimentícios Comercializados por Ambulantes, 2015



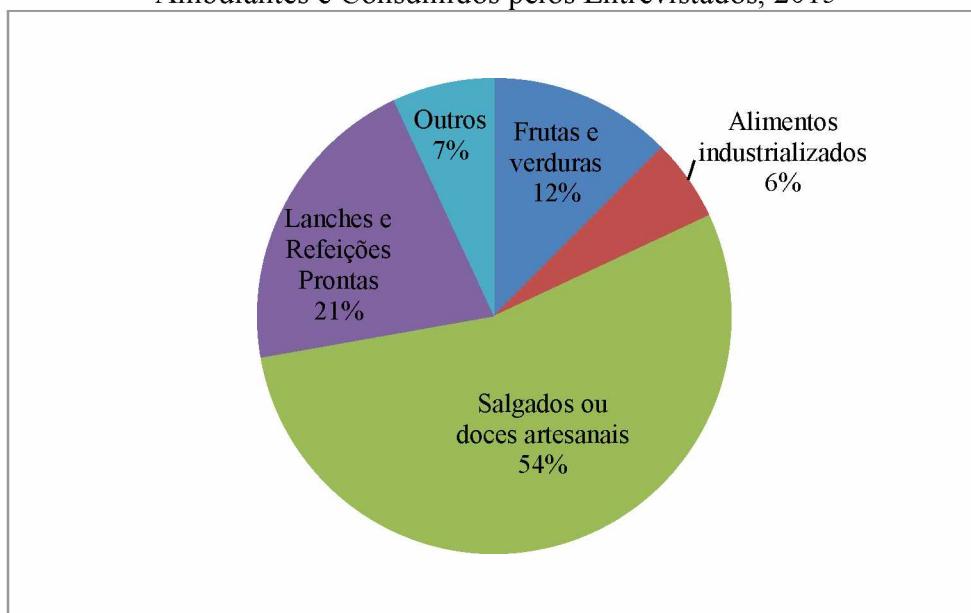
Fonte: Pesquisa de Campo, Outubro/Dezembro de 2015.

Autor: ROSA, T. A., 2016.

Através dos dados apresentados no gráfico, podemos observar que grande parte dos consumidores informou que a maioria deles não consumia esses alimentos frequentemente, mas sim de forma casual. Cerca de 65% deles afirmaram que consumiam esses produtos esporadicamente ou muito raramente, sendo que a maioria relatava que esse consumo ocorre, na maioria das vezes, por necessidade e não por uma escolha pessoal. Já 35% apontou que consome esses produtos mais de uma vez por mês, sendo, dessa forma, um consumo relativamente frequente. Apenas 3% dos entrevistados consomem esses alimentos mais frequente, uma ou mais vezes por semana.

Em relação aos grupos de alimentos consumidos as entrevistas apontaram quatro opções básicas: salgados e doces artesanais, alimentos industrializados, frutas e verduras e refeições prontas. A inclusão deste último se deu pela constante presença de ambulantes que trabalham preparando lanches e refeições em eventos e festas. Foi nestes locais que os consumidores entrevistados afirmaram consumir estes alimentos com mais frequência. No espaço do bairro centro, contudo, essa categoria de alimentos não apareceu durante o trabalho de campo.

Gráfico 12: Uberlândia - Principais Grupos de Alimentos Comercializados por Ambulantes e Consumidos pelos Entrevistados, 2015

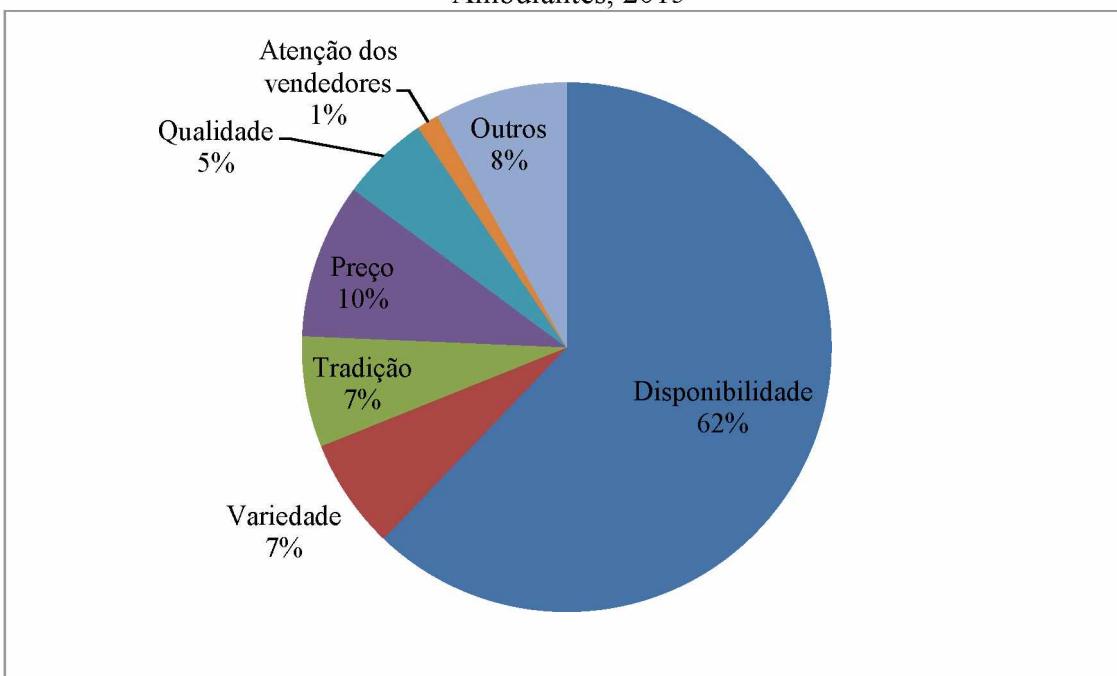


Fonte: Pesquisa de Campo, Outubro/Dezembro de 2015.
Autor: ROSA, T. A., 2016.

Dos entrevistados, 54% afirmaram adquirir salgados ou doces artesanais. Essa é uma categoria de alimentos de consumo rápido, onde se compra e se consome, na maior parte das vezes, no mesmo local, conforme relatados por eles. Trata-se, então, do consumo em locais de passagem, como pontos de ônibus, na faculdade ou saindo do serviço. A categoria de lanches e refeições prontas foi a segunda mais lembrada pelos entrevistados com 21%, seguida das frutas e verduras com 12%, e a dos alimentos industrializados com 6%. Ressalta-se ainda que 7% dos questionados afirmaram consumir outros tipos de alimentos.

A maioria dos entrevistados afirmou que esse consumo se dava mais por uma disponibilidade do produto ou por conta da presença destes nos locais de passagem. No gráfico 13 podemos ver os principais motivos listados para o consumo desse tipo de alimento.

Gráfico 13: Uberlândia - Motivos Listados para o Consumo de Alimentos de Ambulantes, 2015



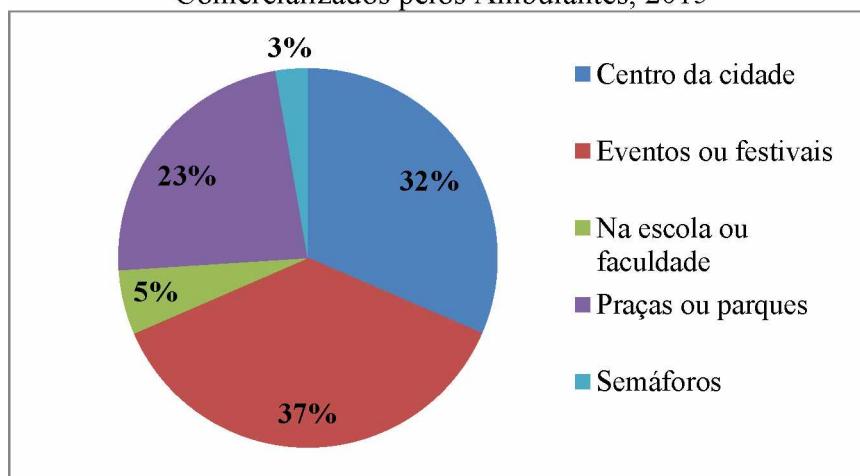
Fonte: Trabalho de Campo, Outubro/Dezembro de 2015.

Autor: ROSA, T. A., 2016.

Muitos consumidores afirmaram que um dos principais motivos para a compra de alimentos desses ambulantes era o preço mais barato em relação ao praticado nos estabelecimentos fixos, principalmente referente a salgados, doces e refeições. Além disso, alguns apontavam para um tipo de consumo já estabelecido com determinado produto de um ambulante, ou seja, uma tradição na compra desses alimentos. Porém, no gráfico 13 podemos notar que a maioria dos consumidores aponta a disponibilidade desses ambulantes em determinados lugares como fator preponderante para o consumo.

Esse tipo de consumo ocorre, principalmente, em três pontos principais: no centro da cidade, que, como foi observado, é um dos principais pontos de localização desses trabalhadores; nas praças e parques e em eventos esporádicos, conforme demonstra o gráfico seguinte.

Gráfico 14: Uberlândia - Principais Locais de Compra ou de Consumo de Alimentos Comercializados pelos Ambulantes, 2015



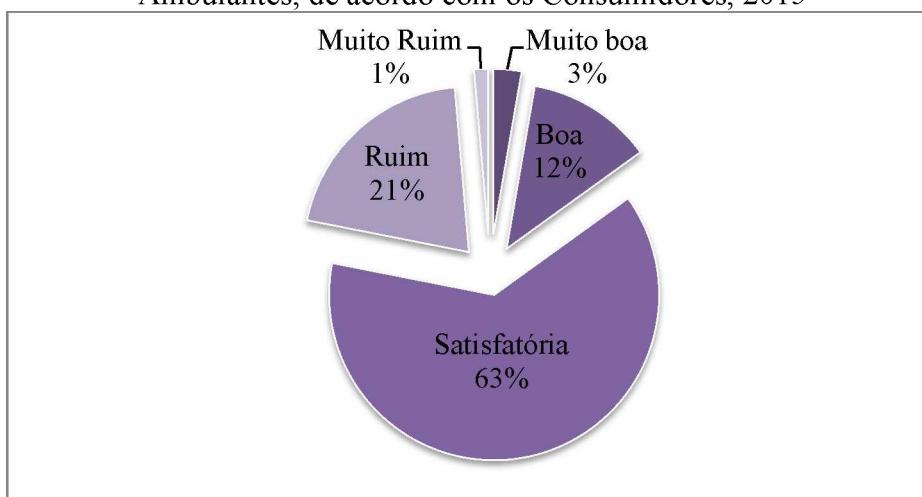
Fonte: Pesquisa de Campo, Outubro/Dezembro de 2015.

Autor: ROSA, T. A., 2016.

Observa-se uma equidade importante entre os três pontos principais citados. O consumo de alimentos no centro se dá principalmente pelo grande número de produtos ofertados, assim como a presença dos ambulantes nas portas de estabelecimentos públicos. Já o consumo em praças, parques e nos eventos tem uma dinâmica diferentes, pois, muitas vezes, os ambulantes são os únicos fornecedores de alimentos naqueles locais. Nos eventos, pela forma intensa e fugaz que o fluxo de pessoas cresce para sumir horas depois, esses ambulantes posicionam-se diretamente nas entradas ou ruas próximas, prontos para oferecer seus produtos para as pessoas que entram ou que saem desses espaços.

A classificação geral que os consumidores deram aos produtos alimentícios comercializados pelos ambulantes na cidade foi na maior parte satisfatória.

Gráfico 15: Uberlândia – Qualificação dos Alimentos Comercializados pelos Ambulantes, de acordo com os Consumidores, 2015



Fonte: Pesquisa de Campo, Outubro/Dezembro de 2015.

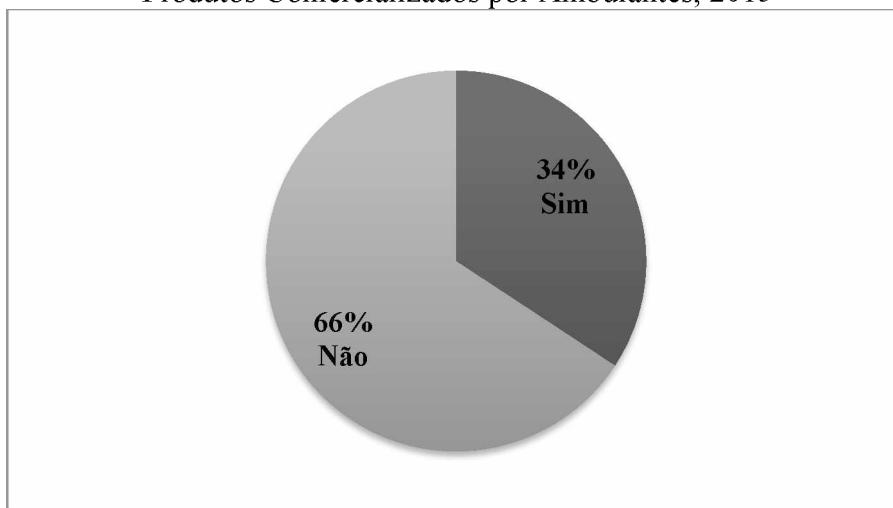
Autor: ROSA, T. A., 2016.

Apenas 21% consideraram os alimentos vendidos ruins e 12% consideraram os mesmo de boa qualidade. Esse dado reforça que a maioria das pessoas consome esses alimentos por necessidade ou pela disponibilidade dos mesmos. Assim, conforme os dados mostram, foram poucos que afirmaram consumir por gosto. Outro aspecto importante diz respeito à questão da qualidade dos alimentos e o risco de intoxicação alimentar causada pelo manuseamento incorreto dos produtos, bem como a forma de armazenamento dos mesmos.

A preocupação em relação à procedência, a preparação e o armazenamento dos produtos alimentícios desses ambulantes é uma constante nas falas dos entrevistados. Muitos dos produtos vendidos no comércio de rua são para o consumo imediato, como lanches e salgados. Se mal armazenados, ou se a preparação anteceder muito o consumo, a ingestão desses alimentos pode acarretar graves problemas de saúde como a intoxicação alimentar.

Sobre esta questão uma quantidade representativa de consumidores afirmou já ter tido ou conhecer alguém que teve intoxicação alimentar por conta de produtos comercializados por ambulantes.

Gráfico 16: Uberlândia – Número de Casos de Intoxicação Alimentar pelo Consumo de Produtos Comercializados por Ambulantes, 2015



Fonte: Pequisa de Campo, Outubro/Dezembro de 2015.
Autor: ROSA, T. A., 2016.

Trata-se de um porcentual considerável e indica que este é um problema recorrente no comércio ambulante de alimentos e pode ocorrer por muitos fatores como mal acondicionamento dos alimentos, falta de higiene, local inadequado para a comercialização, ausência de material próprio para o manuseio desses produtos, além de problemas de contaminação em geral.

Na pesquisa de campo um fato chamou a atenção sobre essa questão. Alguns vendedores de frutas, principalmente na Praça Tubal Vilela, que transportavam seus alimentos em bandejas ou caixotes, pulverizavam constantemente seus produtos com jatos de água para melhorar o aspecto das mesmas. Isso ocorria frequentemente nos dias de altas temperaturas, onde a falta de condicionamento ideal das frutas poderia facilmente ressecar ou causar danos visíveis a esses alimentos. Se a origem desses produtos não pode ser facilmente comprovada, sendo que estes podem estar contaminados por altas doses de agrotóxicos, a pulverização de água de origem desconhecida aumenta ainda mais o problema.

Em relação aos alimentos produzidos e comercializados por estabelecimentos formais no Brasil a Resolução RDC nº 12, de 02 de janeiro de 2001 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) define padrões microbiológicos para o monitoramento de possíveis ameaças a saúde pública, como segue:

[...] considerando a definição de critérios e padrões microbiológicos para alimentos, indispensáveis para a avaliação das Boas Práticas de Produção de Alimentos e Prestação de Serviços, da aplicação do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC/HACCP) e da qualidade microbiológica dos produtos alimentícios, incluindo a elucidação de Doença Transmitida por Alimentos(DTA). (ANVISA, <http://portal.anvisa.gov.br>, 2001)

Essa normativa busca definir diretrizes e padrões para a análise das amostras de alimentos que serão coletadas pelos órgãos de vigilância sanitária dos municípios. Dessa forma, constitui-se um arcabouço único e padronizado com normas de higiene, conceitos unificados, métodos laboratoriais e os padrões mínimos para a indicação de contaminação de microorganismo, agentes patológicos e problemas de qualidade sanitária.

Os critérios para a análise dos alimentos destinados ao consumo humano partem de quatro apontamentos básicos que podem ser analisados de maneira individual ou em grupos:

- 2.1.Caracterização dos microrganismos e ou suas toxinas considerados de interesse sanitário.
- 2.2.Classificação dos alimentos segundo o risco epidemiológico.
- 2.3.Métodos de análise que permitam a determinação dos microrganismos
- 2.4.Planos de Amostragem para a determinação do número e tamanho de unidades de amostras a serem analisadas.
- 2.5.Normas e padrões de organismos internacionalmente reconhecidos, Codex Alimentarius e outros organismos. (ANVISA, <http://portal.anvisa.gov.br>, 2001)

Em pesquisa realizada em 2004 sobre a análise microbiológica dos cachorros quente comercializados na cidade de Uberaba (MG) por ambulantes foram constatados diversos problemas relativos ao condicionamento dos alimentos e a forma de manuseio desses produtos.

Um total de 20% de amostras de cachorro quente analisadas estava em desacordo com os padrões legais para as análises de Coliformes a 45°C e *Staphylococcus aureus* coagulase positiva, sendo essas amostras consideradas impróprias para o consumo humano. (GOMES; RODRIGUES; SOARES; BARONI; SOUZA, 2004, p. 181)

Outro estudo realizado sobre a presença de *Bacillus Cereus*, uma bactéria encontrada em solos, em vegetais e também em alimentos crus e processados, cuja concentração pode levar a casos de intoxicação alimentar, foram identificados dados importantes, servindo de alerta aos perigos que o tratamento incorreto desses alimentos pode causar a saúde pública.

Das 200 amostras de doces avaliadas, 90 de doces de abóbora e 110 de amendoim, 40 (20 %) foram positivas para o isolamento de *B. cereus*. Dentre estas, 10 eram de doces de abóbora e 30 de doces de amendoim, representando 11,11% e 27,27%, respectivamente, em relação ao total de cada doce avaliado. (ALVES; JARDIM, 2011, p. 4)

Esses estudos indicam a potencialidade de intoxicação alimentar em produtos comercializados por ambulantes e demonstraram que cerca de 20% dos alimentos analisados se mostravam impróprios para o consumo humano, ultrapassando os limites mínimos de propagação de microrganismos definidos pela ANVISA.

No entanto, esse parece ser um problema geral, que não se restringe a comerciantes informais ou ambulantes. O mal acondicionamento dos alimentos, a falta de higiene no trato dos produtos e a aquisição de itens de origem ou qualidade duvidosa é uma constante no que tange ao comércio de alimentos.

No caso dos ambulantes, no entanto, essa situação se agrava pela falta de equipamentos adequados, má informação sobre o trato com os alimentos e principalmente a ausência de fiscalização.

A fiscalização é uma questão dual para os ambulantes de alimentos em Uberlândia. Esta atua principalmente de maneira a inibir a atuação daqueles que não possuem alvará de licença fornecido pela Prefeitura Municipal. Aqueles que não a possuem devem adequar-se às diretrizes definidas previamente. Segundo o artigo 7º da lei ordinária 6044 de 1994 o comércio ambulante de alimentos deve se submeter a

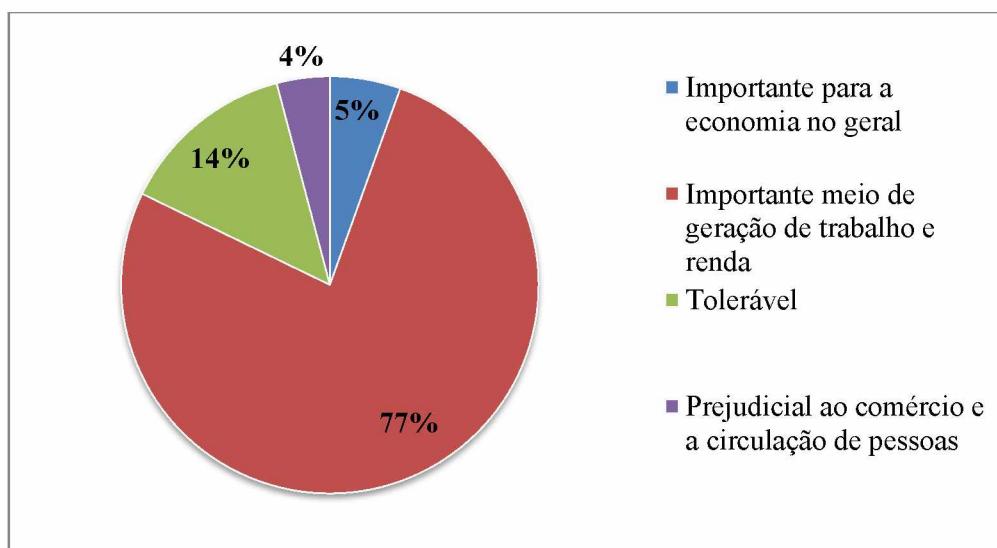
Art. 7º - O comércio ambulante fica sujeito à legislação fiscal e sanitária do município. (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, <http://www.uberlandia.mg.gov.br>, acesso em: 12 de set. de 2015)

Contudo, essa fiscalização sanitária não se aplica diretamente aos alimentos vendidos na informalidade. Os informais são, por lei, proibidos de atuar pelas ruas e praças da cidade sem as devidas licenças, mas se mesmo assim eles atuam, os órgãos sanitários não conseguem exercer uma fiscalização efetiva do que e como os alimentos são comercializados por eles. Para os licenciados a lei define que é obrigação do ambulante

II - Colocar à venda somente produtos em perfeitas condições de consumo, atendido, quando aos produtos alimentícios ou qualquer outro de interesse da saúde pública, o disposto na legislação específica, sanitária e o Código de Defesa do Consumidor;. (Prefeitura Municipal de Uberlândia, <http://www.uberlandia.mg.gov.br>, acesso em: 12 de set. de 2015)

Contudo, em relação a forma com que esses ambulantes são vistos pela entrevistados em geral é relativamente compreensiva.

Gráfico 17: Uberlândia - Como os Consumidores Enxergam os Ambulantes, 2015



Fonte: Pesquisa de Campo, Outubro/Dezembro de 2015.

Autor: ROSA, T. A., 2016.

A maioria dos entrevistados, 77%, afirmou que esse tipo de comércio na cidade é uma importante forma de geração de trabalho e renda para uma camada mais carente da população. Mesmo com várias ressalvas muitos entrevistados se mostravam simpáticos a esse tipo de comércio, mesmo que não consumissem os produtos com

frequência.

Uma parte considerável dos entrevistados, 14%, afirmou que tais atividades no espaço urbano são toleráveis, porém, devem ser fiscalizadas e reguladas para que não haja excessos e nem problemas com a ocupação de espaços públicos e casos de intoxicação alimentar por conta dos produtos vendidos. Apenas 4% dos entrevistados afirmou que essa modalidade econômica é prejudicial ao comércio formal e a circulação nos espaços. Ou seja, para a maioria dos entrevistados o comércio ambulante é uma forma legítima de trabalho, mas que carece de uma organização efetiva como a fiscalização da Prefeitura, principalmente no que concerne aos aspectos sanitários do mesmo.

Trata-se de uma visão geral dessa modalidade comercial, mas esses dados nos auxiliam a entender de que forma esses ambulantes se encontram no espaço da cidade, assim como a maneira como atuam e suas características. Esses dados também ajudam a compreender o aspecto do consumo desses alimentos, através de uma linha de pesquisa que parte da própria experiência do consumidor e de suas opiniões tanto dos produtos que eles compram, quanto do próprio trabalho desses ambulantes no espaço da cidade de Uberlândia.

Considerações finais

A venda ambulante de alimentos é um elemento intrínseco na paisagem das cidades atuais. A presença desses comerciantes pelas ruas, pelas avenidas e pelas praças, nos corredores de edifícios, nas portas de escolas e nas empresas é uma cena tão comum que a maioria das pessoas não nota sua presença. Nem mesmo quando se dirigem para comprar algo ou quando a presença deles atrapalha o fluxo de movimento dos pedestres ou dos veículos. Contudo, eles estão presentes na maior parte das cidades com uma dinâmica complexa e extremamente ramificada, mais do que pode parecer à primeira vista.

Podemos remontar a origem do comércio ambulante desde o início das atividades de troca. Vender produtos ou serviços nos espaços comuns, buscando os possíveis compradores em lugares de passagem é um princípio seguido desde os primórdios das práticas comerciais. Trata-se de um processo de venda simples e direta, onde o vendedor se locomove pelos espaços ao invés do consumidor.

Essa atividade nasceu como forma importante de comercialização e de distribuição de produtos em territórios que, muitas vezes, tinham nos ambulantes a única forma de conseguir determinados produtos.

A mobilidade, potencializada pelo uso de equipamentos facilmente transportáveis, ou até mesmo a ausência deles, permite que os ambulantes percorram grandes distâncias e se posicionem em locais estratégicos para as vendas. Trata-se então de um tipo de comércio essencialmente furtivo e oportunista.

Os consumidores têm nessas práticas a satisfação da necessidade imediata, ou seja, do consumo criado no momento, seja por vontade própria ou pela exasperada divulgação visual, olfativa ou sonora do produto por aqueles que realizam essa atividade.

Esse tipo de comércio acaba sendo uma fonte de renda para uma camada da população que não tem acesso a empregos formalizados ou que perderam seus empregos por diversas razões. Contudo, o comércio ambulante também se mostra uma opção interessante para trabalhadores mal remunerados em outros setores da economia, bem como àqueles que fazem desse tipo de atividade seu modo de vida.

A renda garantida por essa prática é bem variada dependendo do ponto de venda, dos tipos de produtos e da forma com que os mesmos são apresentados aos possíveis consumidores.

O comércio ambulante tem nos momentos de crise seus períodos de crescimento mais intenso, justamente por oferecer uma possibilidade de renda em momentos de desaquecimento da economia e em cenários de desemprego.

No Brasil, conforme os dados demonstraram, esse tipo de comércio tem seu crescimento mais acelerado a partir da década de 1970. A partir daí, com uma intensificação do processo durante a década de 1980, o comércio ambulante passa a ser considerado como um problema público, principalmente por conta da utilização dos espaços de uso comum nas cidades e a obstrução dos mesmos.

Em Uberlândia, as práticas comerciais dos ambulantes aparecem pulverizadas no espaço urbano, sendo, contudo, bem mais representativas na região central da cidade, mais especificamente no bairro Centro. Este é o local onde as práticas sociais, econômicas e culturais se concentram de maneira mais intensa.

Historicamente, as cidades se desenvolveram a partir dessas áreas, e é exatamente nelas que se desenvolvem grande parte das atividades comuns da sociedade. Mesmo com todos os processos de reestruturação da cidade, com o centro perdendo em certo nível seu protagonismo na vida urbana, ele ainda concentra fixos e fluxos fundamentais para o desenvolvimento de uma cidade capitalista.

Contudo, ao se trabalhar com uma atividade do circuito inferior da economia, algumas dificuldades podem ser notadas, tal como a falta de levantamentos oficiais, a ausência da regulamentação pública de certas atividades, deficiência de conceitualizações únicas, assim como terminologias usadas de maneira pouco efetiva ou esclarecedora.

O comércio ambulante muitas vezes confunde-se com o comércio de rua, sendo que, em muitos casos, nas estatísticas oficiais, ambos aparecem mesclados como outras atividades. Existe uma necessidade real de se estabelecer marcos conceituais em níveis institucionais sobre o tema, buscando uma padronização, mesmo que básica, das diversas nomenclaturas e definições existentes. Somente com um esforço teórico, conceitual e de levantamento de dados poderemos ter uma noção clara do tamanho e da importância do comércio ambulante em nossa sociedade.

Além disso, soma-se o fato de que muitos dos pesquisados, no caso os ambulantes, desejaram manter a discrição, pois temem que toda e qualquer informação que prestarem a terceiros pode prejudicar suas atividades.

Outro fator que atrapalha muito as análises desse tipo de comércio é a ausência de dados específicos e de levantamentos quantitativos e qualitativos dos órgãos oficiais sobre o tema. A dificuldade de mensurar a dimensão dessas atividades no país, e mesmo nos municípios, gera uma lacuna que é continuamente preenchida por estimativas e dados superficiais.

Não se tem, como exemplo, levantamentos precisos de Uberlândia sobre a quantidade, exata ou mesmo aproximada, de ambulantes atuando no município. Essas lacunas de dados existentes, leva a uma série de problemas quanto a análise do real tamanho desse tipo de comércio, de suas áreas de atuação e das questões sociais que o tangem, sendo que as medidas públicas dirigidas a corrigir supostas distorções dessa modalidade comercial no espaço concentram-se, basicamente, na repressão e em tentativas falhas de reorganização como a criação dos camelódromos.

Se, por um lado, existe a falta de informações específicas sobre essa prática na cidade, de outro, temos a ausência de um marco regulatório para os mesmos. Conforme afirmado pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, nenhum dos ambulantes que atuam na cidade são formalizados. Alguns deles contam apenas com licenças fornecidas pelo poder municipal para atuar em determinados pontos da cidade. Além disso, medidas municipais criaram alguns espaços exclusivos para as práticas dos ambulantes e camelôs. Os chamados camelódromos foram criados visando, acima de tudo, retirar esses comerciantes dos espaços públicos, realocando-os e padronizando suas estruturas de comércio dentro de um mesmo espaço.

Essas medidas, porém, carecem de efeitos a longo prazo, pois têm como objetivo prático a desconcentração desses ambulantes nos locais públicos. Criam-se, assim, locais específicos, contudo, limitados.

Dessa forma, se o fenômeno da informalidade ou do crescimento do comércio ambulante da cidade não cessar logo, os antigos espaços ocupados por esses trabalhadores serão reocupados por novos. Trata-se, portanto, de medidas paliativas. Além disso, as licenças fornecidas para que esses comerciantes atuem são comumente vendidas para terceiros, conforme foi constatado em pesquisas realizadas.

Deve-se ressaltar a importância que a pesquisa de campo teve para o trabalho, permitindo que fosse possível estabelecer uma discussão importante entre a teoria e a

prática. As características socioeconômicas dos vendedores observadas em campo demonstram a importância dessa modalidade econômica na cidade.

Tem-se nesses vendedores um perfil social variado, com pessoas oriundas de várias regiões do Brasil, resultado de períodos de forte migração e crescimento da cidade; com idades distintas, sendo que os grupos de jovens e idosos são os mais representativos; assim como motivações diferentes para o ingresso no comércio ambulante e com tempos de atuação também bastante diversificados.

Os alimentos comercializados por eles são de diversos tipos, como frutas, principalmente da estação, pequi, morangos, abacaxi e laranja; alimentos industrializados como sorvetes, picolés e balas; e também produtos artesanais como salgados, doces e lanches. Estes alimentos são muitas vezes condicionados de maneira precária, sendo que o consumidor não tem conhecimento da origem e da forma com que eles são manuseados e preparados.

Os ambulantes encontram-se por diversas ruas do centro, ocupando espaços nos pontos de ônibus, nas portas de supermercados, em escolas e em edifícios, assim como nos sinaleiros. Porém, sua concentração é maior nas praças públicas onde podem atuar mais livremente.

Em diversos momentos os comerciantes ambulantes afirmaram não querer conversar ou não participar das entrevistas por medo de que as informações fossem utilizadas pela prefeitura para reprimir suas atividades. Também houve momentos de desconfiança declarada de que os pesquisadores fossem fiscais disfarçados, e que mesmo com a devida identificação da Universidade Federal de Uberlândia e a declaração de que os dados seriam utilizados apenas para um estudo sobre comércio ambulante, sem nenhum tipo de identificação, não foram poucos os casos em que eles negaram participar ou ceder informações.

Outro ponto importante é a ausência de informações detalhadas sobre o comércio ambulante em Uberlândia. Além disso, há uma dificuldade quanto ao acesso dos dados existentes, pois os levantamentos municipais são parte de documentos internos e não podem ser disponibilizados ao público, a não ser por poucas e esparsas informações. Tal lacuna torna ainda mais difícil a compreensão desse comércio na cidade, afinal, os levantamentos de dados obtidos pelo poder municipal são fundamentais para entender quais são as ações e projetos existentes, ou não, para que se estabeleça uma política que possa ser efetiva no que concerne aos vendedores ambulantes.

Sobre o tema, a Prefeitura Municipal de Uberlândia informou que existem algumas propostas para a regularização dos ambulantes na cidade, pois constatamos que existem apenas autorizações que não formalizam a atuação dos mesmos. Porém, tais projetos não tem prazo e nem estimativa para serem executados. Enquanto isso, o município não conta com dados precisos ou mesmo gerais sobre o número ou a atuação desses trabalhadores pela cidade.

A legislação municipal de Uberlândia versa principalmente sobre a definição da atividade dos ambulantes, os tipos de produtos que podem ser comercializados, e os locais onde estes trabalhadores podem exercer suas atividades, bem como a maneira pelas quais as autorizações para exercer essas atividades serão concedidas.

A legislação vem constantemente sendo atualizada, principalmente no que se refere à designação de novos lugares de comércio, à extinção de outros e as formas de seleção dos trabalhadores. Porém, conforme observado em campo, são poucos que possuem essas autorizações no centro da cidade.

Contudo, ainda existem diversas vertentes e características para serem investigadas e analisadas acerca do comércio ambulante de alimentos. A presença dos trabalhadores ambulantes tem se expandido por toda a cidade, mesmo que concentrado em alguns lugares como o Bairro Centro, área de estudo delimitada para a realização desta pesquisa; nas praças públicas; nas ruas e avenidas, principalmente as centrais; em frente aos centros educacionais; em eventos e festivais; em manifestações religiosas, políticas; e, nos estádios e ginásios poliesportivos.

Praticamente em todos os lugares onde existam fluxos importantes de pedestres ou automóveis os ambulantes podem ser encontrados. Entender essa dinâmica nas cidades é uma maneira importante de compreender as atuais formas de consumo e de organização social.

Além disso, a legislação e os aspectos higiênicos e sanitários também se mostram como importantes vertentes de trabalho para pesquisadores da geografia e de cursos relacionados à saúde. O próprio comércio ambulante é um campo importante aos mais variados estudos, que vão desde os hábitos de consumo nas cidades até as formas de organização do comércio de rua.

A maneira com que o poder público regula e fiscaliza o comércio ambulante difere muito em cada cidade, mas estratégias comuns vêm sendo adotadas constantemente, como a concentração destes em espaços específicos, a repressão e até

mesmo, em alguns casos, o reconhecimento da importância dessas atividades através de incentivos.

A preocupação com a origem e os procedimentos relacionados ao comércio de alimentos também vem ganhando força na atualidade e diversos trabalhos estão sendo realizados nessa linha de pesquisa.

O comércio ambulante de alimentos em Uberlândia é resultado de diferentes dinâmicas socioeconômicas nacionais e locais. Nele encontra-se uma parcela significativa de trabalhadores que buscam nessa modalidade de comércio uma forma de sustento e/ou de reprodução de suas atividades.

A atividade informal consiste em um importante meio de geração de renda e trabalho na economia do circuito inferior urbano, e suas práticas são responsáveis por abastecer um nicho mercadológico que dificilmente seria ocupado por trabalhadores fixos ou formais.

A repressão, que parte da fiscalização ou mesmo das pessoas, contra essas atividades, decorre principalmente da ocupação dos espaços públicos por esses vendedores. Não raro um grupo de ambulantes concentra-se em alguns lugares da cidade, interferindo na mobilidade de pessoas ou automóveis, além da suposta deterioração dos espaços que eles ocupam.

A fiscalização desses comerciantes é importante, principalmente pelas questões sanitárias e pela ocupação indevida dos espaços públicos, mas a simples repressão ou a realocação destes para espaços definidos, longe do movimento de pedestres que constituem o seu público principal, são as principais medidas utilizadas para coibir essa modalidade de comércio. Mas, consistem em medidas que não surtem efeito em longo prazo.

Assim, torna-se necessário que se entenda o processo que envolve a reprodução desse comércio nas cidades e que se trabalhe em conjunto com esses ambulantes, de forma a escutar suas necessidades, fornecendo-lhes possibilidades de se regularizarem e de atuarem em consoante com as necessidades da sociedade, sem que suas atividades tornem-se indesejáveis.

Trata-se, porém, de um tipo de comércio que tem perdurado desde a origem das próprias cidades, e deve continuar sendo uma importante forma de satisfazer determinados tipos de consumo por muito tempo.

A dinâmica que envolve esses trabalhadores permite que estes possam se adaptar e se reorganizar com extrema facilidade, não sendo facilmente institucionalizados ou

reprimidos por utilizarem o espaço público para a execução de suas atividades. Esses trabalhadores se reinventam e representam uma realidade presente nas cidades, apesar de ser considerada como uma modalidade comercial antiga.

REFERÊNCIAS

- ACERVO ESTADÃO. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: novembro de 2015.
- ACERVO FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: novembro de 2015.
- ACERVO O GLOBO. Disponível em: Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: novembro de 2015.
- AMORIM FILHO, O. B.; SENA FILHO, N. **A morfologia das Cidades médias**. Goiânia: Ed. Vieira, 2005.
- ALVES, P. T., JARDIM, F. B. B. ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DE CACHORROS QUENTE COMERCIALIZADOS NA CIDADE DE UBERABA, MG. **Cadernos de Pós-Graduação da FAZU**, v. 1, 2010. Disponível em: <http://www.fazu.br/ojs/index.php/posfazu/article/view/341>. Acesso em: novembro de 2015.
- ARANGO, C. A.; MISAS, M. A.; LÓPEZ, E. **ECONOMIA SUBTERRANEA EN COLOMBIA 1976-2003: UNA MEDICION A PARTIR DE LA DEMANDA DE EFECTIVO**. Disponível em: <<http://www.banrep.gov.co/docum/ftp/borra335.pdf>>. Acesso em: Julho de 2014.
- ARROYO, M. **A economia invisível dos pequenos**. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=283>. Acesso em: setembro de 2015.
- BAGNASCO, A. A economia informal. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, V.18, n.2, p.13-31, 1997.
- BERTOLUCCI, F. L. **Da “cocada ao tênis Nike”**: Um breve perfil da informalidade no núcleo central da cidade de Uberlândia – MG. 2005, 143p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – IG, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.
- BESSA, K. C. F. de O. **1970 – Constituição e expansão do meio técnico-científico-informacional em Uberlândia**: o lugar na era das redes. Uberlândia: UFU, 2001, 305p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – IG, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.
- BIBLIOTECA PÚBLICA DE NOVA IORQUE. Disponível em: <<http://digitalcollections.nypl.org/>>. Acesso em: fevereiro de 2016.
- CACCIAMALI, M. C. **Setor informal urbano e formas de participação na produção**. São Paulo: IPE/USP, 1983, 144 f. (Tese de Doutorado). Disponível em: <http://www.econfea.usp.br/>. Acesso em: outubro de 2009.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.
- _____. **Espaço-Tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, A. F. A; et al. (org). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, V. 22, 2010, p. 461-474.

CLEPS, G., D. G. Comércio informal e a produção do espaço urbano em Uberlândia (MG). **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, V. 21, 327-339 p, 2009.

_____. **Estratégias de reprodução do capital e as novas espacialidades urbanas**: O comércio de auto-serviço em Uberlândia (MG). Rio Claro: UNESP, 2005. 312p. Tese (Doutorado em Geografia) – IGCE, UNESP, Rio Claro, 2005.

CLEPS JR., J. **Dinâmica e Estratégia do Setor Agroindustrial no Cerrado: o caso do Triângulo Mineiro**. Rio Claro: UNESP, 1998. 323p. Tese (Doutorado em Geografia) – IGCE, UNESP, Rio Claro, 1998.

COELHO, O. M; PEREIRA, M. F. V. O Circuito Inferior da Economia na Área Central de Uberlândia (MG): avaliação e caracterização. **Revista Geografia**, Londrina, V. 20, n. 1, p. 163-188, jan/abr. 2011.

CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial**. 7^a Edição. São Paulo, Editora Ática, 2000.

COSTA, E. G. **Anel, cordão, perfume barato**: uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo. São Paulo: Nova Estella/EDUSP, 1999.

FEATHERSTONE, M. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. Trad. J. A. Simão. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem**. 10^o ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974.

GARCIA, J. C., RIBEIRO FILHO, V. O núcleo central de Uberlândia: uma análise das atividades de comércio e serviços. **Revista Horizonte Científico**. Uberlândia. 2012.

GOMES, L. P. L.; RODRIGUES, M. M.; SOARES, G.; BARONI, F. de A.; SOUZA, M. M. S. de. **BACILLUS CEREUS**: Em Amostras de Doces Industrializados Comercializados por Ambulantes nos Municípios de Seropédica e Itaguaí – RJ. **Rev. Univ. Rural**, Sér. Ci. Vida. Seropédica, RJ, EDUR, v. 24, n.2, Jul.-Dez., p.181-184, 2004

IBGE – ECINF. Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia informal Urbana, 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 10 de out./2008.

KON, A. **Economia de Serviços**: teoria e evolução no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004.

KRAYCHETE SOBRINHO, G. (Org.). **Economia dos Setores Populares:** entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000. 248 p.

MALAGUTI, M. L. **Crítica à Razão Informal.** A Imaterialidade do Salariado. São Paulo: Boitempo, Vitória: EFUFES, 2000.

MANZONI, F. M. A. Campos e cidades na capital paulista: São Paulo no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. **História & Perspectivas**, Uberlândia (36-37): 81-107, jan.dez.2007.

MONNET, J. Do vendedor ambulante ao cliente ambulante: um modelo teórico das relações entre o comércio de rua e a metropolização. In: GOMES, Maria de Fatima Cabral Marques (org). **Cidade, transformações no mundo do trabalho e políticas públicas:** a questão do comércio ambulante em tempos de globalização. Rio de Janeiro: DP&A, FAPERJ, 2006. 171- 187.

MONTESSORO, C. C. L. **Centralidade urbana e comércio informal:** os novos espaços de consumo no centro de Anápolis-GO. Tese de Doutorado. UNESP, CAMPUS Presidente Prudente, 2006.

PIGATTO, G., NISHIMURA, J. R. **Comportamentos dos vendedores de comida de rua:** análise das estratégias de aquisição de insumos e controle dos custos. Anais do VII Congresso Nacional de Excelência em Gestão. Rio de Janeiro. Agosto de 2011.

PILAGALLO, O., DIWAN, P. Comércio: do mascate ao mercado. 1. ed. Coleção Folha. **Fotos Antigas do Brasil;** v. 2. São Paulo. 2012.

PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA - PMU. Disponível em: www.uberlandia.mg.gov.com.br. Acesso em: Novembro de 2014.

ORTIGOZA, S. A. G. **Paisagens do consumo:** São Paulo, Lisboa, Dubai e Seul. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

RUA, J. Urbanidades no Rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-Território:** Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

RYKVERT, J. **A Sedução do Lugar:** a história e o futuro da cidade. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

SANTOS, L.S. **O Rural Que Urbaniza:** o desenvolvimento de atividades agrícolas no centro do rio de janeiro até os primeiros anos do século XX. IV Congresso Internacional de História. Maringá, Setembro de 2009.

SANTOS, M. **A urbanização desigual.** Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Trad. M. T. Rego Viana. 2^a.ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SOARES, B. R.; RAMIRES, J. C. **A inserção das cidades médias no contexto da globalização:** reflexões a partir do triângulo mineiro. Anais do IV Congresso Internacional da Associação Brasileira de Estudos Canadenses. Uberlândia: UFU/CEHAR/NEC, 1997.

SILVEIRA, M. L. Uma Situação Geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, n° 6, jan/jun. 1999.

SINGER, P. **Globalização e desemprego** – diagnóstico e alternativa. 3^a. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. Economia Informal Urbana. 2005. Disponível em:
<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>

SPOSITO, M. E. B. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista de Geografia**, São Paulo, (1): 01-18, 1991.

_____. **Capitalismo e urbanização.** 4^a. ed. São Paulo: Contexto, 1988.

TIRIBA, L. O trabalho no olho da rua: fronteiras da economia popular e da economia informal. **Proposta**, Rio de Janeiro, n°97, 2003.

VARGAS, H. C. **Espaço terciário:** o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio. São Paulo: SENAC, 2001.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-Urbano no Brasil.** 2^a. Ed. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincon Institute, 2001.

XXV FÓRUM NACIONAL. Instituto Nacional de Altos Estudos. O Brasil de Amanhã. Transformar Crise em Oportunidade. Rocha, Sonia. Pobreza no Brasil: A Evolução de Longo Prazo (1970-2011). ESTUDOS E PESQUISAS Nº 492. Rio de Janeiro, maio de 2013.

YÁZIGI, E. **O Mundo das Calçadas** - Por uma política de espaços públicos em São Paulo. Livre Docência (Tese), São Paulo, FFLCH/USP, 1997.

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO PARA CONSUMIDORES

Dados Pessoais

- 1) Idade:** () Entre 15 e 20 anos () Entre 21 e 28 anos () Entre 29 e 40 anos
() Entre 41 e 55 anos () Entre 56 Anos e 70 Anos () Acima de 70
- 2) Sexo:** () Masculino () Feminino
- 3) Renda média mensal:** () Menos de 1 Salário Mínimo () 1 Salário Mínimo
() De 2 a 3 Salários Mínimos () De 4 a 5 Salários Mínimos () Mais de 6 Salários Mínimos

Dados Sobre Consumo

- 1)** Você já consumiu produtos alimentícios comercializados por ambulantes em espaços públicos?
() Sim () Não
- 2)** Com qual frequência consome esses alimentos?
() Uma ou mais vezes por semana (...) Algumas vezes por mês
(...) Esporadicamente (...) Muito raramente
- 3)** Qual o principal motivo que te leva a consumir alimentos desses ambulantes?
() Disponibilidade () Preço
() Variedade () Qualidade
() Tradição () Atenção dos vendedores
- 4)** Qual categoria de alimentos mais se encaixa no seu consumo?
(...) Frutas e Verduras () Salgados e doces artesanais
() Alimentos industrializados () Refeições
- 5)** Em qual desses locais costuma comprar ou consumir alimentos desses ambulantes?
() Centro da cidade () Praças e parques
() Eventos e festivais () Semáforos
(...) Na escola ou faculdade () Outros. Quais: _____
- 6)** Já teve, ou conhece alguém que teve, problemas com intoxicação alimentar por conta de alimentos de rua?
() Sim (...) Não
- 7)** Como classificaria em geral a qualidade e a higiene dos alimentos fornecidos pelos ambulantes na cidade?
(...) Muito boa
(...) Boa
() Satisfatória
() Ruim
(...) Muito Ruim
- 8)** Como você vê a presença desses ambulantes de alimentos pela cidade?
(...) Importante para a economia
(...) Importante meio de geração de trabalho e renda
(...) Tolerável
(...) Prejudicial ao comércio e a circulação de pessoas

Modelo de Questionário para Ambulante

Dados Gerais:

- 1) Local:**
2) Tipo de alimento comercializado:

Dados Pessoais

- 1) Idade:** () Entre 15 e 20 anos () Entre 21 e 28 anos () Entre 29 e 40 anos
() Entre 41 e 55 anos () Entre 56 Anos e 70 Anos () Acima de 70
- 2) Aposentado:** () Sim () Não
- 3) Sexo:** () Masculino () Feminino
- 4) Natural de:**
- 5) Grau de Escolaridade:** () Ensino Fundamental incompleto () Ensino Fundamental completo () Ensino Médio incompleto () Ensino Médio completo () Ensino Superior incompleto () Ensino Superior completo

Sobre o trabalho de ambulante

- 1) Há quanto tempo trabalha como ambulante:** () Menos de 1 ano () De 1 a 3 anos () De 4 a 7 anos () De 8 a 15 anos () 16 ou mais
- 2) Profissão Anterior:**
- 3) O comércio ambulante de alimentos é sua única renda:** () Sim () Não
- 4) Se Não, em qual categoria se encaixa suas outras formas de renda:** () Trabalho com carteira assinada () Trabalho informal () Pensão () Bicos () Outros
- 5) Renda média mensal:** () Menos de 1 Salário Mínimo () 1 Salário Mínimo
() De 2 a 3 Salários Mínimos () De 4 a 5 Salários Mínimos () Mais de 6 Salários Mínimos
- 6) Quais pontos da cidades constuma frequentar para a venda dos produtos:**
() Praças () Portas de escolas () Avenidas () Centro () Outros
- 7) Dias que atua no comércio ambulante:** () Todos os dias da semana () Apenas final de semana () De Segunda a Sexta () Dias alternados
- 8) Trabalha sozinho:** () SIM () Não
- 9) Se não, quem o auxilia?** () Membro familiar () Funcionário () Outro

ANEXOS

LEI N° 6044, DE 30 DE JUNHO DE 1994.

REGULA O COMÉRCIO AMBULANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Uberlândia, por seus representantes, aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Considera-se comércio ambulante a atividade temporária de venda de mercadorias a varejo, realizada em logradouros públicos, por profissionais autônomos, em locais e horários previamente determinados.

Art. 2º - Os produtos a serem comercializados deverão enquadrar-se em um dos seguintes grupos:

- I - Produtos alimentícios;
- II - Produtos industrializados;
- III - Produtos artesanais.

Parágrafo Único - Não será permitido o comércio de bebidas alcoólicas, cigarros, produtos eletrodomésticos, elétricos, eletrônicos, sejam nacionais ou estrangeiros.

Art. 3º - Os locais para instalação do comércio ambulante serão definidos por Decreto do Poder Executivo.

Art. 4º - As autorizações para instalação do comércio ambulante serão concedidas pela Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, conforme critérios estabelecidos em regulamento, através de análise socioeconômica do requerente, priorizando-se os portadores de deficiência e os idosos.

Parágrafo Único - Será exigida a comprovação de residência e domicílio eleitoral no Município de Uberlândia, por no mínimo 03 anos.

Art. 5º - A Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social concederá autorização, de acordo com o disposto no artigo anterior, mediante a apresentação dos seguintes documentos do interessado:

- I - Carteira de identidade;
- II - Duas fotos 3x4;
- III - Comprovante de residência firmado pelo interessado;
- IV - Declaração firmada pelo interessado sobre a natureza e origem da mercadoria que pretende comercializar;
- V - Título de eleitor.

Art. 6º - A Secretaria Municipal de Finanças expedirá alvará de licença por prazo não superior a 01 ano, face à autorização de que trata o artigo anterior.

§ 1º - Do alvará de licença constarão as seguintes informações:

- I - Nome e endereço do vendedor ambulante;

II - Indicação do grupo de produtos a serem comercializados;

III - Local, dias e horário de funcionamento.

§ 2º - O alvará de licença para exercício do comércio ambulante é de caráter pessoal e intransferível, servindo exclusivamente para o fim nele indicado.

§ 3º - Será permitido somente um alvará de licença para cada vendedor ambulante.

§ 4º - Em caso de falecimento do titular o cônjuge supérstite ou filho maior poderá ser autorizado a dar continuidade pessoalmente ao comércio, desde que comprovada à dependência econômica familiar daquela atividade.

§ 5º - Será permitida a substituição do titular no exercício da atividade pelo cônjuge ou filho (a) maior em caso de doença comprovada mediante atestado médico.

Art. 7º - O comércio ambulante fica sujeito á legislação fiscal e sanitária do município.

Art. 8º - A fiscalização do comércio ambulante é da competência da seção de fiscalização de posturas, da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e será feita em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde em casos especiais.

Parágrafo Único - Para o fiel cumprimento desta Lei, a fiscalização do comércio ambulante fica autorizado a requisitar força policial, quando necessário.

Art. 9º - A Secretaria Municipal de Saúde emitirá parecer prévio nos pedidos de autorização para comercialização de produtos alimentícios e outros de interesse para a saúde pública.

Art. 10 - São obrigações do vendedor ambulante:

I - Comercializar somente produtos especificados no alvará, exercendo a atividade pessoalmente, nos limites do local demarcado e nos dias e horários estabelecidos;

II - Colocar á venda somente produtos em perfeitas condições de consumo, atendido, quando aos produtos alimentícios ou qualquer outro de interesse da saúde pública, o disposto na legislação específica, sanitária e o Código de Defesa do Consumidor;

III - Portar-se com respeito e decoro, tanto em relação ao público em geral, quanto aos colegas de profissão de forma a não perturbar a tranquilidade pública;

IV - Transportar as mercadorias de forma a não impedir e dificultar o trânsito;

V - Acatar ordens da fiscalização, exibindo quando solicitado, o respectivo alvará e demais documentos relativos ao exercício da atividade;

VI - Recolher as taxas e impostos referentes ao exercício da atividade,

Art. 11 - Pela inobservância das disposições desta Lei, aplicam-se as seguintes sanções:

I - Auto de infração;

II - Multa de 03 a 21 vezes a Unidades Fiscal Padrão de Uberlândia - UFPU graduada conforme a gravidade da infração cometida.

§ 1º - Das sanções importas cabe recurso administrativo dirigido á Comissão Permanente do Comércio Ambulante CPCPA, no prazo de 10 dias.

§ 2º - Em caso de apreensão, lavrar-se-á auto de apreensão, discriminando as mercadorias apreendidas, cuja devolução será feita á vista de documento de identidade e da cópia do auto de apreensão, após o pagamento de despesas de decorrentes de multa e taxa de apreensão.

§ 3º - Decidido o recurso, o vendedor terá o prazo de 02 dias úteis, para a retirada das mercadorias perecíveis e o prazo de 05 dias úteis para os não perecíveis, findo o qual, será doada a uma entidade assistencial, mediante comprovante.

§ 4º - Em caso de apreensão de mercadorias de interesse da saúde pública, será adotado o seguinte procedimento:

I - Submeter-se-á mercadoria á inspeção sanitária pelos técnicos da secretaria Municipal de Saúde; constatada a improriedade do produto para consumo ou qualquer outra irregularidade, dar-se-lhe-á destino adequado;

II - Cumprido o disposto no inciso anterior, não se apurando irregularidade quando ao estado da mercadoria será entregue a uma entidade assistencial, mediante comprovante.

Art. 12 - fica criada a Comissão Permanente do Comércio Ambulante - CPCPA, composta dos seguintes membros:

I - Um representante da Associação Profissional de Vendedores Ambulantes de Uberlândia;

II - Um representante de base indicado através da Associação Profissional de Vendedores Ambulantes de Uberlândia;

III - Um representante da Associação Profissional de Camelôs Vendedores Autônomos de Uberlândia.

IV - Um representante de base indicado através da Associação Profissional de Camelôs e Vendedores Autônomos de Uberlândia;

V - Um representante da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia - ACIUB;

VI - Um representante da Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social;

VII - Um representante da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos;

VIII - Um representante da Secretaria Municipal de Agropecuária e Abastecimento;

IX - Um representante da Secretaria Municipal de Planejamento;

X - Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;

XI - Um representante da Secretaria Municipal de Habitação e Meio Ambiente;

XII - Um representante da Secretaria Municipal de Cultura;

XIII - Um representante da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo;

XIV - Um representante da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes.

Art. 13 - Os critérios de funcionamento da Comissão serão estabelecidos em Decreto.

Art. 14 - Os membros da CPCA serão indicados através dos titulares dos órgãos elencados no art. 12.

Art. 15 - A CPCA elegerá dentre seus membros o Presidente e o vice; o Presidente indicará, dentre os membros da Comissão, o Secretário.

Art. 16 - A CPCA reunir-se-á sempre que necessário, podendo a convocação ser feita pelo Presidente ou por, no mínimo, cinco de seus membros.

Art. 17 - Os membros da CPCA, terão mandato de 02 anos, podendo ser renovado por igual período.

Art. 18 - Os membros da Comissão não perceberão remuneração pelo exercício do mandato, sendo seus serviços considerados de relevante interesse público.

Art. 19 - Durante o período do mandato, os membros da Comissão poderão ser destituídos a critérios do titular do órgão que representem.

Art. 20 - As decisões serão tomadas por maioria simples, sendo exigido um quorum mínimo de 50% de seus membros, em primeira convocação ou meia hora depois com qualquer número.

Art. 21 - Compete á CPCA:

I - Zelar pelo fiel cumprimento desta Lei e seus regulamentos;

II - Propor ao Executivo alterações que visem o aprimoramento desta Lei, bem como os critérios para o seu regulamento;

III - Submeter á apreciação do Executivo o projeto de zoneamento dos locais destinados ao comércio ambulante;

IV - Demarcar as áreas destinadas á atividade e o respectivo número de vagas levando em consideração:

- a) A frequência de pessoas que permitam o exercício da atividade;
- b) A existência de espaços livres para a exposição de mercadorias;
- c) O tipo de produto com distribuição dos espaços por categoria.

V - Estabelecer a relação de mercadorias comercializáveis;

VI - Determinar o horário de funcionamento do comércio ambulante;

VII - Avaliar e decidir sobre a renovação do alvará de licença;

VIII - Definir a padronização dos equipamentos utilizados para a atividade do comércio ambulante;

IX - Analisar e emitir parecer sobre os casos omissos.

Art. 22 - O projeto de zoneamento de que trata o inc. III do artigo anterior é de caráter provisório, podendo ser alterado, a qualquer tempo, pela Administração Municipal.

Parágrafo Único - O vendedor ambulante deverá ser comunicado da mudança de local com antecedência mínima de 30 dias, exceto em casos de relevante interesse público devidamente justificado, quando não será exigida a comunicação prévia.

Art. 23 - É expressamente proibida à alienação ou cessão de "ponto" pela vendedor ambulante, seja a que título for.

§ 1º - Aquele que infringir o disposto neste artigo incorrerá nas seguintes sanções:

I - Multa de 21 vezes a unidade fiscal padrão de Uberlândia - UFP;

II - Cassação do alvará;

III - Proibição de obter autorização para o comércio ambulante.

§ 2º - Ao comprador ou cessionário serão aplicadas as seguintes sanções:

I - Multa de 21 vezes a unidade fiscal padrão de Uberlândia - UFP;

II - Apreensão do equipamentos e mercadoria;

III - Proibição de obter autorização para o comércio ambulante.

Art. 24 - Os vendedores ambulantes que á data da publicação desta Lei, estiverem exercendo a atividade em logradouros públicos deverão comparecer á Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, para fins de cadastramento e regularização de sua situação, face ás disposições contidas nesta Lei, sob pena de cassação do Alvará.

Parágrafo Único - Os interessados serão notificados para o cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 25 - O Poder expedirá Decreto regulamentando esta Lei no prazo de 60 dias, contados da data de sua publicação.

Art. 26 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 4230 de 05 de novembro de 1985.

Prefeitura Municipal de Uberlândia, 30 de junho de 1994.

PAULO FEROLLA DA SILVA
Prefeito